



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

ANA MARIA PORTELA

VIOLÊNCIA JUVENIL, FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL

**Salvador
2007**

ANA MARIA PORTELA

VIOLÊNCIA JUVENIL, FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Ana Cecília de Sousa Bastos

SALVADOR
2007

S729v Portela, Ana Maria
Violência juvenil, família e contexto social. / Ana Maria Portela – Salvador,
2007.
141 f.: il.

Orientador: Prof^a Dr^a Ana Cecília de Sousa Bastos.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva,
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

1. Psicologia do adolescente. 2. Adolescentes - Brasil – aspectos sociais. 3.
Adolescentes e violência. 4. Drama. 5. Família e intersubjetividade – I. Universidade
Federal da Bahia. Instituto de Saúde Coletiva. II. Bastos, Ana Cecília de Sousa. III.
Título.

CDD – 155.5

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA MARIA PORTELA

VIOLÊNCIA JUVENIL, FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Saúde Pública, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Ana Cecília de Sousa Bastos – Orientadora _____
Doutora em Psicologia, Universidade de Brasília (UNB)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ana Paula Soares da Silva _____
Doutora em Psicologia, Universidade de São Paulo (USP)
Universidade de São Paulo

Ceci Vilar Noronha _____
Doutora em Saúde Pública, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
Doutora em Saúde Pública, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Católica de Salvador

Leny Alves Bomfim Trad _____
Ph. D. Universidade de Barcelona
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 24 de maio de 2007

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do bairro onde obtive dados centrais para a realização deste trabalho, os quais me receberam com disponibilidade, atenção e respeito. Vale ressaltar que naquele espaço, na fase inicial, foi decisivo o apoio de Adriana Franco, coordenadora de um trabalho em instituição local, que promoveu os primeiros contatos com pessoas representativas. Entre tais contatos, destaco a valiosa e incansável colaboração do Sr. Heli Batista, presidente da Associação dos Idosos de Saramandaia, que abriu inúmeras portas para mim.

Aos professores Eduardo Paes Machado, Ceci Vilar Noronha e Lígia Rangel, pelas especiais indicações bibliográficas e espaços de discussão.

Ao professor Jairnilson Paim, pela generosidade em acolher argumentos nos profícuos debates de suas aulas, uma atitude que amplia a função docente para o campo mais vasto do incentivo ao pensamento e do respeito ao outro.

À professora e juíza Isabel Lima, pela afetuosa disposição de ajudar, de modo que me possibilitou importante contato institucional de pesquisa de campo.

À professora Ana Cecília de Sousa Bastos que, além de realizar pacientemente o trabalho de orientação, age sempre com zelo e cuidado que expressam sua grande sensibilidade.

Ao escritor Altamirando Camacam, pela decisiva e incansável colaboração durante todo o curso, seja em dúvidas de tradução, seja em revisões de textos.

À professora e terapeuta ocupacional Ana Joaquina Mariani Passos pelo constante incentivo e sincera demonstração de amizade.

Ao professor José Newton Alves de Sousa, pela disponibilidade em revisar o texto final da tese e pelas inestimáveis palavras de estímulo à realização deste trabalho acadêmico.

RESUMO

Este trabalho aborda os possíveis nexos entre experiência de vida familiar e envolvimento juvenil com a criminalidade. A especificidade desta relação é analisada de um ponto de vista psicológico, porém inserido em um campo interdisciplinar. Através da discussão do conceito de drama, originalmente proposto por Politzer, e do conceito de intersubjetividade familiar, procura-se na esfera de narrativas de jovens e familiares alguns fios que tecem a trama dos vínculos entre o mundo juvenil e o da criminalidade.

Palavras-chave: Criminalidade juvenil; Drama; Intersubjetividade familiar.

ABSTRACT

This work approaches the possible connections between experiences in family life and juvenile criminality. The peculiarity of this relationship is analyzed from the psychologic standpoint but inserted in an interdisciplinary field. Discussing the concept of drama, as proposed by Politzer, and the concept of intersubjectivity perceived in the family framework, it seeks, within the narrative sphere of youths and members of the household, some threads that weave the linking plot between juvenile and criminality worlds.

Keywords: Juvenile criminality; Drama; Family intersubjectivity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROBLEMÁTICA DE MÉTODO: É POSSÍVEL CIENTIFICIDADE NO ESTUDO DE DRAMAS INTERSUBJETIVOS FAMILIARES?	16
2.1	A TEORIA DE POLITZER: A CRÍTICA À PSICOLOGIA CLÁSSICA	18
2.2	O MÉTODO PSICANALÍTICO E OS VALORES DA PSICOLOGIA CONCRETA	20
2.3	O CONCEITO DE DRAMA: A SINGULARIDADE E A O SENTIDO DA VIDA INDIVIDUAL	22
2.4	O CONCEITO DE SUJEITO NO PROJETO DE PSICOLOGIA CONCRETA	23
2.5	O CONCEITO DE INTERSUBJETIVIDADE	27
2.6	INTERSUBJETIVIDADE E FAMÍLIA	32
2.7	ABORDAGEM SISTÊMICA	34
2.8	ABORDAGEM PSICANALÍTICA	37
2.9	SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	38
2.10	É POSSÍVEL LEGITIMIDADE NO ESTUDO DO DRAMA INTERSUBJETIVO FAMILIAR?	39
3	PERCURSOS DE INVESTIGAÇÃO TEÓRICA SOBRE CONTEXTO SOCIAL, FAMÍLIA E DELITO JUVENIL	40
3.1	MUNDO PÚBLICO E MUNDO PRIVADO	45
3.2	A DISCUSSÃO SOBRE AGRESSÃO E VIOLÊNCIA	48
3.3	A VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO DELITO JUVENIL: PRIMEIROS ESTUDOS	49
3.4	TEORIAS DA CRIMINALIDADE E ENFOQUES DO DELITO JUVENIL	52
3.5	TEORIAS MACROSSOCIAIS: A PERSPECTIVA DA NOVA CRIMINOLOGIA	55
3.6	TEORIAS ESPECÍFICAS DA CRIMINALIDADE JUVENIL	59
3.7	ABORDAGENS EMPÍRICAS SOBRE A CRIMINALIDADE JUVENIL	62
3.8	DELITO JUVENIL, DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A QUESTÃO DA FORMAÇÃO PRIMÁRIA	64
3.9	A QUESTÃO DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA: UMA LEITURA DO PONTO DE VISTA PSICANALÍTICO	69
3.10	A QUESTÃO DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA: ABORDAGEM DE PIAGET	71
3.11	A QUESTÃO DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA: UMA LEITURA DA ABORDAGEM SISTÊMICA	73
3.12	OS MODELOS PSICOLÓGICOS: UMA INTERPRETAÇÃO SUMÁRIA SOBRE DIFERENÇAS EPISTEMOLÓGICAS EM TORNO DO PROBLEMA DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA	74
3.13	SÍNTESE SOBRE AS TENDÊNCIAS TEÓRICAS ESTUDADAS EM TORNO DO TEMA SOCIEDADE, FAMÍLIA E CRIMINALIDADE JUVENIL	76

4	ESPAÇO SOCIAL, FAMÍLIA E VIOLÊNCIA JUVENIL	80
4.1	BREVE HISTÓRIA DE UM BAIRRO	81
4.2	A VIOLÊNCIA JUVENIL NO BAIRRO DE SARAMANDAIA	86
4.3	A INTERPRETAÇÃO DOS MORADORES RELATIVA À VIOLÊNCIA JUVENIL	89
4.4	LÓGICAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL NO BAIRRO DE SARAMANDAIA: GUETO OU BANLIEUES?	92
4.5	GUETOS E BANLIEUES: MATRIZES E MORFOLOGIAS SOCIAIS	93
4.6	LÓGICAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL EM SARAMANDAIA	95
5	FAMÍLIAS E VIOLÊNCIA JUVENIL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DO DRAMA E DA INTERSUBJETIVIDADE	99
5.1	HISTÓRIAS DE VIDA FAMILIARES DE JOVENS INFRADORES	101
5.1.1	Divalina e Eustáquio	102
5.1.2	Diógenes	105
5.1.3	Maria Rosa	107
5.1.4	Helena	109
5.1.5	Augusto César	111
5.1.6	Gersandro	112
5.1.7	Rogério	115
5.2	NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DRAMÁTICA DA VIDA FAMILIAR	117
5.3	ABORDAGEM HERMENÊUTICA DO DRAMA INTERSUBJETIVO FAMILIAR	121
6	CONCLUSÃO	130
	REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o desenvolvimento de uma pesquisa centrada no tema da criminalidade juvenil e relações familiares. O foco desta investigação se direciona para as relações possíveis entre o modo de vida familiar e o envolvimento dos jovens com a prática de delitos. De antemão, é preciso esclarecer que esta busca em torno de prováveis especificidades nesta relação não representa, de modo algum, uma subtração ou redução da importância dos fatores de ordem social, econômica e política que, evidentemente, reúnem as condições de caráter mais decisivo para dar contornos amplos a problemas sociais. De fato, embora este estudo adote uma abordagem predominantemente psicológica, há nele tanto o reconhecimento deste nível abrangente de determinação quanto o pressuposto sistêmico de que diversas esferas dos fenômenos sociais, ainda que irreduzíveis uma às outras, desdobram-se mantendo algum ponto de relação. Por conseguinte, o que se pretende nesta pesquisa se resume a uma tentativa de refinar uma análise sobre violência em plano microssocial, que naturalmente inclui a esfera da vida privada, como forma de contribuição para elaborações de estudos em psicologia, bem como em políticas de saúde pública.

Na contemporaneidade, percebe-se certa onipresença de fenômenos de violências em várias sociedades no mundo, porém essa aparição ostensiva não parece corresponder, em muitas de suas expressões, a evidências ou interpretações densas, formulação que nos faz lembrar Geertz. Ao contrário, os acontecimentos de violência parecem impor desafios cada vez maiores aos estudiosos de tais fenômenos. Além disto, as violências se apresentam em quadros sociais constituídos marcados, principalmente, desde a segunda metade do século XX, pelo sinal de ambivalência. Noutras palavras, por um lado, eles representam uma etapa da história que gerou inúmeros movimentos pacifistas, ampliou os movimentos de acesso a direitos sociais e políticos (dos povos tradicionais, das mulheres, dos homossexuais, dos negros, das crianças etc.), obtendo com esta perspectiva muitos êxitos, ainda que restem muitas reivindicações em estado apenas de promessa. Por outro, fomentam novas e complexas periculosidades no contexto social, preocupantemente enredadas numa operatividade global do sistema financeiro, a exemplo da trajetória de lucros obtidos com a venda clandestina de armas e drogas ilícitas.

Em escala local e em torno de um contexto social específico, este quadro geral tende a lançar não somente suas sombras, mas, em algumas situações, também suas garras. Entre

elas, o envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade, um problema demasiadamente conhecido, visto que já alcançou um grande espaço em todas as mídias, bem como em áreas da literatura e das artes na sociedade brasileira¹. Uma parte significativa desses crimes se relaciona com furtos, assaltos e roubos. Todavia, muitos destes crimes, em geral, estão comprometidos com etapas do comércio de drogas ou ainda com a dependência química². Um percurso de vida juvenil, cujo futuro está previamente destinado a ser curto e assombrado por horrores vividos e praticados. Além deste grave problema, surgem outros articulados, tais como a ação de milícias ou grupos do gênero, a corrupção de membros da instituição policial, o falso comércio para a prática de lavagem de dinheiro ou imbricação deste obscuro mundo de ilegalidades com a política formal.

Se a análise desta situação se amplia para envolver a ordem econômica mundial, que se associa à crescente desigualdade social, para revelar a redução do papel do Estado na sustentação de políticas sociais básicas, para assinalar a deficiente oferta de empregos, sem dúvida alguma toda esta rede se mostrará associada à tragédia anunciada a muitos jovens brasileiros.

Em que pese todo este enredamento, não é possível desconhecer as particularidades das problemáticas sociais. Assim, procuro indagar sobre quem são os jovens que estão diluídos nos traços que marcam os dados estatísticos de envolvimento juvenil com a criminalidade. Por certo, tais dados contribuem para situá-los em faixas etárias, condição educacional, estratos sociais aos quais pertencem, sendo este também um modo de conhecê-los, de mapear tendências e expor um problema social. Contudo, não deixa de ser intrigante o fato de que jovens com o mesmo perfil não estejam envolvidos com a criminalidade – e tudo indica que seja a maioria. Por outro lado, as atividades criminais que envolvem os jovens estão, por vezes, veiculadas a práticas de confrontos entre eles próprios, como no caso da briga entre gangues. O que impele alguns jovens para essas atividades enquanto outros se afastam? Será que há especificidades no mundo particular destes jovens envolvidos com o crime, as quais os distinguem de outros que se acham no mesmo perfil social? Haverá algo de comum entre jovens que cometem delitos, independentemente das origens de classe social? Será possível

1. Na atualidade, já é possível identificar uma crescente e significativa literatura, tanto acadêmica quanto de caráter jornalístico, sobre a vida de jovens infratores (Assis, (1999); Silva, (2003); Soares, Bill e Athayde, (2005)). Por sinal, este último livro, Cabeça de Porco, também ganhou uma versão de filme documentário e assim conseguiu alcançar um amplo espaço na mídia eletrônica para exibir padrões de vida de crianças e jovens envolvidos com a criminalidade, e esta mostra parece que causou grande comoção pública.

² Um breve levantamento que realizei no CAM de Salvador, em 2005, assinalava 58% dos delitos nas categorias de furtos assaltos e roubos. Perfil semelhante é encontrado em estudo sobre infratores no Distrito Federal realizado pelo CPPC realizado em 2002, sendo, neste caso, maior o percentual de furtos e roubos.

identificar tais especificidades, para além de fatores macrosociais, que se transformam em condições de vulnerabilidade para o envolvimento juvenil com a criminalidade?

Foi então em torno destas primeiras questões que esta pesquisa começou a ganhar os delineamentos iniciais. Como objetivo, procurei estudar as lógicas e dinâmicas da vida familiar dos jovens infratores, associadas a outras dinâmicas sociais. Nesta fase, as formulações teóricas que acompanhavam este projeto estavam voltadas para os temas da integração entre os campos de macro-análise e micro-análise e a correspondente distinção entre mundo público e mundo privado e cotidianidade. E como plano de pesquisa de campo decidi estabelecer contatos com jovens infratores e suas famílias, no espaço institucional do sistema judiciário destinado à aplicação de medidas sócio-educativas. Do ponto de vista metodológico, este plano foi pensado como estudo descritivo e analítico e continha expressões, tais como dimensão de subjetividade e intersubjetividade da vida familiar ou experiências subjetivas do mundo familiar, as quais foram posteriormente substituídas por intersubjetividade familiar.

No andamento do curso, sob a primeira experiência de orientação a este projeto, foram sendo incorporados resultados de estudos sociológicos e antropológicos, como também dados advindos de pesquisas empíricas sobre o envolvimento de jovens com a criminalidade. Na fase inicial da pesquisa de campo, praticamente não surgiram obstáculos para acesso à instituição visada, tampouco aos jovens e suas famílias, mas em seguida eles apareceram gradativamente. Primeiro, devido aos variados acontecimentos institucionais que podiam alterar rotinas tais como treinamento de técnicos, greve de educadores, tentativas de suicídio de internos, entre outros problemas graves, os quais nem sempre são expostos na grande mídia³. Isto, porém, não impediu a realização de algumas entrevistas com alguns jovens e famílias e também o registro de uma dezena de casos contidos nos prontuários. Não obstante, o que percebi como problema para o andamento da pesquisa neste contexto foi o estado de constrangimento e angústia vivida por alguns familiares com os quais tive contato, devido às preocupações que tinham com seus jovens parentes na instituição. Claro, alguns sequer tinham famílias, enquanto outros nem mesmo recebiam visitas devido ao fato de os familiares residirem no interior, entre outras situações. No entanto, julguei que a investigação se tornaria limitada, se mantida naquele espaço institucional.

³ Entre os anos de 2003 e 2006, à exceção dos casos de rebelião na Casa, o fato que mais repercutiu na grande imprensa e mídia televisiva aconteceu em 2005, pois implicou a morte por queimaduras de dois internos da Casa de Acolhimento ao Menor (como era denominada na época), na cidade de Salvador que, segundo as notícias, atearam fogo nos colchões na cela onde se encontravam em protesto contra o castigo ao qual estavam submetidos.

Diante disto, resolvi alterar o desenho da pesquisa, mudando o cenário. A escolha então recaiu sobre um bairro popular de Salvador, na Bahia, denominado Saramandaia, com história recente de brigas entre gangues juvenis, sendo que a fase mais crítica dos confrontos está registrada em jornais do período compreendido entre 2001 e 2002. Em 2004, porém, quando dei início a visitas ao local, estes conflitos juvenis já estavam relativamente contidos por intervenção policial e segurança comunitária.

Esta alteração de plano de pesquisa provocou novas atitudes de investigação. No campo institucional anteriormente citado, os delineamentos estavam prontos, ou seja, jovens em faixa etária definida, o comprometimento deles com delitos confirmados legalmente, as famílias expostas e os dados de conduta controlados pelos registros administrativos, ao passo que, no bairro, havia todo um território aberto a investigar: a busca da identidade dos jovens infratores e das famílias a que pertenciam. E, além disto, de que modo viviam e se relacionavam em suas esferas de vida familiar e social mais próximas. De que modo encontrá-los? Que tipo de disponibilidade para expor a situação de suas vidas teriam essas famílias? E quanto aos jovens com história de participação em gangues, não seria arriscado um contato com eles? Será que se teriam sanados os sentimentos de vingança após tão letal rivalidade entre grupos no interior do bairro? E quem eram eles, afinal?

Estes questionamentos são também proporcionais a uma decisão, aparentemente anti-metodológica, de evitar predefinir instrumentos de controle de dados, além do caderno de campo. Em lugar disto, julguei ser conveniente seguir na direção de um só objetivo geral, no intuito de encontrar famílias com a presença de jovens envolvidos com delitos e escutar depoimentos sobre suas histórias de vida. O primeiro passo, então, consistiu em “bater em portas” tradicionalmente mais receptivas e assim procurei várias delas. Inicialmente, meu contato se deu com uma instituição educativa voltada para a formação de jovens em atividades profissionalizantes e artísticas. Naquela ocasião, a coordenadora da entidade que já havia realizado pesquisa no bairro sobre trabalho infantil, mostrou-se interessada em me apresentar pessoas das famílias de alguns jovens e também colocar-me em contato com pessoas responsáveis por entidades sociais no local. Como esta instituição educacional não tem como propósito lidar com jovens envolvidos com criminalidade, a coordenadora citou o nome de duas mães cujos filhos freqüentavam a instituição, os quais, em sua avaliação, se achavam em situação de risco. Realizei assim as duas primeiras entrevistas com essas mães, durante cerca de três encontros.

Em seguida, travei conhecimento com coordenadores de entidades locais, entrei gradativamente em contato com pessoas responsáveis por quatro escolas, todas de primeiro

grau, sendo uma delas mantida por instituição religiosa, duas municipais e uma constituída como organização não-governamental. Conversei também com um gerente do posto de saúde, com vigilantes de escolas, enfim, todas as conversas no bairro se transformaram em pequenas peças de um grande quebra-cabeça. Diante de tantas portas abertas, fontes descentradas, onde será que estavam os jovens, as famílias e, principalmente, suas histórias particulares? Neste ínterim, cerca de três meses realizando contatos, recebi uma proposta de umas das associações para realizar atendimentos clínicos na sede da entidade. Hesitei um pouco, pensando em como dissociar, para os próprios moradores, a atividade clínica da atividade de pesquisa, mas enfim resolvi aceitar o desafio, compreendendo que tal convite significava um suporte ao trabalho. Ao mesmo tempo, esse intercâmbio representa para a própria pesquisa um suporte indireto para o campo do pensamento no tocante ao problema em estudo. Os atendimentos sistemáticos tiveram a duração de cerca de dois anos, inclusive com vários desdobramentos envolvendo solicitações de atendimento em escolas e contatos com famílias dos alunos.

Deste mergulho empírico sem fim emergiram então casos de família, contados principalmente pelas mulheres, pois muito poucos jovens restaram da época da briga entre gangues para contar histórias. Os depoimentos mais sistemáticos obtive de membros de uma das associações com os quais mantive vários contatos de convivência nas atividades sociais da entidade e também por meio de convites para visitas às suas residências. Constatei que a maioria dos pais, membros da associação, tinha filhos que se tinham envolvido com o crime ou que perderam a vida devido a esse envolvimento. Por vezes, escutei histórias contadas espontaneamente, enquanto outras puderam ser gravadas em dois ou três encontros.

No tocante às escolas, obtive muitas informações sobre os padrões culturais das crianças e de suas famílias. Com intuito de organizar tais dados, utilizei o procedimento de grupo focal em um dessas escolas e usei o mesmo procedimento com membros de uma associação e com jovens de uma entidade profissionalizante.

Onde está o cerne deste trabalho em meio a esta profusão de dados dispersos? Uma resposta provisória aproxima-se do conceito elaborado por Deleuze e Guattari (1995), para se opor a um pensamento fundamentado em base única (por ele chamado de “sistema arborescente”), definido pelos caracteres de um rizoma:

[...] diferentemente das árvores ou das raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um dos seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria

diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria ($n+1$). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções moveidças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda (p. 32).

Nada mais difícil do que pensar adotando uma visão de tamanha horizontalidade, como por meio deste conceito de rizoma de Deleuze e Guattari, sem em momento algum lançar um olhar para o alto. Suspeito, porém, que a elasticidade do pensamento que abriga generosas dimensões de horizontalidade permite uma fluência de trânsito por territórios que de outra forma dificilmente se colocariam à mostra. No entanto, o que será que cresce no meio deste percurso até então realizado? A direção moveidça aponta para a exposição constante de enredos fortemente dramatizados, de vida familiar, contendo linhas diversas de conflitos, presentes nos diferentes relatos. Os mundos familiares que surgem nestes relatos, aparecem como mundos incrustados em outros mundos, mundos em relevo para seus narradores.

Esta perspectiva encontrada lança, então, para este trabalho o desafio de proceder a uma discussão em torno desta configuração temática que insistentemente se produziu nos discursos e narrativas: dramas intersubjetivos familiares.

Assim, o primeiro capítulo se desenvolve em forma de discussão conceitual que procura justificar o caminho percorrido nesta investigação. O segundo, por sua vez, ocupa-se em descrever o campo de estudo como contexto que se estabelece como parte constituinte da principal articulação temática.

O terceiro capítulo apresenta um painel de síntese de estudos que serviram para elaborações de pensamento em torno deste trabalho desde o primeiro projeto elaborado. No quarto capítulo, então, destacam-se histórias de vida para análise das relações mundo familiar e criminalidade juvenil. Trata-se de uma seleção de material obtido em entrevistas com jovens infratores que cumpriam medidas sócio-educativas, em dados de prontuários e entrevistas informais com jovens e membros de suas famílias residentes no bairro onde ocorreu parte da investigação. Por outro lado, envolve ainda depoimentos dados espontaneamente que não podem, inclusive, ser enquadrados na categoria de entrevistas. Assim, eles não são apresentados dentro de uma forma rigorosa de definição de narrativa, conforme os manuais de entrevistas narrativas. Estes discursos devem ser entendidos tanto como exposição de narrativas de vida, como também narrativas sobre experiências de vida familiar e social. O aspecto principal a ser assinalado, portanto, é que se trata de adotar experiências de vida particulares, como foco central de estudo.

Considerando este parâmetro, a discussão proposta a seguir parte de uma interrogação sobre a possibilidade de considerar-se admissível ou não um estudo sistemático ou metódico de um tema formulado em termos de drama e intersubjetividade.

2 PROBLEMÁTICA DE MÉTODO: É POSSÍVEL CIENTIFICIDADE NO ESTUDO DE DRAMAS INTERSUBJETIVOS FAMILIARES?

A questão posta neste capítulo busca, obviamente, uma resposta em sua totalidade. No entanto, para que isto seja alcançado, serão examinados primeiramente os conceitos de drama, intersubjetividade e família, separadamente, para em seguida elaborar-se uma análise sobre o conjunto desta formulação.

O termo drama no título deste capítulo não pode deixar de provocar, de forma imediata principalmente naqueles que conhecem os debates mais proeminentes da história da psicologia e da psicanálise, a lembrança do projeto de psicologia concreta lançado por Politzer, há quase oitenta anos, na publicação denominada “Crítica dos Fundamentos da Psicologia”. De fato, o termo drama está intencionalmente posto neste capítulo, não só por ser relativo a uma seleção de foco de estudo nesta pesquisa, mas porque, de algum modo, acaba por estabelecer linhas de contato com esta obra de Politzer. Uma obra que, após ter obtido um êxito surpreendente em sua contemporaneidade, estava, como diz Prado Junior (1990), “condenada a uma longa história de releituras e de inesperadas ‘recuperações’”, mas, diz ele ainda em outro trecho: “sempre ao preço de reconstruir suas categorias segundo uma sintaxe diferente da sua” (p.18). Na verdade, este ensaio de Politzer ainda permanece um rico manancial de pensamento para o estudo da psicologia, de modo que será por meio de um fio gerado por esta crítica, que se aproxima de um centenário, que irei desdobrar a discussão sobre a problemática de investigação proposta neste trabalho.

Cabe notar que significativas mudanças históricas no campo do pensamento foram desencadeadas ao longo do século XX até o presente, e não é possível remontar à obra de Politzer desconsiderando-as. Tais mudanças estão relacionadas aos demais termos da questão acima, pois a centralidade do argumento da CFP (uso a sigla tal Prado Junior para me referir à obra citada) não foi delineada em termos de intersubjetividade, um conceito que até hoje requer trabalho de definição e acabamento nas áreas de conhecimento nas quais faz uma aparição, tampouco trata de família.

Quando Politzer propôs o projeto de psicologia concreta na CFP, ele estava convicto da possibilidade de construção de uma psicologia científica pautada na escolha do “drama para campo de estudo” (p.111). Pouco mais de uma década mais tarde, após abraçar o marxismo partidariamente e radicalmente, Politzer abandonou por completo todo discurso em torno da psicologia e da psicanálise. Todavia, este seu novo rumo não impediu que o argumento traçado em sua obra crítica à psicologia clássica reverberasse, por inflexões, na obra de vários

autores contemporâneos, entre os quais, citados por Prado Junior (1990) Sartre, Merleau-Ponty, Lacan, e ainda se faz presente “na reflexão de Habermas sobre a obra de Freud” (p.26).

Nas primeiras décadas do século XX, apesar dos primeiros sinais de crise da razão moderna, ainda imperava a busca de extensão de um modelo de cientificidade para as ciências humanas, mas na forma de saídas para as crises constituídas no campo do pensamento. Assim, o projeto de fenomenologia de Husserl, iniciado no final do século XIX, já representava um questionamento a uma interpretação positivista da ciência, por fazer elidir o sentido da existência humana, porém, como diz Lyotard (1954), no horizonte desta crítica “uma forte confiança na ciência instiga a vontade de assentar as suas bases com solidez, a fim de estabilizar todo edifício e impedir nova crise” (p.11). Contudo, não se tratava de uma abordagem crítica apenas do positivismo, pois até mesmo a perspectiva hermenêutica de Dilthey, também empenhado em transformar a história em ciência, desencadeia a crítica de Husserl. Dilthey estabeleceu uma distinção marcante entre ciências naturais e ciências do espírito, atribuindo às primeiras o modelo de investigação pautado em dados verificáveis e regidos por leis e às segundas o modelo da compreensão, mas, ao atribuir objetividade ao seu conceito de consciência histórica, tornou-se então vulnerável à crítica de Husserl. Isto ocorre porque a fenomenologia passa a representar uma etapa do pensamento aberto ao contingente, ao individual, mas sem deixar de dar continuidade a um projeto orientado para uma teoria da razão, definida por Husserl como ciência eidética da consciência (LYOTARD, 1954).

No entanto, na França especialmente, a vaga fenomenológica, recriada também em modelos existencialistas, foi ofuscada durante um período por outro projeto de cientificidade apoiado na lingüística, o estruturalismo. É o que se depreende do texto de Lévi-Strauss (1964), segundo o qual, desde seu surgimento, “as ciências sociais e humanas tiveram de satisfazer-se com explicações vagas e aproximativas, às quais falta, quase sempre, o critério do rigor”, mas “no conjunto das ciências sociais e humanas, apenas a lingüística pode ser posta em pé de igualdade com as ciências exatas e naturais” (p.300).

Nas décadas seguintes, fase que Prado Junior (1990) diz que bem “poderíamos chamar de pós-estruturalista”, ocorre então uma retomada de concepções de inspiração fenomenológica que confere nova atualidade ao livro de Georges Politzer, que mantém sua influência:

Penso aqui no novo estilo de reflexão que teve em Paul Ricoeur o seu principal inspirador, mas não seu único representante. Refiro-me não tanto ao *De l'Interpretation* que de alguma maneira ainda estava preso ao horizonte da fenomenologia da existência (ou mais precisamente, de vertente hermenêutica

gadameriana), mas a escritos posteriores, nascidos de uma convivência mais intensa com a filosofia anglo-saxônica da linguagem e da ação. (p.17).

O texto de Politzer, portanto, com esta história de sobrevivência e marcante presença no pensamento contemporâneo, representa um instrumento teórico legítimo para uma discussão que almeja encontrar pontos de ancoragem para o estudo sistemático do drama. Então, em retorno à pergunta sobre a possibilidade de conferir cientificidade ao drama, importa trazer uma síntese do pensamento original de Politzer, bem como alguns aspectos desta concepção que foram rediscutidos ou reelaborados por autores que foram suscetíveis aos argumentos do provocante ensaio da CFP. O projeto colocado no horizonte desta crítica é da constituição da psicologia concreta e para atingir tal finalidade, Politzer desconstrói os parâmetros da psicologia clássica vigente na época, reflete sobre a contribuição da psicanálise, do behaviorismo e da gestalt visando a este novo projeto de psicologia, cujo objeto é o drama singularmente vivido e seu método, a narrativa do sujeito.

2.1 A TEORIA DE POLITZER: A CRÍTICA À PSICOLOGIA CLÁSSICA

Quando a CFP foi publicada, em 1928, a psicologia como disciplina autônoma já havia completado cinquenta anos de existência e se pautava, conforme o método experimental fundado por Wundt, pela introspecção. O texto de Politzer não economiza palavras abrasivas e ironias para contestar o percurso e o projeto desta psicologia e, ainda, os psicólogos:

Esta história [...] de que os psicólogos tanto se orgulham, é a história de um charco de rãs. Os psicólogos, incapazes de descobrirem a verdade, esperam-na todos os dias vinda não importa de onde e de quem; mas como não têm sobre ela qualquer idéia, não sabem reconhecê-la nem capta-la, vendo-a por isso em toda parte e tornando-se vítimas de todas as ilusões [...] Os psicólogos possuem laboratórios e publicam monografias... Acabaram-se as disputas verbais: calculemos! Extraem-se logaritmos dos cabelos e Ribot calcula o número de células cerebrais para saber se podem alojar todas as idéias. Nasceu a psicologia científica! (p.17).

O objetivo principal desta psicologia em foco, denominada clássica, há muito superada por linhas ulteriores de pensamento, era alcançar cientificidade incorporando em seus domínios os recursos instrumentais da ciência – projeto que Politzer diz ser quase sempre constituído de material teórico de segunda mão dos fisiólogos, das matemáticas e da física. Assim, com este arsenal científico em mãos: “o psicólogo nada sabe e nada pode. É o parente

pobre na grande família dos servidores da ciência. Só se alimenta de esperanças e de ilusões” (p. 47). Politzer então situa na esfera das ilusões da psicologia clássica não só o propósito de esta disciplina tornar-se uma ciência experimental, mas sobretudo a admissão de existência fenomênica de uma vida interior, visto que esta concepção expressa o dualismo inspirado tanto no tratado aristotélico da alma, como na teologia cristã. Aliás, a negação radical de um mundo interior realizada pelo behaviorismo nascente de Watson se constituirá numa das razões para Politzer também apoiar-se nas elaborações desta corrente de pensamento, pelo menos no que tange à consideração de comportamento como o real fato psicológico. No entanto, ele não deixa de destacar que a tentativa de Watson “salva a objetividade, mas perde a psicologia” (p.109).

Convém observar que esta crítica à dualidade presente na psicologia clássica corresponde ao questionamento da oposição clássica entre objetividade e subjetividade. Para se constituir uma alternativa a esta cisão, torna-se necessário fazer-se uma verdadeira síntese distinta de um “ecletismo vulgar”, uma tarefa impossível de ser realizada pela psicologia oficial, na medida em que ela “crê que o fato psicológico deve ser um dado perceptivo” e, deste modo, “só é possível optar entre a alternativa clássica da percepção interna ou da percepção externa” (p.110).

Não obstante, a característica que melhor delinea a crítica de Politzer à psicologia clássica, e que é capaz de servir de referência para reflexões em torno de outros modelos teóricos, inclusive contemporâneos, envolve a distinção que por ele foi estabelecida entre estudos abstratos e concretos. A noção de abstração implica a ausência de realizações nas áreas de domínio de conhecimento e de eficácia que, para Politzer, constituem as condições do saber científico. Ademais, a abstração representa um caminho para a produção do conhecimento pautado na busca de uma unidade lógica formal e apoiado em um realismo ingênuo correspondente ao realismo ingênuo da metafísica:

É evidente que a essência deste realismo é constituída pelo “antropomorfismo social”, pois é o valor coletivo da linguagem e dos atos que é realizado como fato espiritual. E este realismo é ingênuo precisamente porque a passagem do ponto de vista da finalidade social à realidade atual se efetua sem qualquer justificação e com certa espontaneidade... o indivíduo é apenas a realização das exigências sociais. (p. 129).

Tecida por este realismo, a psicologia clássica opera abstratamente porque “elimina o sujeito e assimila os fatos psicológicos aos fatos objetivos, isto é, aos fatos na terceira pessoa”, quando “o caráter mais evidente dos fatos psicológicos é o de estarem na ‘primeira

pessoa””. A psicologia, para Politzer, só se justifica, portanto, em sua peculiaridade de área de conhecimento, caso mantenha foco na primeira pessoa, de outro modo confunde-se com os demais campos de saber e perde em domínio e em eficácia:

Entre a física – “ciência na terceira pessoa” – e a psicologia “ciência da primeira pessoa”, não há lugar para uma terceira ciência que estude os fatos da primeira pessoa na terceira pessoa, que, despojando-os de sua originalidade, pretenda ainda manter uma condição de ciência especial que só é justificável pela relação que precisamente rejeita.

Ora, a psicologia aspirava a essa categoria de “terceira ciência”. Pretende considerar os fatos psicológicos na terceira pessoa e, apesar disso, ser uma ciência perfeitamente original. (p. 64).

Neste ponto, no qual Politzer assinala a abstração da psicologia clássica, o problema recai sobre a prática de consideração impessoal do fato psicológico, a “subtração do eu”, ou seja, ainda que a psicologia clássica observe manifestações individuais da consciência, ela se limitará ao significado funcional dos processos mentais, de modo que o individual assume um caráter meramente verbal, destacado do sujeito. Trata-se, portanto, de um “eu sempre abstrato”, ou um “centro funcional” que finda por reduzir a complexidade dos fatos psicológicos, pois eles são continuamente interpretados na terceira pessoa.

Diante das limitações da psicologia clássica, Politzer procura estabelecer um contraste entre as características desta psicologia clássica e as correntes do pensamento psicológico. Neste confronto, a psicanálise ganha um grande destaque como a psicologia que mais se aproxima do modelo de psicologia concreta, porém ele não deixa de apontar para uma contradição interna entre a prática da psicanálise e o edifício teórico da metapsicologia freudiana, avaliando que, de algum modo, esta estrutura vem a se constituir no mesmo modelo abstrato da psicologia clássica.

2.2 O MÉTODO PSICANALÍTICO E OS VALORES DA PSICOLOGIA CONCRETA

Politzer entende que a psicanálise é distinta da psicologia clássica porque ela se orienta para a vida individual do sujeito, para um eu da vida cotidiana, agente de atos singulares, mas que não é nem “dono de seus estados”, nem suas ações podem ser explicadas por meio de funções e processos mentais regulares e impessoais. Percebe-se, nesta formulação de Politzer, que sua noção de sujeito não está impregnada pela exigência epistêmica de

descentralização do sujeito do período estruturalista que sucede à sua obra. Todavia, não há como confundir esta sua abordagem do sujeito com aquela estabelecida pelo cartesianismo, ou seja, a concepção de sujeito como esfera unitária da razão, até porque está representado na órbita da psicanálise. No entanto, pode-se arriscar dizer que ao conceito de sujeito na teoria da CFP é destinado mais estabilidade do que admitiriam os pós-freudianos da era lacaniana.

Retornando o procedimento da psicanálise, Politzer registra que, sendo ele empírico e voltado para os fatos psicológicos de vidas individuais, não pode estar apoiado em um esquema de explicação tão genérico como o da medicina, pois a interpretação psicanalítica baseia-se fundamentalmente no sentido configurado em uma vida particular ou na singularidade do desejo do sujeito. Contudo, Politzer observa que, embora Freud tenha generalizado a afirmação do desejo como lastro do sistema inconsciente, não conseguiu elaborar uma teoria suficiente para dar conta desta generalização.

Importa, entretanto, observar que, quando Freud solicita ao sujeito que fale sem restrições e censuras, usando apenas de um método que conduz à redução dos limites convencionais, em lugar de usar artifícios de técnicas formais para obter dados segmentados sobre o sujeito, ele pode aproximar-se da lógica desse sujeito ou de sua “dialética secreta”, como diz Politzer. Desta forma, “ele não exige a seu sujeito que, por assim dizer, mude a sua maneira de ser: pede-lhe apenas que ‘se abandone a si mesmo’ e fale” (p. 109).

Assim, ao direcionar-se para o discurso do sujeito, Freud adota o recurso da narrativa, em lugar da introspecção. Tendo em vista que o fato psicológico se constitui em um “segmento da vida de um indivíduo, o que interessa no ato psicológico não é a sua matéria e forma, mas o seu sentido; e este só pode ser esclarecido através dos dados fornecidos por uma narrativa do próprio sujeito” (p.107). Nesta substituição, opera-se então uma mudança de um ponto de vista subjetivo para um ponto de vista objetivo que corresponde à diferença entre o modelo abstrato da psicologia clássica e o modelo da psicologia concreta.

Portanto, ao contrário de uma interpretação que associa discurso singular de um sujeito à subjetividade, Politzer considera este discurso ao modo de narrativa, conduzido pela psicanálise, como parâmetro de objetividade, pois ele o concebe do ponto de vista do conhecimento e assim a narrativa representa para o investigador algo que pode ser estudado em sua externalidade. É a vida interior que é incompatível com a objetividade, mas não a narrativa que pode ser traduzida como comportamento e que então, como síntese, permite resolver a antítese entre objetividade e subjetividade. Contudo, o material objetivo da narrativa ainda requer tratamento hermenêutico e este é um procedimento que só pode ser realizado pelo psicanalista. Esta conclusão está baseada na idéia de que o “sujeito que se

submete à psicanálise ignora a interpretação, e começa por falar sem saber o sentido que o psicanalista irá tirar dos dados que lhe são fornecidos” (p. 109). Esta afirmação demarca a diferença entre a psicanálise e a psicologia clássica, que então esperava “do seu sujeito um estudo já psicológico”, ao contrário de outras ciências, além da psicanálise, que não fazem exigências semelhantes em seus campos de estudo.

Tendo assim definido o valor do procedimento empírico da psicanálise centrado no método da narrativa como paradigma prático de uma psicologia concreta, Politzer revigora o conceito de drama, destituindo-o de suas conotações românticas ou comovedoras da literatura ordinária, pois para ele “o termo ‘vida’ designa um fato ‘biológico’, e uma vida propriamente humana, a vida dramática do homem” (p. 27). Narrativa e drama convergem no material empírico da psicanálise porque são modos representativos da singularidade da vida de um indivíduo também singular, sendo a vida todo ato que emana deste indivíduo concreto.

Contudo, no que se refere à psicanálise, Politzer também efetuou crítica ao caminho teórico adotado por Freud com a elaboração da metapsicologia. Ele postula que nesta perspectiva freudiana houve um afastamento da inspiração concreta e uma acomodação nas fórmulas do pensamento abstrato, na medida em que o paradigma teórico da metapsicologia freudiana substitui o drama concreto por um drama impessoal, o indivíduo concreto por dinamismos autônomos.

2.3 O CONCEITO DE DRAMA: A SINGULARIDADE E O SENTIDO DA VIDA INDIVIDUAL

A concretude do “drama humano” exposto em narrativas individuais, distinta do drama concebido de forma abstrata por meio de conceitos impessoais, requer de um psicólogo uma posição de crítico dramático que faz uso de um método de interpretação. Esta é a característica básica da psicologia concreta, isto é, jamais abandonar o drama como campo de estudo, pois quando ele comparece no contexto da narrativa e se coloca sob o crivo da interpretação, representa o fato psicológico e não simplesmente o dado da percepção interna ou externa.

Noutras palavras, “o fato psicológico é o gesto esclarecido pela narrativa e não o gesto isolado, ou conteúdo realizado da narrativa” e ainda que o gesto possa ser descrito em termos de mecanismo fisiológico, “esse mecanismo não tem nada de humano; não pode interessar o

psicólogo nem é ainda psicológico” (p.111). Em geral, a percepção possibilita acesso ao material do drama em seu delineamento genérico, mas o fato psicológico “não é comportamento simples” como aparece nas definições de Watson, e sim “comportamento humano, isto é, comportamento reportado aos acontecimentos pelos quais se desenvolve a vida humana e ao indivíduo enquanto sujeito dessa vida” (p.112). O fato psicológico representa assim, para Politzer, o comportamento dotado de sentido oriundo do esclarecimento da narrativa.

Não obstante, a narrativa em foco tem um caráter significativo por representar um discurso dramático que implica a originalidade de uma vida singular. Por um lado, se o drama envolve um lugar, pois “desenrola-se no espaço como movimento ordinário, ou seja, como todos os fenômenos da natureza”, por outro, o significado: [...] “este não pode ocorrer em parte alguma: não é interior nem exterior, situando-se antes para além, ou melhor, fora dessas hipóteses, sem que isso comprometa de modo algum a sua realidade” (p.115). Do ponto de vista do significado, portanto, não é possível identificar espacialmente um lugar para o drama, mas ele pode ser concebido “no sentido lógico”, como outra realidade qualquer passível de ser considerada e explorada objetivamente.

Por conseguinte, a exterioridade do drama posto no campo narrativo não representa o mesmo que exposição de um mundo interior, pois texto e vivência estão fundidos enquanto realidade, porém realidade não diz respeito a tão somente isto, há ainda uma dimensão infável, a do significado que é presença sem espacialidade, mas é lógica que denuncia a intencionalidade do ato psicológico.

Enfim, esta é, em linhas sumárias, a concepção de drama em Politzer, cujo delineamento geral é acolhido neste trabalho. Todavia, o termo intersubjetividade, bem como o de família, inclusos na formulação inicial, aliado ao drama, requer discussão de outros conceitos que figuram no texto de Politzer, a concepção de sujeito e a questão de singularidade dramática, porém com o objetivo de esclarecer o ponto de vista assumido neste trabalho.

2.4 O CONCEITO DE SUJEITO NO PROJETO DE PSICOLOGIA CONCRETA

Na primeira metade do século XX, os pensamentos freudianos e marxistas, que exerciam grande influência entre intelectuais, representavam, em sua totalidade, perspectivas distintas que contribuíam para desestabilizar a concepção de sujeito oriunda do iluminismo,

ou seja, aquela que estabelecia o sujeito como fonte maior da razão. De forma sistemática, Freud concebeu a divisão da consciência, ao passo que a visão marxista deslocou para a dinâmica da materialidade da vida todo o valor de constituição da vida social. Todavia, estes dois discursos que também passaram a estar associados ao de Nietzsche como pensamentos da “suspeita” da racionalidade moderna, passaram, durante o século XX, por diferentes fases de interpretação quanto às suas possibilidades de complementaridade. Neste sentido, enquanto entre os anos vinte e trinta surgiu o movimento freudo-marxista, em fases posteriores também ocorreram separações radicais, principalmente quando concebidos de certo ponto de vista político partidário, como ocorreu contraditoriamente na própria história pessoal de Politzer.

De todo modo, interessa destacar que, quando na CFP, Politzer opera com a noção de sujeito concreto, assim pensado como ser em suas vivências, ele parece estar realizando uma leitura que revela influências da fenomenologia, do marxismo e do freudismo, sem contudo estabelecer uma discussão filosófica específica sobre o conceito de sujeito, tampouco acerca das duas primeiras teorias. A este respeito pode-se dizer que, na CFP, Politzer já não lida com uma noção de sujeito como fundamento da razão, mas sua perspectiva está ainda distante de desconstrução da razão moderna, que só ganhou maior densidade, radicalidade e expansão após a Segunda Guerra, com o advento do pensamento estruturalista entre os decênios de 1950 e 1960 e do pós-estruturalismo.

Assim, o sujeito na CFP, que ainda respira por meio de narrativas, não representa o homem natural regido pelas pulsões do mundo freudiano, mas o homem em sua vivência psicológica que só pode ser constituída de modo singularizado. Contudo, não é o homem dotado de plena autoconsciência pela reflexividade, o eu que vivencia mantém relação próxima com aquele concebido pela fenomenologia de Husserl, o eu que vivencia na intencionalidade. Como explica Gadamer (1997) sobre este pensamento fenomenológico, só existem “vivências na medida em que se vivencia ou se tem em mente alguma coisa nelas”. Ele acrescenta que Husserl admite vivências não intencionais, mas “essas entram na unidade de sentido das vivências intencionais como momentos materiais” (p. 112). Pois é justamente pela dimensão de sentido concreto e individual de uma vivência que Politzer concebe o sujeito, embora não se encontre em sua obra o conceito de vivência aqui empregado. Politzer aborda implicitamente esta vivência quando valoriza o sentido do sonho descoberto por Freud enquanto deplora a descoberta do complexo de Édipo tido como especulação, mas também quando afirma que o caráter da evidência de um fato psicológico é o de ser expresso “na primeira pessoa”:

A lâmpada que ilumina o meu escritório é um fato “objetivo”, precisamente porque está “na terceira pessoa”, porque não é “eu”, mas “ela”. Por outro lado, na medida em que sou eu que lhe subentendo o ser, a lâmpada é um fato psicológico. Logo consoante a natureza do ato que a introduz, a lâmpada ou é um fato físico ou um ato psicológico. (p.62).

Este argumento, que Prado Junior comenta como sendo de “estilo fenomenológico”, não pode ser reduzido a uma simples afirmação do eu e de sua individualidade, mas a um entendimento do eu como a real esfera da vida psicológica e da inevitável marca de singularidade que esta experiência contém por ser um ato psicológico. Ainda assim, não estaria Politzer concebendo o ato psicológico de um modo limitado, de forma que o sujeito pareça estar na posição de um ser isolado dos outros? Ao tentar responder a esta questão, Politzer procura distinguir as formas de concepção do eu que o torna abstrato e as formas pelas quais o eu se estabelece no campo de uma experiência concreta.

Quando o eu é considerado como esfera na qual atos psicológicos ocorrem, tal como o lugar da memória, da percepção, da linguagem ou das emoções, esta concepção, que é a da psicologia clássica, implica em falar do eu por um lado e “dos fatos psicológicos por outro”, ou seja, fatos psicológicos tratados “como se fossem na terceira pessoa” (p.69). Neste ponto, Politzer concede ao sujeito uma posição de anterioridade, ou de superioridade à sua dinâmica psicológica que será posteriormente questionado nas versões estruturalistas, porém o que ele pretende explicitar é que o recurso de explicação do sujeito por meio de totalidades “funcionais” resulta sempre em afastamento da perspectiva concreta:

[...] qualquer que seja o seu grau de complexidade, não é um ato nem supõe um sujeito; é um simples centro funcional, pois não é possível constituir um fato pessoal como o ato a partir de elementos impessoais. A psicologia continua com a sua falsa totalidade, no plano da abstração. (p.70).

A individualidade do sujeito na CFP é, portanto, distinta da noção de indivíduo como unidade separada dos demais, trata-se na verdade, de um recurso de teoria do conhecimento, pois é na dimensão do empírico que se acha o eu e a sua singularidade. Além disto, este indivíduo particular, que possui uma vida singular dotada de conteúdo e sentido, adquire expressão psicológica somente por meio dos acontecimentos de sua vida, que, inevitavelmente, possuem uma qualidade dramática. No entanto, até mesmo o drama pode ser concebido de forma pessoal e impessoal, ou seja, a psicologia clássica em sua busca de objetividade pode transformar os dramas pessoais em dramas conceituais. Ao tornar equivalentes todos os dramas, os dramas pessoais ficam reduzidos a mera aparência.

Neste sentido, Prado Junior (1990) complementa dizendo que, para Politzer: “o sentido subjetivo (e não há outro para ele) dos fenômenos psicológicos, que só emerge para quem é atento à natureza dramática da narrativa, só se esclarece completamente quando restituído ao fio diacrônico da teleologia da ação individual em situação social” (p. 25). Já o texto de Politzer aponta também para uma relação que se estabelece entre discurso, visão e ação que, de algum modo, parece antecipar o enfoque de Austin sobre a integração entre fala e ação:

Eu falo, e a vida corrente só vê intenção significativa. Estendo a mão para pegar uma garrafa de água, e alguém me entrega. No primeiro caso, sou compreendido; no segundo, uma “reação social” responde à minha “ação”, e isto é tudo. Numa palavra, jamais abandonamos, nas relações cotidianas a “teleologia da linguagem” e permanecemos no plano das significações, das compreensões e das ações recíprocas. (p. 26).

No que se refere a este argumento na CFP, Prado Junior (1990) comenta que nele descobre “uma inesperada raiz politzeriana na reflexão de Habermas sobre a obra de Freud” (p.26), assinalando, assim, mais uma revisita a este texto fora dos limites da França. Contudo, em retorno ao conceito de sujeito, ele afirma que, em síntese, o enfoque de Politzer ainda se acha aprisionado a uma “certa filosofia do sujeito e da consciência”. Neste aspecto, ainda que se admita esta crítica, tendo a considerar a configuração geral do conceito de sujeito de Politzer, no âmbito da CFP, como um delineamento preliminar da reconstituição do sujeito após processo crítico do sujeito da racionalidade moderna. É como se vê numa síntese apresentada por Dosse (1994), relativamente longa como citação porque imprescindível:

O reprimido do estruturalismo, o sujeito, teve um regresso tanto mais ruidoso, visto que se acreditou poder passar sem ele durante uma vintena de anos. Apanhado numa tensão constante entre divinização e dissolução, o sujeito experimentou não poucas dificuldades para reintegrar-se no campo do pensamento, dada a complexidade que lhe é própria, dividido entre sua autonomia de poder e as redes de dependência que o condicionam. Diante da falsa alternativa, por longo tempo apresentada como inelutável entre um sujeito onipotente e a morte do sujeito, toda uma corrente de reflexão contemporânea se desenvolveu em torno do paradigma da dialógica, do agir comunicacional, e pode representar um caminho real de emancipação como projeto social, bem como um paradigma fecundo no domínio das ciências sociais. (p. 493).

O conceito politzeriano de sujeito, de certo modo, também parece antecipar este momento de reconsideração crítica do pensamento pós-estruturalista, como também o acento dado ao campo discursivo que, em várias vertentes, predomina nos estudos sociais contemporâneos. Apesar disto, é inegável que o conceito de sujeito em Politzer, embora corresponda já àquele transformado pelo pensamento freudiano, trata de um sujeito limitado em sua consciência por uma dinâmica de representações que “supõe censura, recalçamento e

resistência”, mas sem a complexidade de exames e perspectivas a que foi submetido, na extensão dos desdobramentos filosóficos posteriores à CFP. A concentração do pensamento no enfoque lingüístico, ainda que realizado em diferentes abordagens nos campos da lógica e da semântica, preparou o terreno para a disseminação dos modelos de teorias recriadas na tradição hermenêutica e em referências a processos comunicacionais. É o caso da concepção dialógica, bem como para debates em torno de uma “ética da discussão”, ostensivamente presente na teoria de Habermas. Por certo, o enfoque em narrativas, a partir de uma interpretação da psicanálise freudiana realizado por Politzer na CFP, já representa uma prefiguração da disseminação deste modelo, mas justamente por seu estado de formulação primária aponta sem muitas nuances para o valor do campo lingüístico, e não contém os novos elementos da efervescente discussão contemporânea acerca do conceito de verdade no âmbito discursivo. Em torno deste debate, reflexões e modelos de pensamento redefiniram posições para os conceitos de sujeito e subjetividade, principalmente por meio do conceito de intersubjetividade, um enfoque que será abordado a seguir.

2.5 O CONCEITO DE INTERSUBJETIVIDADE

Conforme Gadamer (1995), uma problemática específica contida no programa da fenomenologia de Husserl propiciou a generalização do conceito de intersubjetividade. Este conceito, então abrigado sob o manto de uma formulação central, “fenomenologia do mundo e da vida”, desencadeia diversos enfoques nas ciências sociais. Em outras abordagens filosóficas, porém, o conceito de intersubjetividade remonta a Kant, particularmente pela noção de autonomia que, como explica Habermas (2004, p.13), “só pode explicitar-se plenamente dentro de uma estrutura intersubjetivista”. Isto quer dizer que Kant concebeu a autonomia como possibilidade de exercício da razão, ancorada em um fim de perfeição, cuja fonte é a responsabilidade da liberdade compartilhada.

Em Heidegger, a problemática da intersubjetividade surge associada à questão dos limites de apreensão do sentido, ou seja, se fosse possível a compreensão absoluta isto diluiria a busca de sentido. No entanto, diz Gadamer (1995), “em Ser e Tempo a intersubjetividade não representa mais que uma questão marginal dentro da verdadeira forma de ser do existir no mundo”, ao passo que “Husserl, por sua parte, reivindicou a importância da intersubjetividade na constituição do mundo” (p.19). O desdobramento da questão da intersubjetividade que

ocorre na primeira metade do século XX se dá por meio do “problema eu-tu”, entretanto, posteriormente, esta formulação é considerada inadequada, visto que envolve a primazia do eu, por conta da antecedência ao tu. Busca-se daí uma mudança por meio da escolha do termo “o outro” para designar o ser da relação.

Cabe notar que o conceito de intersubjetividade ganha proeminência na medida em que a subjetividade perde valor de fundamento absoluto da racionalidade no pensamento contemporâneo ao mesmo tempo em que ganha impulso o paradigma lingüístico, em contraposição com o paradigma da filosofia mentalista. Assim, os modelos de análise lingüística, embora com distintos enfoques, tendem para reflexões em torno de modelos discursivos que acabam por destacar o caráter intersubjetivo da experiência humana. É o caso, por exemplo, da perspectiva adotada por Habermas (2004, p.57) na teoria pragmática do significado que o leva a concluir que não “há necessidade nem possibilidade de ‘limpar’ o conhecimento humano dos elementos dos matizes de linguagem”.

Disseminado por diferentes áreas do conhecimento, o conceito de intersubjetividade também surgiu no campo dos estudos psicanalíticos. Coelho Junior (2001) assinala que o enfoque contemporâneo em aspectos intersubjetivos da prática analítica envolve diversas orientações teóricas. De um lado estão aqueles que buscam inspiração na linha da psicanálise interpessoal desenvolvida entre as décadas de 30 e 40 nos Estados Unidos, e de outro, abordagens como a de André Green, que se preocupa em aliar o enfoque da intersubjetividade com a preservação dos aspectos intrapsíquicos da experiência analítica. Ainda no campo psicanalítico, Roberto Stolorow (1999), após diálogo com a corrente de Heinz Kohut e a fenomenologia de Gadamer, criou “A escola da intersubjetividade” a partir da qual objetiva abordar os fenômenos da psicanálise em contextos intersubjetivos, sob o ponto de vista de que “o campo intersubjetivo é constituído por um interjogo entre mundos de experiências que interagem reciprocamente”. Nesta perspectiva, o enfoque da intersubjetividade não se restringe a uma reflexão sobre o ato analítico, mas recai para o processo de desenvolvimento em contextos relacionais mais amplos como o sistema criança-mãe. Deste modo, parece que há uma diferença entre o ponto de vista da abordagem psicanalítica de Green que enfatiza simultaneamente os processos intrapsíquicos e intersubjetivos e a concepção de Stolorow (1999) que “rejeita a idéia de um domínio intrapsíquico com autonomia relativa” por associá-la a “uma visão cartesiana da mente enquanto continente que abriga conteúdos”. Partindo desta perspectiva, a psicanálise relacional de Stolorow não concebe conteúdos psicológicos específicos, de caráter universal, como determinantes psíquicos, assim interessa mais o processo no qual a experiência psíquica é constituída intersubjetivamente. No que diz respeito

à dinâmica intrapsíquica, Stolorow rejeita a idéia de que isto possa ocorrer em uma esfera autônoma, tanto porque representa uma concepção cartesiana “enquanto continente que abriga conteúdos”, como porque “a operação dos princípios organizadores inconscientes invariáveis é profundamente sensível ao contexto, e dependente do mesmo”. A mudança teórica realizada por Stolorow apresenta, portanto, um quadro claro de inserção em um novo paradigma, abandona-se toda referência a um fundamento constituído pela subjetividade no modelo cartesiano e em seu lugar é adotada uma concepção relacional, intersubjetiva.

Esta leitura pós-cartesiana da psicanálise realizada por Stolorow está baseada numa certa interpretação crítica da obra de Freud como uma teoria “cripto-biológica” de caráter mecanicista, impessoal e energético. De algum modo, esta formulação de Stolorow lembra, em linhas bem genéricas, a crítica de Politzer à metapsicologia freudiana como uma especulação abstrata, porém sem referência ao campo aberto pela psicanálise para a investigação lingüística como faz este último autor em defesa do estudo de narrativas. Stolorow continua a crítica ao modelo freudiano, admitindo que a metapsicologia deve ser jogada numa “lata de lixo” para dar lugar à teoria da intersubjetividade, considerada como uma metateoria. Algo mais ou menos próximo ao final do texto de Politzer na CFP, que anunciava: “A metapsicologia morreu e a história da psicologia (concreta) começa”⁴ (p.128).

Assim desdobra-se a discussão conceitual da intersubjetividade no campo da psicanálise, embora Coelho Junior (2001) reconheça, por meio do depoimento de Levine & Friedman, que se trata de um conceito relativamente novo neste campo de conhecimento que requer ainda muito trabalho de elaboração e busca de acordos em torno de seus pressupostos.

Este investimento em torno do conceito de intersubjetividade também ganha terreno na psicologia, principalmente na área voltada para os estudos do desenvolvimento cultural. Neste sentido, Valsiner (1997) traz o tema da interdependência entre pessoa e meio ambiente, por meio de uma abordagem semiótica dos processos psicológicos. No entanto, o caminho adotado neste enfoque revela-se distinto dos anteriores em alguns aspectos. Primeiro, porque Valsiner (1997) considera que os esforços para eliminar dualismos são improdutivos na medida em que isto resulta numa dissolução do mundo pessoal no mundo social. Deste modo, ele assume a necessidade de estudo da intersubjetividade inserido em um modelo de interdependência que mantém a diferença entre mundo subjetivo e mundo intersubjetivo. Daí a afirmação de que, do ponto de vista ontológico “alguma forma de subjetividade deve ser

⁴ No livro de Politzer que consultei para realização deste trabalho há um evidente erro de tradução, pois nele ocorre uma troca do termo “morreu” por “venceu”. O artigo de Prado Junior, *Georges Politzer: sessenta anos de crítica*, citado várias vezes neste capítulo, por ser baseado na primeira edição francesa, confirma este equívoco.

presumida para que a intersubjetividade adquira sentido”. Para Valsiner (1997), portanto, parece que intersubjetividade diz respeito a um espaço criado entre subjetividades, ou seja, trata-se de um engajamento comunicacional transcendente aos “mundos privados” que requer das pessoas “capacidade para categorização e atribuição descentradas, de assumir reciprocamente papéis e perspectivas”, e de complementaridade de intenções”. Adiante, ele afirma ainda que a construção da intersubjetividade se estabelece por meio dos “postulados pragmáticos” da reciprocidade e complementaridade. Considerando assim a intersubjetividade como um metaprocessos de reflexividade, Valsiner (1997), ao contrário de alguns autores da filosofia contemporânea e da psicanálise relacional defendida por Stolorow, preserva a noção de sujeito e subjetividade em sua elaboração teórica, enquanto atribui à intersubjetividade uma função de “meta-processo de reflexividade” suscitada por meio da atividade dialógica.

Por conseguinte, a definição da intersubjetividade enquanto dimensão metacomunicativa situa-se no plano da interação entre sujeitos, ao passo que a concepção da intersubjetividade como dinâmica constituinte do sujeito permite reconstituí-lo como sujeito da experiência, evidentemente relacional, em lugar do sujeito da racionalidade ou da consciência. Uma outra dimensão associada ao plano do sujeito da experiência é a dimensão histórica de sua constituição. Neste sentido diz Stolorow que este “reconhecimento de uma subjetividade rigorosamente contextualizada... só pode ser a experiência de um sujeito situado historicamente”, isto é, “posicionado dentro do contexto intersubjetivo do passado, presente ou futuro”. De um outro ponto de vista, Valsiner (1997) também associa a “heterogeneidade da intersubjetividade”, baseada em papéis estabelecidos em culturas pessoais historicamente construídas.

Todavia, é preciso considerar que esta dimensão implica em apontar para o efeito da temporalidade como palco de contínua mudança, uma perspectiva que tende a situar-se no âmbito da relatividade. A questão que se coloca é quanto à possibilidade de sustentar-se o sujeito da experiência relacional exclusivamente na dimensão histórica ou decidir se há pontos de ancoragens concebidos fora da esfera de um fundamento solidamente sustentado pela racionalidade. A tendência de desenvolvimento desta discussão que, no momento, não pode ser estendida aqui, em geral tende a envolver encaminhamentos em linha de pensamento hermenêutica ou pragmática.

Portanto, resulta evidente que a concepção de sujeito na contemporaneidade acha-se mais problematizada do que o sujeito sob análise de Politzer na CFP. Trata-se, como já foi visto, de um sujeito dividido, imerso em relações que configuram seus dramas, porém nada

está explicitado sobre seu processo de constituição, a não ser no que tange à uma característica que é sua singularidade. Tendo em vista esse conceito de intersubjetividade que emergiu no campo do pensamento pelo avanço do viés crítico ao sujeito moderno e pelo giro lingüístico, é possível dizer que o sujeito relacional perde sua singularidade, dissolvido numa experiência social? Parece que inclusive esta é a interpretação de Valsiner (1997) que busca resguardar o mundo psicológico por meio de uma teoria da personologia sociogenética que “preserva o papel central da subjetividade socialmente construída no processo de contínua criação de intersubjetividade, no tempo irreversível do curso de vida de uma pessoa”. Contudo, questiono se a idéia de sujeito construído socialmente não tenderia a recair no mesmo problema de uma fusão que se pretende evitar entre os mundos psicológicos e sociais, dissolvendo completamente o primeiro no segundo? Afinal, nesta interpretação, a construção social de um mundo subjetivo por meio de um processo dialógico não envolve internalização de valores e normas sociais? Em qual condição há espaço psicológico de singularidade neste indivíduo? Valsiner (1997) responde que o mundo subjetivo é criado através de processos psicológicos que atuam globalmente, operando sistemas como o da percepção ou de atenção que, por sua vez, atuam como selecionadores em um campo semiótico. Este processo permite a criação de um mundo subjetivo de aparência relativamente estável, que garante tanto a singularidade da experiência como a formação de complexos semióticos de função adaptativa diante das experiências de instabilidade. Nota-se, portanto, que o aspecto central desta concepção de subjetividade e intersubjetividade consiste na consideração do sujeito como agente interatuante em processos de adaptação social, através dos recursos semióticos. Garante-se, assim, nesta perspectiva, que o sujeito na posição de agente não seja diluído no social por meio da margem de ação que ele detém nesse campo interacional e dialógico, mas parece que o custo desta alternativa é manter o conceito de subjetividade como condição prévia da intersubjetividade.

Considerando este conjunto de problemas conceituais sobre subjetividade e intersubjetividade, o ponto de vista adotado neste trabalho não se concilia com a afirmação de uma subjetividade prévia, mesmo que contextualizada como na teoria de Valsiner (1997), mas se aproxima da concepção de Stolorow que admite a constituição psíquica como uma experiência intersubjetiva. Todavia, este estudo não abdica de uma análise do eu, que não deve emergir, como dizem Goolishian e Anderson (1996), de uma pergunta “o que é o self?”, para evitar posições metafísicas e epistemológicas que tenderiam a conduzir a considerações sobre um “si mesmo” disponível para ser medido e quantificado. Importa aqui de reconhecer a pessoa como uma intersubjetividade singularizada pelo fluxo de seu discurso particular.

Como observa Guattari (1996), é importante acompanhar nesta dimensão da narratividade os ritmos: “não só lingüísticos, mas também ritmos de pensamento, repetições, reiteraões de imagens, territórios no próprio seio da língua que se abre sobre outros territórios” (p.200). E como território especificamente psicológico, acrescento, como ponto de encontro com o projeto de Politzer, o drama enquanto experiência de sentido, um campo aberto à interpretação da vida do narrador na primeira pessoa. Nesta perspectiva, portanto, intersubjetividade não se confunde com interação e comunicação - embora possa envolver tais processos -, diz mais respeito a processos de identificação, constituição de vínculos significativos, formulações imaginárias associadas a diversos tipos de demandas, que surgem nas expressões narrativas, ao modo de sustentação do delineamento da singularidade do eu e atos da pessoa que empreende a narrativa.

Em continuidade, importa agora refletir de que forma pretende-se analisar família, se a opção que foi feita acima está voltada para uma narrativa psicológica, ou seja, uma narrativa na primeira pessoa? O que significam, então, relações intersubjetivas familiares no âmbito desta pesquisa?

2.6 INTERSUBJETIVIDADE E FAMÍLIA

Os estudos mais sistemáticos sobre família parecem ser relativamente recentes na própria história das ciências sociais. Especificamente, no que tange, por exemplo, à demografia histórica, Faria (1997) afirma que antes da “década de 1950, os estudos sobre família, como se entende hoje, praticamente não existiam, restringindo-se a análises genealógicas, quase sempre de grupos de elite, e baseados em fontes subjetivas” (p.244). No entanto, sabe-se que em outras áreas do conhecimento, como na etnografia, o olhar sobre a família já recua a um período mais remoto como nos indica a Sociologia da Família de Simmel (1895), ocupada em reunir e analisar a diversidade de dados sobre a história e psicologia da família, obtidos em pesquisas antropológicas realizadas com populações distintas do mundo ocidental.

Já em meados do século XX, após maior investimento da historiografia demográfica, a família tornou-se, conforme Faria (1997), o “centro explicativo do comportamento populacional” e a “unidade doméstica transformou-se em objeto específico dos estudos históricos, o que Anderson chamou de ‘abordagem da economia doméstica’”. Por este ângulo,

privilegia-se assim o aspecto econômico da vida familiar vista como “unidade de produção e consumo” (p.249).

Outra perspectiva de análise da família volta-se para o modelo de organização e hierarquia familiar que suscitou, particularmente no Brasil, a discussão em torno da noção de família patriarcal do período colonial, proposta por Gilberto Freire e ampliada por Antonio Cândido. Desse debate, na década de 1980, surgiu uma resistência à prevalência de uma única noção de modelo familiar para o referido período histórico e uma conclamação para estudos que atentem para a diversidade e pluralidade da vida familiar na sociedade brasileira, tanto no passado quanto no presente. Neste sentido, criaram-se linhas de abordagens que procuram identificar padrões de organização familiar, em geral associados a condições econômicas e regionais que indicam aproximações e distanciamentos do modelo de família nuclear, envolvendo ainda estudos que caracterizam modos de vida de acordo com classe social ou setor de trabalho.

Já as linhas de estudo mais recentes têm tomado caminhos muito diversificados em diferentes regiões do mundo, enfatizando modelos de relacionamento familiar associados a diversos processos, tais como a “individualização da família contemporânea” (PEIXOTO; CHICHELLI, SINGLY 2000), vida familiar e condições de desemprego (CASTEL, 1998; Beaujouan, 2000), relações intergeracionais (BELHADJ; PEIXOTO, 2000) ou análises tendo por base conceitos, como por exemplo, o de habitus familiar (TOMANOVIC, 2004), só para citar alguns enfoques apenas na área sociológica.

Todavia, importa ressaltar nesta abordagem, centrada em um ponto de vista psicológico, o problema da subjetividade e intersubjetividade nos estudos sobre família. Para alcançar este fim, torna-se conveniente analisar teorias e enfoques voltados para dimensões psicológicas da vida familiar.

Embora a área de estudos psicológicos seja povoada por várias correntes de pensamento, são poucos os enfoques voltados para a família. O investimento mais amplo e organizado deve-se à teoria sistêmica que, na verdade, representa um pensamento de convergência interdisciplinar, que conseguiu reunir diversos profissionais interessados em intervenções terapêuticas. Alguns psicanalistas influenciados pelo pensamento sistêmico também realizaram tentativas de fusão com a teoria psicanalítica, mas eles representam uma faixa minoritária na psicanálise, na medida em que a metodologia de terapia familiar afasta-se muito do modelo clínico analítico.

O problema da definição conceitual da intersubjetividade familiar pode ser tratado também por meio de abordagens sobre processos de socialização, e neste ponto destaca-se o

conhecido texto de Berger e Luckman sobre socialização primária e socialização secundária. Tendo então como referência estes três enfoques - sistêmico, psicanalítico e sociológico -, cabe identificar como neles se configuram as noções de subjetividade e intersubjetividade.

2.7 ABORDAGEM SISTÊMICA

A teoria e terapia sistêmicas configuraram-se, na segunda metade do século XX, como um contraponto ao modelo de terapia individual, até então hegemônico desde o surgimento das diversas correntes de estudos psicológicos. A visão sistêmica buscou alçar para primeiro plano o âmbito do contexto como fator mais atuante sobre os comportamentos, em detrimento de fatores de ordem intrapsíquica individual. Contudo, diferenciava-se da consagrada teoria comportamental em psicologia, voltada para o papel central do ambiente, porque além de focalizar estritamente a família, trouxe para este âmbito uma compreensão sistêmica e deu uma ênfase maciça às características dos processos de comunicação entre os membros da família. A teoria sistêmica foi suscitada inicialmente no campo de ação terapêutica de saúde mental, numa fase na qual a política estatal dos Estados Unidos reservava grandes somas de verbas para políticas públicas, permitindo assim não só o atendimento do indivíduo portador de problemas de saúde mental, mas também de toda a família. Outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento da teoria sistêmica envolvem o forte impacto gerado no campo do pensamento, após as experiências bélicas e de políticas totalitárias do século XX, no sentido da desconstrução de paradigmas tradicionais, bem como ao novo papel dado à linguagem, em lugar de análises restritas a processos mentais. Elkaïm (1996) assinala ainda a influência da teoria dos tipos lógicos de Whitehead e Russel para a elaboração de um dos conceitos mais importantes da teoria sistêmica, a interação e comunicação paradoxal, desenvolvido pelos teóricos conhecidos como grupo de Palo Alto, liderado por Gregory Bateson.

O encontro entre a história e a teoria marca o depoimento de vários teóricos sistêmicos, em geral imigrantes residentes nos Estados Unidos, sendo a maioria de origem européia. Elkaïm, terapeuta sistêmico, comenta sua experiência de vida entremeada de paradoxos. Ele diz que nasceu numa família judia residente em um país norte-africano, Marrocos, e que após o conflito árabe-israelense, deparou-se com a separação de seus amigos judeus e árabes. Isto foi decisivo para ele engajar-se, no final da década de 1960, na criação de “comitês israelenses e palestinos” com o objetivo de defender o direito de autodeterminação

dos povos. Diante disto, ele diz: “Compreendi que, além do paradoxo a que está submetido todo ser humano, que nasceu para morrer, eu devia suportar outros paradoxos específicos em minha vida cotidiana” (p.207). Ackerman, russo, cuja família judia emigrou para os Estados Unidos após a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1998), escreveu seu primeiro trabalho sobre família em 1936. Neste artigo, relata Elkaïm (1998), ele não mencionava ainda a terapia, mas tratava de descrever “o enredamento emocional de um pai e de seus filhos adultos”, um enfoque que estabelecia a família como unidade de estudo ao invés de análises separadas de pais e filhos. Três anos depois, os nazistas invadem a Polônia e assim Elkaïm (1998) depõe sobre esse trágico momento:

Pode ser difícil nessa passagem avaliar o quão poderosa foi a forma pela qual os eventos históricos daqueles anos exerceram seu domínio sobre a vida intelectual e a consciência das pessoas, embora as novas recentes histórias de ferocidade tribal e assassinatos étnicos tenham recomeçado a atuar nesse mesmo sentido. As questões mais profundas quanto à natureza humana eram sacudidas a ponto de se afrouxar suas amarras: haveria algum modo pelo qual um indivíduo pudesse ter controle sobre seu próprio destino? Que tipo de explicação psicológica de maior significado poderia dar sentido a um mundo tão brutal, aos tormentos intraduzíveis que se abatiam sobre numerosas vidas humanas? [...] Em tais circunstâncias aumentou rapidamente a consciência da importância do contexto social sobre o destino dos indivíduos. (p. 28).

Estava, assim, lamentavelmente pela via de acontecimentos históricos verdadeiramente abomináveis, aberto, de forma incisiva, o caminho para que muitos psiquiatras e psicanalistas de várias nacionalidades, a maioria residente nos Estados Unidos, recompusessem seus referenciais teóricos anteriores pautados apenas na psicodinâmica individual e empreendessem a reinvenção de suas práticas clínicas. Para muitos terapeutas de família, entretanto, a experiência clínica na esfera familiar não representava exatamente uma negação de estados intrapsíquicos nem a adoção de uma perspectiva oposta. Whitaker (1990), por exemplo, concebia a possibilidade de esses estados serem expressos em termos comportamentais e em padrões de relacionamento interpessoal, postulando, além disso, uma noção de inconsciente diferenciada da teoria de Freud, próxima à teoria de Rank, associada a um conceito de inconsciente criativo. Assim, a “relação entre o indivíduo e seu grupo social é paradoxalmente interdependente e não ambivalente. Isto é, quanto mais o indivíduo se torna ele mesmo, mais pode estar com os outros, mais eficiente ele é, e assim por diante” (p.43). Com se vê, neste período, o espaço de liberdade para interpretações e interações conceituais tornara-se bastante ampliado na esfera das discussões entre terapeutas de família, porém não restam dúvidas de que a concepção sistêmica familiar se constitui em um modelo teórico e prático definido que se revelou profícuo na experiência clínica e diversificado em linhas de

abordagens terapêuticas. O que, enfim, caracteriza este modelo e qual interpretação de sujeito e intersubjetividade, para retomar o fio da meada, depreende-se desta abordagem?

A concepção sistêmica projetada para terapia de família se apóia em dois modelos convergentes, por estarem sustentados em um princípio estrutural. Primeiro, no modelo de organismo vivo, isto é, “a noção de que as famílias podem ser descritas como possuidoras de propriedades estruturais formais similares às que apresentam os demais sistemas viventes” (ELKAÏM, 1998, p.38). Segundo, no modelo cibernético que concebe toda estrutura como uma cadeia de retroalimentação. Por este ponto de vista, um evento não possui apenas uma direção linear, de *a* para *b* e assim por diante, mas também inclui uma dimensão de retorno ao ponto de partida. Deste modo, em lugar de uma análise pautada em um determinismo linear adota-se uma análise de caráter circular. O conceito de retroalimentação também conduz à noção de homeostase, ou seja, à idéia de que todo sistema tende à estabilidade, à reconstituição de seu equilíbrio. Este modelo inspirado em investigações da lógica e do significado levou Watzlawick, Beavin. Jackson (1993) a concluírem que a “busca de um padrão ou modelo é a base de toda investigação científica. Onde existir um padrão, existe significado; esta máxima epistemológica também é válida para o estudo da interação humana” (p.33). Logo, a teoria sistêmica se constitui fundamentada em um modelo lógico de caráter estrutural, que parece então elidir a subjetividade e, conseqüentemente, a intersubjetividade. Todavia, outro tipo de formulação presente em alguns dos enfoques tende a enfatizar mais a dimensão relacional entre indivíduo e contexto aparentemente reduzindo o condicionamento estrutural e relevando somente a dimensão relacional. A proposta de Minuchin (1982) apresenta-se assim:

A terapia estrutural de família, abordando o homem em seu contexto social [...]. Constitui uma das muitas respostas ao conceito de homem como parte de seu ambiente, que provou ter aceitação no começo do século. O pensamento psicodinâmico individual valeu-se de um conceito diferente, o do homem como um herói, permanecendo ele próprio, a despeito das circunstâncias [...] Já em 1914, Ortega y Gasset escreveu: “Eu sou eu e as minhas circunstâncias, e se eu não as preservo, não posso preservar a mim. Este setor da realidade circunstancial forma a outra metade de minha pessoa; somente através dele posso me integrar e ser inteiramente eu mesmo” [...] Existe uma marcante semelhança entre esta observação poética do começo do século e a explicação mais moderna, expressa em linguagem cibernética, com a qual Gregory Bateson suprimiu a fronteira entre espaço interior e exterior, para obter a sua própria metáfora da mente [...]. (p. 14).

Na verdade estas apresentações teóricas de abordagens sistêmicas não tendem a exhibir rigor teórico. A proposta é estrutural dentro do próprio modelo sistêmico, mas a linguagem preserva as noções tais como “eu”, bem como “indivíduo e o seu contexto”, como se

estivessem sendo elaboradas temáticas em torno da subjetividade, correlacionada a processos relacionais. Desta formulação híbrida do modelo sistêmico ressalta que se trata de um enfoque teórico predominantemente estrutural, mas de grande valor heurístico para o exercício clínico, principalmente pela ênfase dada à dimensão relacional da unidade familiar. Contudo, os limites da teoria e abordagens revelaram-se na medida em que a crítica avançou sobre o modelo. Neste sentido, Elkaïm (1996) depõe acerca de uma advertência que recebeu:

Guattari ajudou-me a considerar alguns de seus perigos. Segundo ele, o enfoque sistêmico, que pretendia aplicar as mesmas leis a sistemas tão diversos como os físico-químicos, os biológicos e os humanos, continha perigos análogos aos do estruturalismo, que na época gozava de popularidade na França [...] Sua observação impactou-me, já que eu sempre havia sido particularmente sensível aos elementos singulares, únicos de cada indivíduo. (p.205).

Por certo muitas mudanças ocorreram nas abordagens sistêmicas desde então, porém não é possível neste âmbito sistêmico descartar-se de um modelo apriorístico de reciprocidade e complementaridade que comprime espaço para a subjetividade e intersubjetividade, conquanto contribuam para a instalação de um amplo lugar para a dimensão relacional no campo do pensamento terapêutico.

2.8 ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Ocupando um lugar marginal na esfera psicanalítica, a maior parte das teorias e terapias analíticas de família, embora busque preservar conceitualmente a dimensão de subjetividade em sua experiência clínica, recai, de outro modo, no mesmo padrão do modelo estrutural dos enfoques sistêmicos, até porque resulta do mesmo de campo de influência conceitual já abordado anteriormente.

Eiguer (1997) concebe uma estrutura analítica apoiada em conceitos freudianos, ao passo que Berenstein (1988) propõe claramente um modelo estruturalista para a clínica familiar. A configuração estrutural desta proposta de Eiguer está marcada por noções tais como psiquismo familiar, interfantasmática, eu familiar que conduz a um enquadramento de objeto da família sob uma leitura subjetiva. O que fazer com a questão da singularidade dos indivíduos vinculados a uma dinâmica familiar? Eiguer (1997) opta por não recorrer a interpretações individualizadas, pois o que está em foco são os vínculos inconscientes

narcisistas e objetais, fantasmas partilhados e movimentos pulsionais comuns (SOUZA, 2001). Por conseguinte, há neste caso uma transposição de recursos conceituais elaborados para a clínica individual para a clínica familiar, ao custo de suprimir a subjetividade em nome da estrutura, elaborada originalmente para uma leitura subjetiva.

Berenstein (1988) segue pelo mesmo caminho quando examina a família como uma estrutura de relações. Defende, assim, a idéia de família como um sistema de relações, em lugar de uma formação composta por indivíduos (SOUZA, 2001).

A linguagem utilizada por Benghozi (1994) exhibe a mesma dificuldade em conciliar individual e grupal sem que uma dimensão deixe de suprimir a outra, segundo a escolha de uma delas para foco de análise. Ele especifica que defende uma abordagem circular, interacional e construtivista, pois essa “epistemologia circular permite conceber uma modelização holográfica em terapia familiar: o porta-sintoma é, ao mesmo tempo, um elemento do holograma, dos elementos do contexto” (p. 258).

Reproduz-se, deste modo, em todo campo de pensamento sistêmico oportunidades para desconstruir um discurso voltado para o mundo individual, uma perspectiva chamada por Gattari (1996) de “mutação enunciativa”, esta mudança traz bons frutos de renovação clínica, mas operando nos limites da abstração teórica que implica em obstruir em parte a riqueza de narrativas envoltas em campos relacionais, porém circunscritas por especificidades, que só se expõem quando se dá margem para intersubjetividades em planos singular e plural, presentes nos enredamentos dramáticos das experiências de vida.

2.9 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

Berger e Luckman (1994), dois autores que se tornaram referência na discussão sobre socialização primária e secundária, percorrem uma pista teórica oposta aos modelos anteriores, de caráter estrutural. Em primeiro lugar eles postulam que a realidade se constitui simultaneamente objetiva e subjetiva. Eles partem de um raciocínio dialético, provavelmente de influência hegeliana, para conceber esta realidade como um processo “composto de três momentos, exteriorização, objetivização e interiorização” e para considerar esta mesma seqüência reproduzida individualmente. A descrição deste processo implica, portanto, a idéia de subjetividades passíveis de conexão umas com as outras, em um modelo teórico que se aproxima do conceito de mônadas elaborado por Leibniz. Afirmam os citados autores: “[...] o

indivíduo não nasce membro da sociedade, nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade” (p.173). Noutras palavras, para Berger e Luckman (1994), o indivíduo nasce numa estrutura social objetiva que lhe é imposta, e nela encontra pessoas encarregadas de sua socialização em toda infância. Estas pessoas encarregadas de fazer a mediação entre o indivíduo que nasce e o mundo tornam-se, para esta criança, a posição de outro significativo. Não é negado que na socialização primária ocorrem identificações, ligações e experiências emocionais que ficam interiorizadas e tudo isto resulta em absorção de papéis e atitudes, reelaborados ao longo deste processo para a formação de uma personalidade particularizada e coerente.

Os parâmetros conceituais da teoria de Berger e Luckman (1994) evocam aqui alguns padrões teóricos da psicologia clássica, já criticada por Politzer, quando reeditam o problema de uma fronteira entre mundo exterior e interior e também quando fazem confluír todo o processo de formação, tanto primária quanto secundária, para a esfera de uma metateoria. Por outro lado, preservam a noção de sujeito no interior do conceito de indivíduo, pois este último representa o pólo subjetivo que contrasta com a objetividade do outro pólo, o mundo “externo”. Este ponto de vista de Berger e Luckman (1994), sem os recursos analíticos da lingüística usados por autores, como Lacan e Bourdieu⁵, em tentativas de evitar a clivagem entre mundo interno e mundo externo, enfatiza a subjetividade e estabelece a intersubjetividade apenas como interface de subjetividades, portanto, uma perspectiva distinta da proposta deste trabalho.

2.10 É POSSÍVEL LEGITIMIDADE PARA O ESTUDO DO DRAMA INTERSUBJETIVO FAMILIAR?

A escolha de um recorte analítico focalizado no drama intersubjetivo familiar, que nesta pesquisa está relacionado ao problema do envolvimento de jovens com prática de delitos, baseia-se no pressuposto de que as ações e experiências dos sujeitos se configuram enredadas a contextos intersubjetivos, tanto àqueles que fazem parte de sua própria

⁵ Bourdieu faz esta tentativa por meio do conceito de habitus. Este conceito é definido como “sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas e ‘regulares, sem que, por isso, sejam produto da obediência de regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro” (BOURDIEU *apud* MICELI, 1987).

constituição, quanto àqueles de seu espaço relacional. E como é amplamente reconhecido, o campo relacional familiar se apresenta como a esfera de significação de maior poder de vinculação nestes contextos intersubjetivos. Berger e Luckmann (1994) comentam que, na socialização primária, a criança interioriza primordialmente o mundo dos outros que são significativos para ele, porque este não é um mundo qualquer, e sim o “único mundo existente e concebível”. Por conseguinte, “o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrincheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias” (p.180). Embora este conceito de internalização, que remete à divisão entre um mundo externo e um mundo interno, não seja adotado neste trabalho, concorda-se aqui com a idéia de maior impregnação conquistada pelas experiências de socialização primária.

De certo modo, esta problemática se associa a uma análise desenvolvida por pensadores hermenêuticos que contestam a idéia de considerar o passado como um tempo relativo ao que já é superado, desmobilizado e inativo. Nas palavras de Ricoeur (1997, p.372), “é preciso resistir ao encolhimento do espaço da experiência [...], é preciso reabrir o passado, nele reviver potencialidades não realizadas, contrariadas ou até massacradas”. Por meio desta advertência, Ricoeur traz para novo exame um tema já elaborado por Gadamer sobre o papel da tradição, sob o termo “ser-afetado-pelo-passado”. O uso desta terminologia, para se referir a um processo abrangente como a questão da continuidade e descontinuidade na história, resulta de uma convicção de que “o passado não é um intervalo morto, mas sim uma transmissão geradora de sentido”. Ricoeur (1997, p.379), em lugar do termo tradição empregado por Gadamer, adota tradições com o sentido de “que nunca estamos numa posição absoluta de inovadores, mas sempre inicialmente numa posição relativa de herdeiros”, uma condição “essencialmente ligada á estrutura da linguagem da comunicação em geral e da transmissão de conteúdos passados em particular”.

Tanto Ricoeur quanto Gadamer pretendem enfatizar a precedência institucional da linguagem sobre o indivíduo, bem como sobre os desdobramentos da cultura e da ciência, mas é o primeiro autor quem resume a elaboração do segundo:

Essa identificação entre consciência exposta a eficiência da história e a recepção dos textos do passado transmitidos até nós permitiu Gadamer passar do tema heideggeriano da compreensão da historicidade [...] ao problema inverso da historicidade da própria compreensão. (p.380).

Transferindo esta constatação desse ponto de vista hermenêutico, sobre a tradição enquanto terreno de linguagens que tece a história, para o âmbito específico do mundo

familiar, interessa investigar a experiência daqueles que habitam neste mundo quanto a ser afetado pelo sentido da própria história particular, uma história constituída numa tensão gerada por um legado sem escolha e possibilidades de agenciamento. Envolvendo ainda a inversão identificada acima por Ricoeur, surge uma inspiração para diferenciarem-se três níveis paralelos de análise: 1. Aquele resultante da compreensão da historialidade do mundo investigado por quem pesquisa; 2. O problema da historialidade da compreensão do pesquisado; 3. Interpretação de possíveis interligações entre os dois níveis anteriores de historialidade.

Este traçado de investigação requer ainda esclarecer sobre a validade deste modelo de conhecimento. Mais uma vez, a referência se apóia na concepção de Gadamer que discute a diferença entre verdade e certeza. Ele argumenta que se o critério para alcançar a verdade implica necessariamente em verificação, isto quer dizer que o fundamento da verdade se define pelo ideal de certeza estabelecido por um método constituído por regras de medidas. Há, então, possibilidades de aplicação do método a toda realidade ou há realidades que não são alcançadas pelo método?

Oliveira (1995), norteado também pelo texto de Gadamer “Verdade e Método”, argumenta que a transposição de limites entre o conhecimento metódico e o reconhecimento de outras modalidades de conhecimento passa pela “subversão epistêmica” que retirou da ilegitimidade a noção de preconceito a que fora lançada pelo iluminismo. Uma prenoção não representa inevitavelmente um erro ou visão inadequada, pois noções prévias acompanham todas as formas de conhecimento. Trata-se da “compreensão intersubjetiva” postulada por Gadamer que, segundo Warnke (1987, p.117), “é pressuposta por qualquer ‘ciência objetiva’, uma vez que os cientistas também precisam chegar a um conhecimento entre si sobre o sentido de termos, critérios para testar hipóteses e assim por diante”. Isto, segundo Oliveira (1995, p.13), abre caminho para a “validação de resultados alcançáveis pela via não-metódica onde o papel tradicional da compreensão, como geradora de hipóteses e conjecturas, passa a ter uma função de indiscutível valor cognitivo”. Nesta perspectiva, discutida por Oliveira (1995), a interpretação explicativa de uma via metódica pode associar-se a uma interpretação compreensiva não-metódica, sendo seus resultados igualmente postos a uma condição de validação hermenêutica, instituída por um confronto de interpretações.

Com base neste parâmetro, o trabalho de análise sobre dramas intersubjetivos familiar pode ser assim desenvolvido como estudo de caráter hermenêutico, cuja legitimidade está sujeita à avaliações e debates apoiados em outras interpretações constituídas em campos de pensamento pertinentes.

Por fim, cabem ainda algumas considerações sobre o conceito de drama adotado neste trabalho. Drama e tragédia costumam ser objeto de análise, desde a obra de Aristóteles, como modalidades da arte de representação. O método usado por Aristóteles, comenta Daiches (1967, p.31), “consiste, em essência, no exame de fenômenos observados, tendo em vista anotar-lhes as feições”. Isto quer dizer que Aristóteles não partia de uma prescrição do que deveria ser a literatura, mas sim de uma preocupação ontológica, partindo do registro de como a literatura se constitui e se apresenta e quais as suas funções. Deste modo, Aristóteles, entre outras definições sobre a tragédia, dizia que ela consistia na imitação de uma ação dotada de gravidade, encerrando neste fato sua magnitude. Além disto, que esta imitação não dizia respeito apenas aos atos de uma pessoa, mas a acontecimentos de vida, miséria e felicidade. Abordar o drama, que pode ganhar também a dimensão de tragédia, associado à experiência de vida familiar, consiste, então, em fazer um caminho inverso ao da sua representação. Tendo como referência Aristóteles, cabe reunir suas características gerais impessoais, tendo em vista o seu valor. Todavia, se a linha de pensamento admite a lição de Politzer, as características deste drama retornam, com a mesma identificação de importância, para o mundo singular. Se, ainda assim, leva-se em consideração o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995) que descreve enraizamento absoluto, mas dotado de formas movediças, torna-se possível realizar aproximações a dimensões interrelacionadas e diversificadas em termos de forma e intensidade do drama.

Assim, este trabalho se apóia nestas referências, para analisar dados relativos à vida familiar de jovens infratores, bem como identificar as características de sua rede de vida social próxima, ambos os aspectos considerados em seus possíveis enredamentos dramáticos.

Antes, porém, de abordar especificamente o material desse estudo, cabe apresentar outra parte da trajetória de investigação teórica desenvolvida neste trabalho. Cada face dos temas examinados, além dos problemas e conceitos metodológicos já discutidos, envolveu variados e múltiplos aspectos que foram sendo gradativamente delimitados. Nas primeiras formulações de projeto de pesquisa o tema família, por exemplo, foi abordado pelo crivo de noções acerca dos domínios público e privado e cotidianidade. Posteriormente, outros aspectos foram abordados como o espaço ocupado pela discussão sobre a família na esfera dos estudos sociais até os enfoques de família no âmbito das intervenções terapêuticas. Do mesmo modo, o tema da adolescência relacionada aos atos de infração também se bifurcou ao longo do histórico de estudos, trazendo a tona desde linhas de análise social até teorias da criminalidade e da violência. Este percurso de estudos, que implicou esforços de condensação de temáticas, abrangendo tanto teorias como resultados de pesquisas, tanto contribuiu para identificarem-se

estágios de análise e características de enfoques no campo interdisciplinar das ciências humanas sobre famílias, jovens e criminalidade como também para constituir parâmetros de análise para o problema proposto em torno do drama intersubjetivo familiar do jovem infrator.

3 PERCURSOS DE INVESTIGAÇÃO TEÓRICA SOBRE CONTEXTO SOCIAL, FAMÍLIA E DELITO JUVENIL

A trajetória de estudos sobre os temas contexto social, família e violência juvenil realizou-se a partir de enfoques gerais e específicos, apoiados em diferentes disciplinas das ciências humanas. Esta pesquisa em torno destes temas teve como finalidade complementar a reflexão principal pautada na discussão acerca do drama intersubjetivo familiar, bem como expor estágios de investigação do referido assunto em variada literatura.

O problema do delito juvenil como linha de condução para pensar lógicas de vida familiar se insere numa questão mais ampla, a da violência. Em geral, as experiências mais contemporâneas de violência em plano microsocial se acham subordinadas a análises e explicações de cunho macrossocial. No entanto, não se trata aqui de privilegiar esta hierarquia analítica, mas de tentar identificar modos de concepção de violência e inquirir como tais conceitos amplos se refletem nas formas de investimento em estudos e na realidade da vida cotidiana.

Vale notar que só na contemporaneidade a violência se tornou um problema de grande envergadura para o pensamento. Neste sentido, destaca-se a proliferação de questionamentos críticos produzidos após os grandes conflitos bélicos mundiais e a vigência de regimes políticos autoritários de diferentes ideologias durante o século XX. As concepções críticas geradas por estas experiências históricas tornaram-se então o foco disseminador de idéias pacifistas, de retomada dos valores da democracia e das políticas dos direitos humanos, principalmente no Ocidente. Todavia, novas reivindicações e conquistas correspondentes ao avanço destas concepções não têm impedido, como claramente se vê nos grandes meios de comunicação, o crescimento de renovadas expressões de violência derivadas de complexas articulações envolvendo os universos político, sócio-econômico e religioso, de modo intenso e sistemático, em várias regiões do mundo. Assim, é patente que as manifestações de violência contemporânea que alimentam em muitos estudiosos da sociedade a idéia de construção de uma “nova ordem mundial” (DELACAMPAGNE, 2001) ainda representam um enorme desafio para todos aqueles que vivenciam e investigam este tema.

Enquanto o assunto violência perpassa todos os espaços sociais e, portanto, atrai um número considerável de investimentos teóricos, a família, na modernidade, sendo uma instituição associada exclusivamente ao mundo privado, demorou a exercer atração sobre as áreas de estudos sociais, excetuando-se algumas linhas de estudos antropológicos desenvolvidas no início do século passado. Somente a partir da década de 60 é que se

ampliaram produções teóricas voltadas para a família em diferentes campos interdisciplinares, ainda assim, sobretudo no Brasil, não obstante os estudos sobre as características de famílias de acordo com perfil de classe social, são pouco investigados, dizem Peixoto e Cichelli (2000, p.10): “as relações familiares e geracionais a partir de suas práticas e comportamentos cotidianos: relações entre irmãos, entre pais e filhos adolescentes, entre noras e sogras, avós e netos [...], influência do meio sócio-habitacional nas relações familiares”.

Este trabalho pretende, portanto, buscar elos entre estes dois temas. O entrelace família e violência se dá com o propósito de recortar, na esfera das múltiplas unidades constituídas pelas famílias, lógicas de vida que operam no fomento das manifestações de violências, enfim, sua dramaticidade, entrecruzada, em continuidade ou mesmo, talvez, em descontinuidade, com as dinâmicas do contexto social. Neste sentido, pretende-se resguardar, para o estudo da família, a dimensão de intersubjetividade que lhe é própria sem o descuido da configuração social em que se insere.

Considerando que, entre as dimensões macro e microsociais correspondentes respectivamente aos problemas gerais de violência e da família emerge a distinção entre mundo público e mundo privado, este assunto passa a ser discutido a seguir.

3.1 MUNDO PÚBLICO E MUNDO PRIVADO

A cisão entre as esferas pública e privada, no sentido em que é auferido na contemporaneidade, é uma invenção do século XVIII no Ocidente, estreitamente relacionada ao desenvolvimento do modelo de relações de produção burguesa que estabeleceu, como afirma Del Priore (1997), a separação dos espaços de produção das condições materiais de vida daqueles de reprodução de existência. Logo, a esfera privada passou a ser identificada à esfera familiar e doméstica, repercutindo tal separação nas concepções de padrões e valores morais e na reconfiguração dos espaços físicos reservados à vida cotidiana.

Importa lembrar, porém, que uma cisão anterior de caráter político teve efetiva ressonância nesta separação público e privado na modernidade. Trata-se da concepção política inaugurada por Maquiavel, no século XVI, pautada na compreensão de que moral e política não são a mesma coisa, mas dois tipos de ação. A primeira concerne às ações na vida privada, ao passo que a segunda às ações na vida pública (GRUPPI, 1985). De fato, estes conceitos de Maquiavel - uma interpretação moderna da divisão no mundo antigo entre o *oikos* e a *polis*, a

casa e a cidade -, paulatinamente engendraram a esfera pública como espaço de luta pelo poder e o espaço privado como aquele reservado às funções cotidianas de produção da existência, de proteção e do cultivo de sociabilidades.

No que tange ainda a esta oposição entre vida pública e vida privada, Ariès (1978) considera que as modificações mais significativas na sociedade, a partir do século XVIII, estão refletidas em três fenômenos. Primeiro, o despertar do Estado para tornar mais abrangente sua influência sobre diferentes áreas da sociedade. Segue-se a isto a divisão dos espaços sociais, ou seja, o lugar do trabalho, da casa, da rua e do campo. E, por fim, um grande fenômeno de natureza psicológica. Lado a lado com a Revolução Industrial aconteceu a revolução da afetividade representada pela concentração dos investimentos amorosos do indivíduo no interior da família, em substituição à forma anterior, na qual havia mais espaço para que os indivíduos realizassem uma ampla partilha de afetos no mundo social. Assim, segundo ainda Ariès, este monopólio da afetividade, ao gerar hipertrofia dos papéis familiares, colaborou para promover a decadência das cidades mediante a retração da sociabilidade pública, fazendo com isto avançar o mal-estar e a intolerância na contemporaneidade.

O mesmo autor associa a repartição da sociedade, pelo sistema capitalista emergente, em espaços delimitados de atividade e realização de papéis, ao uso por parte do Estado de mecanismos de controle e ordenação, aproximando-se, de certo modo, da análise de Foucault (1987) a respeito dos meios de vigiar e punir desenvolvidos no período moderno. Todavia, o ponto de vista foucaultiano contém uma crítica bem mais vasta, que alcança a totalidade dos modelos de pensamento moderno e contemporâneo voltados para a criminalidade. Neste sentido, reservo para a análise de Foucault um espaço próprio, ao fim de todas as resenhas, com o intuito de não só apresentar traços básicos do pensamento deste autor, como para tentar estabelecer espaço de diálogo entre a proposta deste trabalho e o modelo foucaultiano.

Retornando às afirmações de Ariès a respeito das características da família na sociedade moderna, resulta claro que esta bipartição não ensejou duas esferas de valores iguais, sendo preponderante o domínio público sobre o mundo privado e isto, evidentemente, reflete-se nos investimentos teóricos e conceituais. Procede então que o olhar sobre o mundo público está associado ao valor dado àquilo que representa interesse coletivo, ao passo que, quando voltado para o mundo privado, é destituído de interesse público. Por conseguinte, os estudos sobre a esfera privada são mais restritos e só recentemente, tendo em conta a longa história de produção de conhecimentos, é que se constituíram novos parâmetros de análise que,

timidamente, buscam contemplar questões relacionadas a modos de vida privados e características da cotidianidade.

Contudo, tais estudos estão envolvidos em problemas de grande complexidade. No campo da nova história ou história social, por exemplo, o problema da abordagem da cotidianidade revelou-se difícil tanto no plano das orientações metodológicas quanto nos dos diferentes sentidos dados ao conceito de cotidiano, no qual se insere a divisão entre público e privado. A este respeito vale considerar as ponderações feitas por Del Priore (1997), de que não se trata de discutir o espaço público em oposição ao privado, mas de tentar identificar qual a natureza do espaço ocupado pelos diferentes grupos e interpretar os usos e representações que estes fazem neste espaço.

O cotidiano, portanto, decorre como processo no qual os sujeitos encontram modos de constituir-se no entrelaçamento da vida material, na apropriação de códigos e modos de intersubjetividade, condição esta que, no plano de uma difusa percepção, pode configurar-se como expressão da banalidade, ao passo que, sob uma análise mais atenta, pode representar um vasto tecido constituído com variadas linhas de complexidade. Como sugere De Certeau (2000), é no cotidiano que são articuladas as táticas que permitem modos de viver melhor a ordem social, ou o seu contrário, a violência das coisas. E tendo em vista estas possibilidades, como assinalam diversos dados estatísticos, não há dúvida de que o modo de viver violento tem encontrado inúmeras fontes de sustento e proliferação nas sociedades contemporâneas, sendo algumas destas bem discerníveis e outras nem tanto, fato este que faz despontar diversas faces da violência como focos de estudo, de análise e prática da intervenção social.

Por fim, é inevitável abordar esta problemática em face da evolução de tecnologias e dos hábitos comunicacionais daí decorrentes, que parece cada vez mais contribuir para romper com as barreiras entre o público e o privado. A profusão de câmaras de vigilância nas ruas e nos edifícios, os programas televisivos voltados para a exibição de comportamentos que outrora seriam privados, os controles administrativos e financeiros do Estado sobre os cidadãos, o sucesso mundial de revistas e vídeos de *internet* especializados em acontecimentos da vida de celebridades e, além disto, o interesse frenético de inúmeras pessoas para se tornarem públicas por meio destes mesmos recursos tecnológicos. Em torno disto, então, já se comenta que os limites estabelecidos entre a vida pública e a vida privada foram diluídos no mundo contemporâneo. De fato, os padrões de comunicação têm alterado significativamente modelos de comportamento social, de modo que talvez seja possível afirmar que a dimensão recente da história representa uma nova etapa, não só pela transformação do pensamento, como também por essas novas configurações de condutas.

Contudo, é necessário distinguir o acesso a acontecimentos da vida privada, do conceito de vida privada no plano da experiência intersubjetiva e singular. A idéia de que a vida privada tem-se tornado pública simplesmente por via de exposição é insuficiente para o alcance sistemático do mundo privado que, como se discute no presente trabalho, requer elaboração de caráter hermenêutico.

3.2 A DISCUSSÃO SOBRE AGRESSÃO E VIOLÊNCIA

O debate sobre a violência e a agressão ainda se dá em meio a controvérsias. Pensada a partir de uma avaliação das características do ser humano, ela gera respostas antagônicas. Para os etólogos e sociobiólogos, o impulso agressivo no homem é inato e representa uma qualidade no processo de adaptação evolutiva. Em outro extremo se encontram os ambientalistas que ressaltam o papel da aprendizagem do comportamento e, portanto, concebem que o comportamento pode ser amplamente moldado.

Nesta discussão, Gay (1995) destaca as contribuições de Freud. Ele afirma que, embora a teoria freudiana estivesse comprometida com a “proposição de que a natureza humana está fortemente enraizada na biologia [...] se apropriou da descrição antropológica do homem como um animal social” (p. 530). Do ponto de vista freudiano, os impulsos agressivos no homem só têm possibilidade de refluir pela efetiva ação dos impulsos de caráter erótico e idealista em condições de promover o crescimento dos elos emocionais entre os humanos, por meio do processo psíquico de identificação. No entanto, ele admite também que esta possibilidade encontra sempre fortes obstáculos.

Noutra perspectiva, Dollard e Miller (1939) apresentaram uma teoria partindo de um ponto de vista de que a agressão é uma consequência da frustração, noutros termos, o comportamento agressivo pressupõe a existência da frustração como fonte principal (cf. MORGENTHAU-HOKANSON, 1976, p.28).

Todavia, as concepções sobre a violência e a agressão assumem novas feições quando consideradas sob o ponto de vista da história, política e cultura. Partindo deste ângulo, a violência se desdobra com presença em vários acontecimentos sociais: nas invasões coloniais e processos de aculturação, nas guerras por domínios de territórios e de libertação, nos conflitos étnicos, religiosos e tribais, em conflitos e desigualdades de classe, na competição

por postos de trabalho, e nos conflitos interpessoais e ainda em outras dimensões, tais como a violência simbólica dos valores ideológicos e problemas de ausência de ética.

Tendo em vista aqui o caso específico da violência que atinge um grande número de jovens na contemporaneidade, são variadas as explicações teóricas que ora se situam em parâmetros estruturais, ora em parâmetros funcionais. Contudo, as explicações atuais emergem de um longo processo de estudos e investigações que, em parte, passaram por reelaborações, de acordo com demandas de amplos processos sociais.

3.3 A VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO DELITO JUVENIL: PRIMEIROS ESTUDOS

A preocupação com o delito juvenil surgiu desde os primeiros anos do século XX. Alexander e Selenisck (1968) comentam que nos Estados Unidos este interesse, mobilizado pelo movimento de higiene pública, levou à criação, em 1909, de uma Comissão Nacional de Higiene Mental. No mesmo período, uma filantropa de Chicago, W. F. Dummer, “incumbiu o Dr. William Healy de estudar o trabalho que se realizava então sobre causas e prevenção da delinqüência”. Após seis anos de estudo Healy publicou *The Individual Delinquents-A Textbook of Diagnosis and Prognosis*, uma denúncia clássica das raízes sócio-econômicas da delinqüência e um livro que destruiu a idéia de que as causas de atos delituosos eram genes defeituosos, mentalidade defeituosa ou ‘degeneração’. Estes estudos, porém, baseados em testes, foram realizados em clínicas e centros de estudo que pareciam investir mais em estudos acerca da criança do que a respeito de adolescente. Contudo, os resultados alcançados assinalam de modo significativo os primeiros investimentos de pesquisa que contribuíram para identificar as bases sociológicas da delinqüência e dar visibilidade aos estudos instituídos de forma interdisciplinar na primeira metade do século XX. Nesta perspectiva, Clarence Darrow, em 1922, na publicação *Crime, Its Cause and Treatment*, defende “a premissa básica do movimento de higiene mental, a saber, que punição não é remédio para a delinqüência e que a prevenção do crime se baseia no conhecimento das origens da delinqüência” (cf.ALEXANDER; SELENISCK, 1968, p.483). No mesmo ano, a Comissão Nacional de Higiene Mental adotou providências para incluir psiquiatras no quadro de pessoal de escolas e estabeleceu ligação entre tribunais e equipes psiquiátricas. Dois anos depois foi criada a Associação Ortopsiquiátrica Americana incluindo entre seus membros sociólogos,

criminologistas, psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e outros profissionais preocupados com as causas e prevenção da delinquência.

Na Europa, ocorreu tendência similar de estudos sobre a delinquência nos anos posteriores à fase da primeira grande guerra. Em Viena, August Aichhorn, inicialmente educador e posteriormente psicanalista, fundou e dirigiu dois reformatórios, em 1918 e 1920. A formação de psicanalista se deu por sugestão de Anna Freud que, por nutrir admiração pelo trabalho de Aichhorn como educador infanto-juvenil, ponderou que este conhecimento poderia ajudá-lo a melhor desenvolver seu trabalho educativo. Aichhorn adquiriu “compreensão e empatia pelo comportamento delinqüente por andar com desordeiros que rondavam a padaria de seu pai” (ALEXANDER; SELENISCK, 1968 p.484). Em 1925 publicou o livro *Wayward Youth* no qual afirma que “o desenvolvimento da personalidade de uma criança que teve uma relação insatisfatória com o pai ou a mãe será adversamente afetado e a criança terá então dificuldade para estabelecer relações com outras pessoas”, uma condição que se torna matriz para o estabelecimento de uma “delinquência latente”. Neste sentido, se as “influências exteriores continuarem sendo desfavoráveis, o delinqüente latente torna-se delinqüente manifesto” (ALEXANDER; SELENISCK, 1968, p. 484). O modo de lidar com delinquência proposto por Aichhorn consiste em ajudar o jovem a restabelecer relações de confiança com um adulto com o qual pudesse contar e em quem pudesse encontrar identificação significativa, conforme exigências de um ideal de ego. Este trabalho tornou-se referência para a constituição de outros centros de atendimento a crianças, entre eles a Escola Ortogênica Sônia Shankman, na Universidade de Chicago. Nesta escola, Bruno Bettelheim atuou como diretor, e a partir desta experiência publicou *Love Is Not Enough*, em 1950, sobre crianças gravemente perturbadas. Nestas experiências, nota-se, entretanto, uma ênfase de atenção maior para a fase infantil do que para a fase adolescente. O tratamento destinado a esta última fase parece quase sempre decorrente dos investimentos concentrados na fase infantil, estágio que adquiriu nesta época histórica muita importância, a ponto de inspirar inúmeros estudos sobre a relação mãe e filho, em geral estudos inspirados na teoria psicanalítica.

A fase posterior à Segunda Guerra, sobretudo na Europa, também foi profícua em estudos sobre a delinquência juvenil. Entre esses estudos destacam-se as pesquisas realizadas pelo psicanalista inglês John Bowlby, em 1951, sobre os efeitos de separação e privação materna. Com base nessa investigação ele constata que o prejuízo que sofre a criança por

separar-se da mãe depende da idade e do tempo que dura essa separação, como também do tipo de assistência substituta que lhe é oferecida.

Nesta linha de abordagem destaca-se também a contribuição de outro autor importante, D. H. Winnicott (1896-1971), que durante o período da Segunda Guerra Mundial atuou como Psiquiatra Consultor do Plano de Evacuação numa área de recepção na Inglaterra. No exercício desta função, Winnicott reuniu inúmeras experiências de crianças que foram afastadas de suas residências para habitar em alojamentos ou com famílias, até então estranhas, durante todos os anos que durou o conflito bélico. Diz Clara Winnicott, sua esposa, que essa “experiência teve efeito profundo em Winnicott, pois teve que enfrentar, de modo concentrado, a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar, e teve de vivenciar o efeito da separação e da perda – e da destruição e morte”. Além disto, as “reações pessoais sob a forma de comportamento bizarro e delinqüente tiveram de ser controladas, circunscritas e gradualmente compreendidas por Winnicott, trabalhando com uma equipe local” (WINNICOTT, 1987, p. 2). A produção de estudos e ensaios de Winnicott foi intensa nessa fase, daí resultando conclusões em torno da necessidade de cuidados com a criança anti-social nas idades pré-adolescente e da noção de que a delinqüência deve ser tratada como doença e não como uma prática sujeita à condenação de tribunais.

Observa-se, assim, que desde o início do século XX até o período logo após a Segunda Guerra, desenvolveram-se estudos e práticas de atenção à delinqüência juvenil de uma perspectiva que privilegia os aspectos psicológicos da criança e do adolescente delinqüentes. Os aspectos sociais, embora não deixem de ser destacados, não assumem relevância diante da dimensão psicológica. Todavia, tais estudos foram capazes de contribuir efetivamente para deslocar o acento explicativo apoiado nas causas orgânicas para as causas psicológicas e sociais. Daí resultaram também inúmeros investimentos sociais visando à profilaxia da delinqüência juvenil e recomendações em torno da relação mãe e filho, oriundas de estudos realizados em torno dos temas da privação, afeto e condutas anti-sociais. No entanto, não é possível identificar nestas abordagens quais providências sociais de prevenção à delinqüência foram adotadas, ou seja, até que ponto as medidas repressivas ou de confinamento foram reduzidas a partir das considerações psicossociais acerca das práticas de delinqüência ou se reduziram a meros discursos. Um sinal de que reinou certo desencontro acha-se no comentário feito por Winnicott que, em 1946, após defender o tratamento da delinqüência como uma doença, diz: “mas o fato de a maioria das crianças nessas instituições

(reformatório) já terem recebido condenações em um tribunal torna as coisas mais difíceis” (WINNICOTT, 1987, p. 123).

Neste sentido, vale notar que os estudos sobre delinquência juvenil se desenvolvem em paralelo – e até mesmo em descontinuidade – com o pensamento sobre a realidade penal que na modernidade está representado pela chamada Escola Clássica, que se opôs ao direito e jurisprudência do antigo regime vigente até o século XVIII. Esta corrente de pensamento defende os seguintes postulados: a) o delinqüente é considerado como indivíduo normal; b) o ato tem prioridade sobre o autor; c) cada caso de delito precisa ser especificamente explicado c) todos os atos delituosos devem sofrer uma reação penal com a finalidade de dissuadir a ação criminal e proteger a sociedade (TERREROS, 2000). Já uma visão crítica do pensamento clássico aponta para o fato de que o fundamento apoiado na crença em uma ordem superior natural, o direito natural, que subordina o direito positivo, implica uma concepção que prescinde tanto da análise histórica, como da análise do homem delinqüente e de sua realidade social.

3.4 TEORIAS DA CRIMINALIDADE E ENFOQUES DO DELITO JUVENIL

Ainda segundo Terreros (2000), antes de essa visão crítica se formar, a criminologia positivista, ao adotar o pensamento do criador da Sociologia, Augusto Comte (1798-1857), postulou a aplicação da metodologia científica no estudo dos fenômenos sociais, visando a descobrir as leis que governam o mundo social, do mesmo modo como são descobertas as leis que regem os fenômenos do mundo natural. Contudo, a primeira noção da criminalidade de base positivista se associa ao enfoque explicativo organicista. Os autores mais reconhecidos em estudos de criminologia associados a este enfoque, foram Cesare Lombroso (1835-1909); Enrico Ferri (1856-1929) e Raffaele Garófalo (1851-1929). Lombroso concebe a delinquência como a expressão de um padrão inato específico na espécie humana, passível de ser identificado a partir de características corporais e anímicas. Embora a teoria lombrosiana advogue a preponderância da dimensão biológica na explicação da delinquência, não foi possível afastar-se completamente do reconhecimento da influência das causas externas e sociais para o surgimento do ato delituoso, gerando, assim, a afirmação de que a natureza cria

o delinqüente, mas é a sociedade que favorece as manifestações dos comportamentos delituosos. Do ponto de vista político-criminal, a teoria lombrosiana não valoriza a pena para o delinqüente nato, mas postula sua segregação da sociedade como medida de controle social.

Enrico Ferri, em posição mais intermediária, considera que o delito deriva de anomalias de caráter biológico, físico e social e, ao contrário da teoria lombrosiana, prioriza os fatores sociais na etiologia da delinqüência. Garófalo também integra vários fatores na etiologia criminal e assinala a importância da definição do delito e não somente do delinqüente. Propõe uma tipologia criminal composta de quatro grupos de delinqüentes: assassinos, violentos, ladrões e lascivos.

As análises críticas da criminologia positivista de base organicista ressaltam que neste modelo de pensamento a criminalidade é encarada como uma realidade natural, anterior às definições legais de criminalidade, o que, além de configurar uma posição determinista, conseqüentemente isenta o aparato legal de questionamentos. A investigação é reduzida à identificação da parcela da população criminosa e à etiologia delimitada ao âmbito individual. Todavia, na medida em que os dados de pesquisa e estudos desconstruíram a explicação organicista, o enfoque positivista recompôs-se apoiado nos “fatos” sociais e em suas regularidades para explicar as determinações dos atos criminosos. No entanto, foram as teorias da criminalidade, embasadas na teoria funcionalista de sociedade, que ganharam terreno nas décadas de cinquenta, nos Estados Unidos, período no qual, como afirma Terreros, (2000, p.31) “a criminologia positivista enfrenta um desconcerto, pois o delito que era explicado com base nas causas biológicas passou a ser analisado em função das causas psicológicas e sociais”. O ponto de vista funcionalista está embasado nas análises das funções e disfunções que tanto o delito quanto o sistema penal cumprem na sociedade. As teorias da anomia e das subculturas criminais, que compartilham desta perspectiva, se tornaram fortemente influentes sobre inúmeros estudos que buscaram explicar a etiologia do crime.

O conceito de anomia, oriundo da teoria de sociedade de Durkheim (1858-1917), assume o sentido de ausência de normas em um determinado estágio de crise social que gera inúmeras disfunções, incluindo o delito. Na concepção funcionalista, o desvio não resulta nem de fatores biológicos e naturais nem de patologias na estrutura social. Ao contrário, o desvio faz parte de toda estrutura social e, dentro de limites, o desvio é um fator de equilíbrio social, pois indica ausência de controle excessivo prejudicial à dinâmica da sociedade. Só quando o desvio caracteriza-se como um processo de desorganização social elevado, é que se torna um fenômeno negativo.

O sociólogo funcionalista Robert Merton, em 1938, desenvolveu o conceito de anomia em um estudo sobre os processos que produzem as condições de desvio e conformidade às normas. Elabora a hipótese de que a conduta desviante, do ponto de vista sociológico, representa um sintoma de dissociação de expectativas sociais e efetivas possibilidades de êxito para sua realização. Esta tendência à descontinuidade, porém, não perpassa igualmente toda a sociedade, visto que alguns estratos estão mais vulneráveis a esta disfunção e isto atua como pressão para a produção da conduta divergente. Segundo Pavarini (1983, p.114):

[...] esta teoria trata as variáveis de estrutura social e cultural como se fossem entidades autônomas quando, na realidade, são interdependentes, porque a cultura é a expressão das necessidades dos homens que vivem em uma determinada estrutura social.

Apesar destas limitações, alguns autores valorizam o legado da teoria da anomia para a constituição das teorias das subculturas. Estas abordagens têm como objetivo explicar a conduta de desvio por parte de uma minoria como jovens e adolescentes de classe social desfavorecida, organizados em bandos. O pressuposto básico é que a delinquência consiste em uma resposta socialmente compartilhada aos problemas gerados pela estrutura social.

Todavia, a contribuição de Sutherland à teoria das subculturas, que destaca as formas de aprendizagem do comportamento criminal como advindas de diferentes contatos de grupos na sociedade, desfaz radicalmente a associação entre criminalidade e pobreza. Para Sutherland, estas teorias são equivocadas por três razões: a) baseiam-se em um falso padrão criminal, a criminalidade oficial e tradicional que descuida do registro do crime do colarinho branco; b) não explica o crime do colarinho branco que, salvo raras exceções, não resulta da pobreza; e c) não explica a criminalidade dos estratos sociais inferiores (TERREROS, 2000).

Enquanto a criminologia positivista parte da noção de ordem social baseada em um consenso, atribuindo assim à criminalidade um caráter patológico e disfuncional, as teorias do conflito associam conflito social ao surgimento dos delitos na sociedade. O modelo teórico de conflito concebe a sociedade como coercitiva, isto é, o sistema legal não é visto como instituído com base em neutralidade, mas como um recurso de controle social a serviço das classes dominantes.

A teoria marxista, uma referência básica para as teorias do conflito, concebe o fenômeno da criminalidade na sociedade industrializada como decorrente do modo de produção capitalista, ou seja, o processo produtivo comprime o mercado, fomenta a pobreza e a desigualdade social e, conseqüentemente, a marginalidade social. Assim, o delito se

constitui como ameaça a uma ordem sócio-econômica, fato que leva a burguesia a armar-se contra esta investida com os instrumentos do direito penal.

Este panorama de percursos das teorias da criminalidade passa por considerações críticas derivadas de transições na modernidade que, então, estabelecem novas leituras do pensamento da criminalidade. Neste sentido, ampliaram-se as possibilidades de análise por meio de novas interpretações das teorias modernas e recursos de pesquisa de variadas metodologias quantitativas e qualitativas, que permitem instituir a discussão acerca do papel que a família desempenha nas expressões de criminalidade juvenil.

3.5 TEORIAS MACROSSOCIAIS: A PERSPECTIVA DA NOVA CRIMINOLOGIA

O termo nova criminologia abriga inúmeras obras científicas que, a partir dos anos sessenta, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa Ocidental, desenvolveram novas leituras para a teoria do conflito, visando a superar criticamente seus limites. Embora alguns teóricos da nova criminologia se orientem pela perspectiva marxista – não ortodoxa –, eles concebem que na atualidade cabe a uma teoria radical a tarefa de construir novas metodologias de investigação crítica encaradas como uma práxis.

Na década de sessenta, o primeiro enfoque da criminologia crítica, definido como Nova Esquerda, mobilizou uma crítica radical dirigida contra as posições da social democracia e contra a esquerda tradicional que demonstrou incapacidade para absorver as mudanças que ocorriam nos perfis dos movimentos sociais. Em termos de análise do delito, ocorreu uma inversão, em lugar de dar centralidade ao delito cometido pelos grupos marginalizados e oprimidos, passa a ser redefinido como ações que se dão na esfera da violação dos direitos humanos, ou seja, o foco da ilegalidade centralizada no sistema social. Nesta fase, a nova criminologia praticamente inverte os postulados positivistas, conferindo valor ao inconformismo e acentuando a ausência de neutralidade da criminologia. Na década de 1970, a nova criminologia ou criminologia crítica não se constituiu como movimento homogêneo e nele há várias correntes de pensamento tanto as que defendem o reducionismo e o abolicionismo penal, como o chamado neo-realismo de esquerda.

Na década seguinte, no trânsito de vários debates ocorreu uma crise no âmbito do movimento da criminologia crítica que precisou os limites de seus objetivos. Percebeu-se, por exemplo, que diante das propostas alternativas de prisão surgiram fortes reações da sociedade

disciplinar e, também, que o combate situado no âmbito do direito foi excessivo. Neste sentido, foi decisivo o surgimento do movimento feminista que exige defesa social e política e, ao mesmo tempo, intervenção do direito penal provocando assim dificuldades para a proposta, por parte da criminologia crítica, de descriminalização mínima. No que se refere aos projetos com objetivo de construir alternativas ao sistema penal, a criminologia crítica encontrou barreiras nas transformações operadas na criminologia oficial, que passou a adotar uma linha denominada criminologia administrativa voltada para o planejamento e controle técnico do delito. Diante destes obstáculos apresentados à criminologia crítica, busca-se retomar a questão da etiologia da criminalidade em oposição à criminologia administrativa que assumiu a posição de negar a importância de averiguação das causas da criminalidade. Esta posição conservadora instigou os criminólogos críticos a mobilizarem-se em busca de novas perguntas e novas respostas sobre o delito.

Baratta (1990) defende a investigação da etiologia a partir da consideração de duas ordens de realidade: a relativa aos processos de criminalização e a realidade do comportamento criminoso e de situações problemáticas (cf. TERREROS, 2000). Ele afirma que esta diferenciação permite retomar o problema do objeto da criminologia científica por permitir especificar os campos de estudos destas duas dimensões. Postula, então, que para realizar isto é necessário recorrer a uma diferenciada interdisciplinaridade voltada para o estudo do comportamento delituoso do sujeito infrator. Deste modo, outros temas foram formulados pela criminologia crítica como a pena alternativa, a redução e abolição das penas ou a função simbólica do direito penal, uma perspectiva de estudo a ser considerada no âmbito das complexidades inerentes às transformações contemporâneas do contexto social (cf. TERREROS, 2000).

Jock Young (2002), estudioso e pesquisador da criminologia crítica, traça um panorama destas mudanças sociais na contemporaneidade. Destaca desde as transformações fundamentais no mercado de trabalho primário e secundário, que criaram desemprego em larga escala, até o individualismo disseminado “em áreas sacrossantas da vida social” e a “linguagem naturalista do mercado”. Os argumentos lançados por Young (2002), articulados e densos, procuram explicar o crescimento da delinquência juvenil no contexto destas dramáticas mudanças. Para ele, esta transição da modernidade a modernidade recente deve ser concebida como um processo histórico que reorienta a fase anterior de uma sociedade inclusiva para uma sociedade que se orienta para a segregação e exclusão. A tese central de Young (2002) consiste na idéia de que a criminalidade emerge de um processo paradoxal de

inclusão social – a interiorização de aspirações comuns de consumo e partilhamento de valores de sucesso – por parte de uma subcultura, como por exemplo, a do gueto, que passa também a ser experimentada como exclusão. Portanto, não se trata de privação absoluta e sim de privação relativa, a condição que mais está associada ao desencadeamento da violência social. Além disto, ao tornar-se uma criminalidade modelada por um individualismo, tende a se formar como uma violência apoiada em argumentos de justificação. Assim, por meio de uma experiência “subjetiva de desigualdade e injustiça” parece atingir com mais intensidade a grande parcela dos jovens, especialmente os que residem nas áreas mais pobres.

Todavia, esta ênfase dada por Young (2002) ao processo sócio-econômico e político de exclusão relativa implica uma explícita desqualificação do papel da família nas expressões de criminalidade juvenil. Para Young (2002), enquanto os autores de esquerda enfatizam as bases do dever político, são os conservadores que valorizam as bases da coesão social. Deste modo, os primeiros destacam o papel da justiça sobre os interesses da comunidade, ao passo que os segundos, dão prioridade à comunidade sobre a justiça. Neste sentido, “para os que estão à direita, a família é a instituição chave na geração de um comportamento respeitador da lei” (p. 224). Tanto é assim que os criminólogos que seguem esta tendência, e Young (2002) cita, entre eles, Travis Hirschi, Charles Murray e Q. Wilson:

[...] todos localizam precisamente os primeiros anos como formadores, e indicativos de futura delinqüência ou conformidade. Mas para os que estão à esquerda, no período recente, centrar o foco na família é visto como cortina de fumaça..., é visto como ‘pôr a culpa na vítima. (p. 225).

E completa este comentário sobre o pensamento de esquerda do mundo anglo-saxão dizendo ainda que:

Argumenta-se, pois que não só o tipo de família é irrelevante para a etiologia do crime e da delinqüência, mas que sugerir que tipos alternativos de relação parental fora dos padrões da família nuclear sejam inadequados equivale a etnocentrismo. A família não é o lócus das causas da delinqüência, mas as forças sociais mais amplas de privação econômica, racismo e outras formas de injustiça social que estão na sua origem. se quisermos reduzir a criminalidade, precisamos enfrentar a injustiça – tudo mais são bodes expiatórios, são um erro de alvo. (p.225).

Young, na verdade, não compartilha completamente deste argumento, ou seja, de que a força da família é irrelevante. Ele até admite que a família com estrutura fraca possa desproteger o indivíduo e deixá-lo mais vulnerável à delinqüência, porém também concebe que a família forte não necessariamente pode evitar a criminalidade. Comenta neste sentido que:

[...] a família pode ser forte, mas atomística e não suportar valores coletivos; ela pode suportar valores que sejam competitivos ou mesmo violentos, pode ser um lugar onde se cometam crimes e, por traumas de seus membros, causar crimes. A família fraca, por outro lado, não causa necessariamente o crime, mas nada faz para evitá-lo se a motivação estiver presente. Mas eis talvez o que os fatos revelam: é nas famílias pobres, onde a tentação do crime convencional é maior, devido às desigualdades flagrantes, que o bastião da família forte contra o crime é necessário (p. 229).

A concepção de família de Young (2002), apesar de mais flexível do que o pensamento tradicional de esquerda, ainda assim não realça o papel familiar em associação com o comportamento delinqüente, apenas relativiza-o, pois sua noção de mundo familiar não releva a dimensão relacional e sim a dimensão dos valores assumidos pelos membros das famílias, vistos como integrantes individuais. Isto o leva a afirmar que “os membros individuais são o recipiente da família”, ou seja, a família não existe essencialmente como bloco, o que se pode dizer é que ela representa um contorno daquilo que os indivíduos demandam em suas individualidades. Então, na medida em que avança o individualismo, também ocorre mais “desenredamento das relações sociais que Eric Hobsbawm destaca como a chave das mudanças do final do século XX” (p.230) que prometem mais liberdade, ainda que também comportem certos perigos.

Wacquant (2005), em um estudo de sociologia comparativa, também assinala para fatores de ordem macrossocial, ao analisar a criminalidade juvenil, mas enfatiza a história e os valores culturais de uma sociedade como dimensões capazes de constituir formas e critérios de exclusão e marginalização social diferenciados. Wacquant demonstra, por exemplo, que enquanto o critério de exclusão nos guetos norte-americanos está fortemente ancorado na origem racial, nos bairros das *banlieues* francesa prevalece a discriminação por origem de classe.

Na sociedade brasileira, a partir da década de 1980, a maior parte dos estudos sobre criminalidade juvenil se desenvolveu sob uma perspectiva estrutural. Sob este ponto de vista, o tema da delinqüência juvenil foi inicialmente focalizado com base no conceito de marginalização. É o caso do estudo de Schneider (1987), *Marginalidade e Delinqüência Juvenil*, no qual questiona os enfoques voltados para a análise da atuação individual do jovem com o grupo formador de sua personalidade e ressalta a importância de uma compreensão da problemática da delinqüência no contexto sócio-político e econômico, a única via capaz de esclarecer a lógica estrutural vigente e as conseqüentes contradições sociais geradas numa dinâmica de relações de classe. Por conseguinte, a presença da delinqüência juvenil se relaciona com um sistema social e econômico que exclui grandes parcelas da população que,

desprovida de recursos econômicos e sociais, tornam-se vulneráveis ao comportamento transgressor da lei.

Ainda na década de 1980, a questão da violência que até então esteve muito delineada nos marcos da exclusão sócio-econômica e das atrocidades da luta política, mostra uma face mais urbana e difusa, além disto, diversificada (cf. Cardoso, 1987), abrangendo diferentes categorias sociais a exemplo dos índios, das mulheres, dos homossexuais. Nesta fase, então, os estudos e pesquisas sociais adquirem uma feição mais antropológica, ainda que mantido o caráter crítico relativo à origem estrutural e crescimento dos problemas sociais.

Os estudos mais significativos sobre a criminalidade desse período se confundem com a busca de um conhecimento mais concreto da população sujeita à exclusão econômica e social e, deste investimento, resulta uma superação da dimensão abstrata dos conceitos universais e acerca da classe trabalhadora, pobres e marginais, por meio de uma produção teórica constituída de representações sociais (cf. ZALUAR, 1985, CARDOSO, 1987). Esta apreensão de representações populares “acerca da violência, do banditismo, do poder, da polícia, da política e dos políticos” (ZALUAR, 1985, p. 22) produz então um conhecimento que permite mostrar algumas dimensões da complexidade das formações sociais, principalmente no campo do significado, das normas e valores que tecem o amplo espaço da cultura.

3.6 TEORIAS ESPECÍFICAS DA CRIMINALIDADE JUVENIL

Uma série de enfoques sobre a criminalidade juvenil tendem muitas vezes a limitar-se a associar características concebidas como típicas da etapa juvenil e vulnerabilidade à práticas de crimes. Alguns teóricos, por exemplo, destacam a tensão criada nos adolescentes para obter uma posição valorizada no contexto da sociedade. Assim, parte-se do pressuposto de que os adolescentes desenvolvem um aumento do desejo por privilégios adultos, mas são incapazes de obter tais privilégios por meio de canais legítimos. Tais privilégios implicam engajar-se em atividades adultas, mas os impedimentos e as frustrações resultantes dos bloqueios de metas podem levar os jovens a envolverem-se com a delinquência. Versões desta teoria foram formuladas por Bloch e Niederhoffer (1958), Marwell (1966), Agnew (1984), Moffitt e Harrington (1996), Steffensmeir e Allan (2000).

Agnew (2001) ressalta, por sua vez, o papel dos controles sociais na vida do jovem. Concebe que os adolescentes estão menos sujeitos ao controle social do que as crianças e os adultos. Assim, como esses jovens não desenvolveram aqueles tipos de controle social e moral que refreiam os adultos, acham-se mais vulneráveis ao envolvimento com a criminalidade.

Uma outra linha de estudos e pesquisas toma como referência padrões de controle familiar para avaliar o processo de envolvimento dos jovens com situações de risco. Ilustra esta perspectiva o trabalho de Thornberry e Korhn (2001), defensores da teoria interacional. Eles assinalam que o ambiente social pode fornecer modelos e reforços que estimulem o envolvimento duradouro com a delinqüência. Todavia estas influências não são estáticas ou unidirecionais, pois se considera também que o comportamento delinqüente retroalimenta-se e produz mudanças tanto nos vínculos familiares quanto em outros grupos de convivência. A premissa do desenvolvimento ou curso de vida desta teoria postula que as influências causais variam de acordo com a fase de desenvolvimento. Durante a infância as influências familiares são mais poderosas do que as escolares ou de turma na formação do comportamento. A partir da adolescência, entretanto, aumenta o impacto dos grupos de amizade e de escola, enquanto o impacto da família enfraquece. Por outro lado, se o jovem estabelece fortes laços familiares durante a infância e desenvolve competências sociais, tem maior capacidade para desvencilhar-se das influências antissociais.

Emergiu, ainda mais recentemente, uma abordagem da criminalidade juvenil que tende a associar masculinidade e crime. A insistente visibilidade estatística da forte presença masculina no mundo da criminalidade, em comparação com o número de mulheres infratoras, impulsionou o crescimento de estudos e pesquisas sobre o tema. Mas há uma preocupação por parte de alguns autores em evitar o uso do termo masculinidade no singular, pelo perigo que este emprego acarreta em termos de reificação e essencialismo, ou seja, o termo no singular significa, por um lado, a definição de um tipo ideal e, por outro, uma redução de caráter biológico (NEWBURN; STANKO, 1996). O estudo do preponderante envolvimento masculino no mundo do crime não pode deixar, portanto, de considerar a diversidade de modelos masculinos que se apresentam como alternativos ao modelo patriarcal. O que é mais importante investigar é o modo como se constituem os modelos de masculinidades, isto é, como eles ficam internalizados, os processos de identificação, e certos valores nucleares que estão ligados a grupos sociais específicos.

Entre os teóricos da masculinidade, Bob Connell (1987) é um dos mais influentes. Os estudiosos do tema consideraram bastante elucidativa a distinção proposta por Connell entre masculinidade “hegemônica” e “subordinada”. A primeira corresponde ao modelo dominante, representa aqueles que ocupam posições de poder e exercem dominância. Em contrapartida, o segundo modelo representa as masculinidades oprimidas, desqualificadas e desacreditadas no contexto cultural.

Tony Jefferson (1995), com o mesmo propósito de desenvolver o estudo sobre as masculinidades, lança uma perspectiva de análise que busca compreender os processos subjetivos envolvidos na constituição dinâmica da masculinidade. Ele comenta que é importante pensar acerca da subjetividade masculina de modo a abarcar as complexidades tanto do mundo externo quanto do mundo interno, e também a muito difícil relação entre elas.

Por conseguinte, nestas abordagens, o aspecto central destas teorias acha-se na avaliação de tendências de comportamento conforme a faixa etária, nos padrões de relacionamento entre os pares e controle familiar. Por outro lado, enquanto os modelos culturais ganham maior relevo, o papel da família não é destacado senão na primeira infância.

Embora ainda na condição de teoria específica da criminalidade, não se pode esquecer uma ótica psicanalítica mais recente apresentada por Melman (1992). Este autor analisa a delinqüência como um ato característico de uma posição transgressora do sujeito, isto é, trata-se de uma dinâmica psíquica cujo acesso ao objeto não é organizado pelo símbolo, como acontece com os neuróticos, mas pela apreensão, pelo rapto, pela violação. Assim, as condutas do delinqüente simbolizam uma falta essencial, uma vez que é preponderante a falta deste objeto essencial. A violência do delinqüente consiste no único meio de ter acesso ao objeto que conta, todos os objetos que ele furta têm valor de equivalentes sexuais e, por conseguinte, a delinqüência consiste no único caminho possível de acesso à virilidade.

Por fim, Melman (1995) comenta que o delinqüente vive uma culpabilidade frágil no que tange aos fatos que lhe são reprovados, porque ele avalia que se tenha faltado com o dever para com ele. O delito corresponde deste modo à ação que responde a esta falta, a esta omissão do Outro. Por isto, ele tende a atribuir genericamente a responsabilidade desta falta à sociedade, sem saber, na verdade, a quem imputá-la.

3.7 ABORDAGENS EMPÍRICAS SOBRE A CRIMINALIDADE JUVENIL

Investigações empíricas realizadas em diferentes continentes apresentam dados que tendem a fortalecer a sugestão de uma forte relação entre família e comportamento delituoso juvenil e tornar secundárias as abordagens centradas na influência de grupos sociais de amizade e escola. Neste sentido, destaca-se um estudo realizado na Suíça que apresenta indicativos de fatores de prevalência de conflito familiar associado ao comportamento infrator.

O estudo suíço cruzou dados de uma amostra de 21.314 recrutas do exército suíço para uma análise das conseqüências das constelações familiares sobre comportamento e distúrbios de adultos. No conjunto, os resultados sugerem que há um elo entre famílias desfeitas e delinqüência, mas que as variáveis de pré-ruptura são importantes como o tipo de conflito presente. Admite-se que o conflito marital aberto pode ser altamente aflitivo para as crianças e, por vezes, há redução de tensão quando finalmente o casal se separa.

Roger e Pryor (1998) renovaram algumas pesquisas sobre famílias desfeitas e calcularam que o risco de delinqüência para crianças oriundas de lares desfeitos era o dobro do risco para crianças oriundas de lares intactos. Além deste trabalho, o estudo Cambridge-Somerville, realizado em Boston, no qual Mc Cord (1982) examinou 232 adolescentes provenientes de lares desfeitos devido à perda de pai natural e que cometeram graves delitos. Nesta pesquisa, considerou-se o nível de conflito parental e o tipo de envolvimento afetivo entre mãe e filho. Como resultado, encontrou-se alta prevalência de delinqüência entre jovens de lares desfeitos sem a mãe amorosa (62%) e jovens de lares intactos com conflito parental (52%). A prevalência era baixa para jovens que vinham de lares intactos, sem conflito parental (26%) e também para jovens provenientes de um lar desfeito, mas com mãe amorosa (22%). Estes dados sugerem, portanto, que o fato de vir de um lar desfeito é menos prognosticador de delinqüência do que o nível de conflito parental (anterior à ruptura do lar). Segundo a autora, parece que a mãe poderia agir como compensação pela perda do pai, desde que se portasse amorosamente com o filho.

Em torno dessas pesquisas, vale ressaltar o comentário crítico de Joby e Farrington (2001) afirmando que muitos desses estudos lidam com inúmeras variáveis (quando o lar foi desfeito, raça, efeitos do recasamento, lares parentais e uniparentais), tendem a apresentar resultados ambíguos, por ignorar importantes características de pré-ruptura familiares (razões do conflito, níveis do conflito entre outros fatores) e as condições pós-ruptura.

Considerando o investimento em pesquisas empíricas sobre o delito juvenil no contexto brasileiro, nota-se que se ampliou este campo, na medida em que se conferiu maior valor ao estudo do cotidiano. Assim, Tapparelli (1996) elaborou um estudo tendo como foco central os processos contextuais da vida de jovens envolvidos com a delinquência, em um bairro popular. Apoiado na teoria de Sutherland, o autor, em lugar de simplesmente associar criminalidade diretamente aos determinismos sócio-econômicos ou problemas da personalidade, concebe o comportamento do jovem como um processo, no qual se relacionam tanto fatores sociais quanto dimensões inter-pessoais.

Nesta pesquisa as relações do jovem com a família são um aspecto destacado, porém, ao contrário de uma visão que imputa responsabilidade absoluta à família ou que tenta individualizar excessivamente a conduta do jovem, Tapparelli (1996) compreende a família como uma unidade complexa de interações internas e externas, cujo papel como fonte primária de socialização não pode ser desprezado.

Embora Tapparelli (1996) não conceba, porque injustificável, relação direta entre pobreza e criminalidade, a pesquisa, que foi realizada em um bairro popular, contribui para expor o grau de fragilização das famílias no plano das relações sócio-econômicas e interpessoais e também para sublinhar fatores que tornam os jovens mais vulneráveis ao envolvimento com a vida delituosa.

Assis (1999) também se dedica a pesquisar o contexto social de jovens delinquentes a partir dos depoimentos de primos e irmãos não delinquentes. Na ocasião, os jovens da amostra achavam-se em fase de cumprimento de medida de Privação de Liberdade, em dois Estados do Brasil, Pernambuco e Rio de Janeiro. A diversidade de contextos regionais possibilitou demonstrar uma configuração de criminalidade juvenil diferenciada em alguns aspectos (por exemplo, presença forte do narcotráfico em uma região sul e mais fraca na região nordeste), e as entrevistas com membros da família trouxeram à tona características da vida familiar. Os dados obtidos assinalam que a maioria dos jovens é oriunda de famílias com reduzidos recursos materiais e estão envoltos e graves problemas de relacionamento interpessoal.

Além desta pesquisa, Assis (2005) identifica numa consulta à literatura sobre o tema, uma série de fatores de risco para a delinquência juvenil na sociedade brasileira. Compõem esta série os seguintes itens: 1: Ser jovem e do sexo masculino, pois, só em 2002, 94% dos que cumpriam medida de Privação de Liberdade eram rapazes (SILVA; GUERESE, 2003); 2: Ser jovem com problemas psicológicos e neurológicos, tais como, impulsividade, hiperatividade, distúrbio de atenção, precário controle diante de frustrações, déficit de

inteligência, incapacidade de planejamento (KRUG et al., 2002; SHELDEN et al., 1996; ASSIS; CONSTANTINO, 2001; *Department of Health and Human Services*, 2001); 3: Situações de negligência, abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, escola, comunidade e sociedade (ASSIS, 1999; ASSIS; CONSTANTINO, 2001; SILVA, 1997; ROCHA, 2003); 4: Condições de desigualdade relacionadas à pobreza e etnia (SILVA; GUERESE, 2003); 5: Famílias que revelam fragilidade sócio-econômica, que enfrentam separação dos pais, ausência da mãe, distanciamento da figura paterna, as que são marcadas por agressões físicas e emocionais, precário diálogo intrafamiliar e dificuldades de impor disciplina (SHERMAN et al., 1997, SHOEMAKER, 1996; NUTTAL et al., 1998; NEGREIROS, 2001; THORNTON et al., 2002, DRYFOOS, 1990; WILSON; HOWELL, 1994; ASSIS, 1999). Além destes, problemas escolares, dificuldade de inserção ocupacional e uso de drogas são apontados como fatores que tendem a criar condições favoráveis ao envolvimento do jovem com o delito.

Em síntese, diferentemente das teorias macrossociais, especialmente aquelas de caráter crítico voltado para os problemas estruturais da sociedade, os estudos empíricos tendem a dar mais relevo à esfera familiar associada à criminalidade juvenil. Esta diferença parece revelar que a questão da criminalidade juvenil requer diferentes ângulos de investigação, de modo a melhor esclarecer possíveis relações entre aspectos abrangentes e específicos.

3.8 DELITO JUVENIL, DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A FORMAÇÃO PRIMÁRIA

Tendo em vista estas variadas perspectivas ligadas ao problema da criminalidade juvenil, parece oportuno trazer também para este estudo enfoques em torno do processo de formação infanto-juvenil – além daqueles anteriormente abordados no capítulo anterior –, na medida em que a referência à vida familiar, presente nos resultados de pesquisas voltadas para esse tipo de criminalidade, envolve principalmente a questão da formação primária. Esta ampliação da margem das políticas de direitos humanos, que por fim abarcou a vida infanto-juvenil, requer atenção especial, pois, diferentemente da maior parte das políticas de direito, envolve sutis controvérsias. É verdade que os direitos da criança e do adolescente têm sido comemorados em vários países do mundo e também que o lado polêmico desta mudança

não tem sido muito explorado, porém os primeiros sinais de que estes direitos devem ser considerados em suas especificidades já se mostram em algumas abordagens.

Neste sentido, desponta o consistente texto de Renaut (2002) sobre a era da libertação das crianças. A este respeito, o autor assinala que, no período posterior à implantação da política de direitos da criança, os pais foram atingidos por um profundo desnorteamento no exercício de seus papéis, “perante a perda generalizada dos pontos de referência e dos modelos [...]” (p.11). Esta instabilidade inclusive já fomenta na Suíça um programa de “formação para parentalidade” dirigida aos jovens em fase de escolarização, enquanto no Quebec discute-se a questão da “competência parental” e arregimentam-se profissionais para lidar com os pais que enfrentam dificuldades para lidar com a formação das crianças.

De fato, as mudanças no contexto familiar se associam ao processo de modernização nas sociedades democráticas, que vem desconstruindo funções e papéis tradicionais, para reconstituí-los em modelos baseados nos princípios de liberdade e igualdade. Tal transformação tem-se dado em longo percurso histórico e envolvido muitas demandas sociais, a exemplo da luta das mulheres, das etnias, da diversidade de padrões sexuais, mudanças que trazem à tona o tema da diferença do outro. Gradativamente, as causas em luta vêm obtendo espaços cujo parâmetro de legitimação tem-se dado mediante a consolidação de direitos jurídicos. Entretanto, nem todas as conquistas são absorvidas do mesmo modo, e nem apresentam as mesmas características de dissolução de hierarquias, pois:

Estas transformações da relação com o outro foram e continuam a ser particularmente árduas, quando a alteridade do outro toma a figura da infância. De fato, encontrava-se aí uma dimensão de alteridade difícil de inscrever no registro puro e simples da igualdade, devido à imaturidade e à dependência que caracterizam a criança. (RENAUT, 2002, p.14).

Os direitos da criança representam, portanto, um avanço, uma vez que implicam em regulamentação de medidas sociais de proteção à infância, bem como desafios para a efetivação da formação infantil (familiar e escolar) de acordo com as características desta etapa da vida. A complexidade deste desafio se apresenta em várias faces da lógica pertinente aos direitos da criança. Desde 1959 que a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Declaração dos Direitos da Criança, seguindo os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Assim, foram estabelecidas as condições para a determinação formal desses direitos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, realizada em 1989, que, ratificada por mais de quatrocentos países, deflagrou a elaboração de Estatutos da Criança nacionais, como ocorreu no Brasil. O texto de 1989 apresenta algumas

continuidades e diferenças com texto de 1959. Neste último, há uma ênfase na consideração da criança como um ser imaturo e frágil que requisita proteção e cuidados específicos. Este mesmo reconhecimento está presente no texto da Convenção de 1989 e, em vista desta constatação, abre-se um espaço para uma longa lista de direitos sociais (direitos-créditos). Por outro lado, o espaço de direitos de liberdade se expande no mesmo espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sendo assim reconhecido como direitos da criança:

[...] liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de pensamento, de consciência e de religião, liberdade de associação, de reunião pacífica e mesmo (o que pode fazer sorrir) direito ao respeito pela vida privada. Além de [...] a Convenção não introduzir qualquer distinção entre a criança de 6 anos e a de 15 anos, o principal problema colocado pela menção dos direitos-liberdades tem a ver com a maneira como entram, manifestamente, em contradição com a concepção da criança que preside os direitos-créditos [...]. (RENAUT, 2002, p.294).

Há, portanto, dificuldades para assumir o conceito de criança como sujeito de direitos na mesma proporção de um adulto, pois enquanto neste último âmbito não há dúvidas relativas aos direitos de liberdade, no caso da criança não existe consenso sobre a amplitude dos direitos de liberdade. Tendo em vista que esta margem de direitos parece se instituir em um paradigma individualista, isto remete a discussão dos limites ou amplitude dos direitos da criança para o campo dos conceitos de dependência e independência que fundamenta esta concepção. Neste sentido, vale acompanhar a discussão filosófica de Alan Renaut (1998) desenvolvida sobre o individualismo e seus desdobramentos em torno da questão da independência e, sobretudo, o confronto com a noção de sujeito e autonomia.

Segundo Renaut, ainda que muitos pensadores procurem identificar linhas de continuidade entre a noção de cidadania elaborada pelos gregos na antiguidade e a visão moderna de indivíduo, há uma fronteira que cinde estes dois campos históricos do pensamento: o modelo de autodeterminação. A marcante diferença se estabelece por meio de duas concepções de mundo. Para os gregos o cosmos é uma realidade ordenada como um protótipo para toda vida na sociedade. Assim, para Aristóteles os homens livres, que representam a parte mais elevada e ordenada do universo, não podem agir senão de forma racional e regrada, símbolo da perfeição. De outro modo, os escravos e os animais, representantes da parte inferior do universo agem de forma mais contingente e indeterminada. O modelo cósmico, portanto, dita o modelo social. Na medida, justamente, em que este modelo sofreu abalos da ciência nascente, inscrita na concepção galileiana de mundo, abre-se o campo para a noção de autonomia e, portanto, para valorizações de representações de liberdade e do indivíduo. Sabe-se, entretanto, que a partir daí, este princípio de autonomia

gerou várias concepções controversas ao longo de toda história moderna e, para Renaut, a complexidade deste processo está relacionada a duas maneiras de conceber a modernidade: 1. Representada como um percurso histórico de soberania do sujeito, que inclui correntes de valorização da razão e correntes críticas à racionalidade moderna e, 2. Interpretada como uma trajetória de afirmação democrática do indivíduo enquanto princípio e enquanto valor, definida por Tocqueville como individualismo moderno.

Em torno destes diferentes caminhos de conceber a modernidade, Renaut desenvolve um debate enriquecedor e crítico, centrado na discussão de intelectuais franceses sobre o individualismo, porém, no curso deste trabalho aqui interessa circunscrever somente as elaborações que ele realizou em torno dos conceitos de indivíduo e sujeito na esfera de pensamento da modernidade. Assim, a pergunta que orienta a reflexão conceitual implica em saber se a noção de autonomia, contraposta à de heteronomia (submissão à lei ditada exteriormente) equivale aos valores do individualismo? Em outras palavras, diz Renaut: “a ética da independência cultiva certamente um ideal de auto-suficiência e, assim, de liberdade sem regras; mas é autonomia essa liberdade sem regras?” (p.61). Ele, então, concorda que a modernidade valorizou estas duas dimensões, a de autonomia e a de independência, porém discorda de concebê-las como dimensões de mesmo significado.

Renaut justifica então que autonomia não se dissolve no individualismo, uma vez que este último modelo está associado a uma supervalorização da independência e pode, deste modo, levar à afirmação pura e simples do Eu enquanto valor inalienável, infenso aos limites e à normatização. Já a noção de autonomia:

[...] ela não se reduz à do indivíduo (à do Eu em sua singularidade), na medida em que ela implica, ao contrário, uma transcendência, uma ultrapassagem da individualidade do Eu, comporta nela a intersubjetividade e assim, a comunicação em torno de uma esfera comum [...]. Na medida em que a idéia de sujeito corresponde não ao valor (individualista) da independência, mas ao da autonomia (humanista), nela está incluída, por definição, a relação com o outro [...] (p.100).

Renaut resguarda, com esta posição, um espaço para o paradigma do sujeito em oposição às correntes que rechaçam toda forma humanista adotada no Ocidente, mas também sinaliza para uma dimensão relacional do sujeito, parte central do argumento, com o qual particularmente compartilho, mas que está ausente na perspectiva do individualismo adstrito à noção de independência. No entanto, Renaut apresenta uma outra opinião a este respeito. Neste sentido, ele diz que:

[...] é preciso insistir neste fato com a maior clareza possível: foi dentro da própria lógica da autonomia, e não simplesmente da independência, dentro da lógica do humanismo, e não simplesmente na do individualismo, que se iniciou a dinâmica da igualização dos direitos. A maneira como se concebeu como que sem limites, de fato exprimia a intuição mais profunda dos Modernos: ninguém tem possibilidade de se arrancar à diversidade das condições sociais ou naturais a não ser se concordar em reconhecer *a priori* que ‘todos os homens nascem livres iguais em direitos’. (p.305).

A liberdade na lógica do humanismo não se refere então a um mero confronto hierárquico com a tradição em busca de independência, traz outros valores como o de pessoa capaz de compartilhar regras e tomar decisões. Contudo, esta perspectiva continua a ter como obstáculo o problema da alteridade da criança e as condições possíveis de formação e educação infanto-juvenil sem recuos a etapas anteriores.

Diante da continuidade do desafio de permanência na lógica dos direitos da criança e os impasses de sua formação primária e escolar, por conta de sua especificidade, Renaut busca apoio nas teses desenvolvidas por Onera O’Neill, estudiosa da linha de filosofia prática. A tese defendida por O’Neill, dita de modo muito sucinto, envolve a defesa de uma teoria das obrigações individuais e coletivas para com as crianças, a qual imporia limites à teoria dos direitos da criança. Considera-se, nos parâmetros desta proposta, a importância de os direitos positivos ter possibilitado tornar a vida da criança uma questão pública e a questão da suficiência desta atenção situada apenas na esfera dos direitos fundamentais.

Neste sentido, de acordo com Renaut, O’Neill dirige uma crítica às formulações em torno dos direitos da criança por identificar nesse enfoque:

[...] uma analogia ilusoriamente estabelecida entre a dependência da criança e a dos grupos socialmente oprimidos [...] É evidente que as crianças, tal como os grupos oprimidos, estão em uma situação de fraqueza, são mesmo mais fundamentalmente fracas do que os grupos oprimidos: a sua fraqueza é intrínseca, ao passo que a dos grupos oprimidos corresponde mais a um enfraquecimento extrínseco, produzido pela própria opressão. (cf. RENAUT, 2002, p. 321).

Sendo a criança um ser em estado de fragilidade provisória, sua condição não é a mesma de um ser oprimido, daí que seu problema reside “não em derrubar uma opressão, mas em ‘confiar, mais do que os outros seres fracos, nas práticas sociais e nas instituições’ para as ajudarem a crescer e a tornarem-se menos fracas” (RENAUT, 2002, p. 321).

Em resumo, os argumentos de O’Neill tendem a um questionamento da política de direitos da criança, prioritariamente centrados na esfera jurídica. Do mesmo modo Renaut conclui que estes direitos contribuem para “pôr em evidência a dimensão propriamente moral ou ética da parentalidade, de tal forma que deveria impedir-nos de abandonarmos,

inteiramente, as nossas relações com as crianças ao espírito do contrato” (p.343). Resta, portanto, também um grande espaço para que estes problemas se tornem objeto de reflexão no campo a psicologia, na medida em que a política de direitos da criança envolve inteiramente os processos de formação primária e secundária, alvos fundamentais deste campo de conhecimento. No entanto, na área de estudos psicológicos não há propriamente um debate em torno de problemas da formação primária, o que existe são posições conceituais assumidas por diferentes correntes de pensamento sobre a constituição de indivíduos, bem como nas formulações conceituais de sujeito e indivíduo. Com o intuito de estabelecer alguns parâmetros para a discussão do tema deste trabalho recorrei a uma síntese de alguns dos principais enfoques psicológicos sobre o processo de formação primária e os conceitos derivados e indivíduo e sujeitos no âmbito dessas teorias.

O espaço moderno aberto para a noção de indivíduo criou, naturalmente, condições propícias para constituir uma área de estudos específica sobre a esfera de vida individual. Todavia, a disciplina psicologia que surge para este fim tinha como propósito inicial identificar processos universais elementares expressos no comportamento individual, intenção inaugurada por Wundt em seu laboratório na Alemanha, no final do século XIX. Não havia dúvida de que o objeto da psicologia era formado de espaços claros e escuros e de várias nuances, porém a noção de indivíduo e da consciência que surge desta psicologia nascente não tem nenhuma equivalência com a idéia de um eu constituído inteiramente como individualidade independente. De que modo, então, as teorias psicológicas representam a questão da formação infanto-juvenil e os conceitos de sujeito e indivíduo, autonomia e independência e seus contrários?

3.9 A QUESTÃO DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA: UMA LEITURA DO PONTO DE VISTA PSICANALÍTICO

A teoria psicanalítica elaborada por Freud, no final do século XIX, tomou como objeto de estudo a mente, porém de um modo diferenciado da psicologia de laboratório fundada por Wundt no mesmo período da história: “É verdade que a psicanálise tomou como tema a mente individual, mas ao fazer investigações sobre o indivíduo, não podia deixar de tratar da base emocional da relação dele com a sociedade” (FREUD, v.13, p.223). No entanto, a ênfase da psicanálise freudiana em processos intrapsíquicos, bem como, o método de tratamento

individualizado contribuíram para uma interpretação de sua abordagem como uma teoria individualista. Todavia, na psicanálise, as relações psíquicas que o indivíduo estabelece com o outro traz à tona não só a questão da dependência, como a da autonomia no processo de formação da criança. Assim, Freud comenta que:

Os pais constituem para a criança pequena a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos. O desejo mais intenso e mais importante da criança nesses primeiros anos é igualar-se aos pais (isto é, ao progenitor do mesmo sexo), e ser grande como seu pai e sua mãe. (v.9).

Nesta formulação, por certo, acredita-se numa tendência de processos psíquicos de caráter universal, constituídos em meio a relações familiares dentro de padrões sociais aceitos e definidos. No entanto, importa destacar que nesta abordagem trata-se de assinalar uma etapa na qual a criança se acha em uma condição psicológica marcada predominantemente pela heteronomia, ou seja, em posição receptiva para acatar a lei que emana de uma alteridade e ao mesmo tempo propensa a identificar-se com este outro.

Esta posição da criança tende, por certo, a ser alterada na medida em que ela adquire uma condição gradativamente maior de independência, porém quando ela acha-se neste processo de conquista gradativa de independência, tais conquistas evidentemente ainda são bem diferenciadas da fase de independência que um adulto pode alcançar, bem como algo distinto de um processo de autonomia. Isto não só porque Freud comenta que “a supervalorização dos pais pela criança sobrevive também nos sonhos de adultos normais” (v.9), mas porque toda engenharia metodológica da psicanálise se constrói em torno de um conflito no qual o sujeito se acha aprisionado entre forças opostas que o impede de atuar sob a égide da completa autodeterminação. Neste ponto, revelou-se, porém, um campo propício para ambigüidades de interpretação, isto é, ou o sujeito aprisiona-se por conta de seus próprios impulsos, portanto uma versão apoiada no conceito individualista, ou o sujeito não consegue atingir uma forma de autodeterminação perante seus vínculos (no caso, inconscientes). Nesta última alternativa, trata-se, então, de um problema de heteronomia.

Com a inscrição da psicanálise no campo discursivo da lingüística, uma realização operada por Lacan, a questão da autonomia e da heteronomia ganha novos contornos. Deste modo, o sujeito constituído por meio da linguagem, se define articulado pelo significante e por sua submissão a este significante concebido como lugar do Outro. Por conseguinte, o “Outro, como sítio prévio do puro sujeito do significante, ocupa posição mestra, de dominação, antes mesmo de ter acesso à existência, para dizê-lo com Hegel e contra ele,

como absoluto Senhor/Mestre” (LACAN, 1966, p.821). Daí, a direção do tratamento que concede à fala todos os poderes, está longe “de dirigir o sujeito para a fala plena ou o discurso coerente, mas que o deixamos livre para se experimentar nisso”, no entanto, “essa liberdade é o que ele tem mais dificuldade de tolerar” (LACAN, 1966, p. 647).

O que se depreende, portanto, dos discursos psicanalíticos em suas diferentes versões é que o foco individualizado de estudo e tratamento terapêutico não tem o mesmo significado originário da concepção de indivíduo enquanto independente e com disposição intrínseca para a liberdade. Ao contrário, a autonomia relativa aos laços psíquicos envolve uma árdua conquista construída em longos processos terapêuticos.

3.10 A QUESTÃO DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA: ABORDAGEM COGNITIVA DE PIAGET

O conjunto das obras consideradas como abordagens cognitivas, o trabalho de Piaget se destaca pela vasta e complexa literatura voltada para descrever e analisar os múltiplos ângulos do processo de aquisição do conhecimento de toda a fase infantil até a etapa da adolescência. Deste amplo trabalho, recorto um dos estudos que trata da estruturação do comportamento moral, pois se trata de um estudo que concebe uma das faces da experiência da heteronomia e autonomia, nos estágios da infância e adolescência.

Este referido estudo de Piaget foi elaborado em 1932, denominado “O julgamento moral da criança”. Neste trabalho, Piaget concebe etapas de formação da moralidade tendo como referência a observação dos padrões de comportamento da criança perante as regras de jogos em diferentes etapas da infância. A partir desta observação, ele identifica três etapas: 1 anomia; 2 heteronomia; 3 autonomia. Na primeira, entre cinco e seis anos de idade, a criança dificilmente obedece a regras coletivas, seu interesse maior consiste em exercícios corporais e jogos simbólicos carregados de fantasias. Na segunda etapa, até cerca de nove e dez anos, ela já consegue participar de jogos respeitando as regras, mas as concebe de forma rígida, nada pode alterá-las, pois representam limites estabelecidos por uma tradição que transcende ao poder de decisão dos jogadores. É, portanto, um período no qual vigora a heteronomia. Na última etapa, que corresponde à fase da adolescência, ela já apresenta, então, condições de elaboração de caráter autônomo. Assim, ao contrário da fase anterior, o jovem já pode representar-se como alguém capaz de mudar as regras por meio de acordos com os seus

parceiros de jogo. Na mesma linha de pesquisa, Piaget avalia a posição da criança em relação ao dever moral e à distribuição de justiça, cujos resultados convergem para processos de entendimento semelhantes aos de elaboração de regras de jogos.

Embora este enfoque apresente características descritivas do processo de formação cognitiva infanto-juvenil, concernente às condições de heteronomia e autonomia, outras ponderações de Piaget relativizam e aprofundam este processo, ao inseri-lo em um contexto mais amplo de cultura e sociedade. Os argumentos de Piaget, neste sentido, implicam certas discordâncias com o pensamento de Durkheim sobre o desenvolvimento e a autonomia moral (TAILLE, 1992). Para Durkheim, a sociedade considerada como um ser coletivo representa uma fonte de riquezas de conteúdos de toda civilização, portanto, uma realidade que ultrapassa os limites da individualidade e que se revela como instância capaz de suscitar no indivíduo respeito, que se expressa no sentimento de dever e assimilação das regras encaradas, por ele, como um bem desejável. Embora Piaget mantenha concordância com Durkheim acerca do caráter social das regras morais, opõe-se a este modo de conceber a sociedade, pois não a considera como um ente, ou uma totalidade transcendente e independente que se impõe aos indivíduos. Piaget entende sociedade como uma formação que envolve diversidade de relações entre indivíduos. Assim sendo, a sociedade pode assumir modelos diferenciados de cultura que restringem ou ampliam possibilidades de desenvolvimento de autonomia do indivíduo.

Na concepção de Piaget, o indivíduo não apenas assimila regras sociais, mas na verdade ele tem participação ativa e pode alcançar a autonomia, por achar-se em posição oposta aos padrões sociais. Todavia, isto não ocorre isoladamente, e a depender do modelo de relação interindividual vigente numa sociedade, tenderá a prevalecer, nos indivíduos, posições de heteronomia ou de autonomia. Como explica Taille, Piaget concebe duas grandes categorias para as relações interindividuais: a coação e a cooperação. A relação de coação que implica em assimetria, ou seja, está pautada em duas posições, a de quem manda e a de quem obedece. Tal relação tenderá então a impedir o desenvolvimento da reciprocidade relacional, mantendo os sujeitos em posição de heteronomia. Por outro lado, as relações de cooperação contribuem para a realização do respeito mútuo e da autonomia, por meio de experiências de reciprocidade entre seres compreendidos como iguais. Em resumo, ainda que haja, na medida em que a criança segue uma trajetória de avanço de estágios de desenvolvimento, uma predisposição para evoluir de um estágio de dependência e heteronomia para outro estágio onde há predomínio da independência e autonomia, o modelo de formação social pode interferir nas condições desta transição.

3.11 A QUESTÃO DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA: UMA LEITURA DA ABORDAGEM SISTÊMICA

O cerne conceitual das teorias sistêmicas consiste na afirmação de que as famílias apresentam propriedades similares a todos os sistemas vivos, o que significa identificar todo sistema como um todo formado de partes interligadas e co-atuantes. Esta metáfora da sociedade como um organismo natural, que durante muito tempo norteou o pensamento da sociedade durante o século XX, quando aplicada à família acabou por suscitar muitas críticas, por reificar a família como um ser vivo, em sua abordagem. Contudo, o enfoque também gerou outras metáforas produtivas para o estudo da realidade familiar. Conforme Elkaïm (1998, p.39) “de acordo com este ponto de vista as famílias, tal como as florestas ou qualquer outro ecossistema, são dotadas de fronteiras e controlam o material e a informação que entrecruzam seus limites”. Além disto, há nas famílias uma organização hierárquica de seus subsistemas (as diversas linhas parentais) que funciona de modo auto-regulado por um anseio de equilíbrio ou homeostase. Esta idéia de busca de equilíbrio do sistema familiar é usada como recurso heurístico, pois a depender do nível de compreensão e experiência do terapeuta, este ponto de vista poderá ser interpretado de várias maneiras, de forma literal ou de acordo com as nuances e complexidade de cada formação sistêmica familiar. Assim os enfoques sistêmicos assinalam os efeitos operados no todo familiar, a partir de mudanças ocorridas em partes do sistema. Conforme a linha dominante da abordagem sistêmica familiar não interessa o uso de termos tais como afeto ou motivação, os aspectos básicos a serem analisados no mundo familiar são os padrões de comunicação e a interação entre os membros da família, fatores que se ligam aos papéis desempenhados pelos sintomas em integrantes da família. Todavia, a influência exercida pelo pensamento sistêmico alcançou terapeutas de correntes de estudo e metodologias diversas, derivando assim em formulações e conceitos diferenciados no mesmo campo de terapias familiares.

Em retorno ao tema da independência e da autonomia, bem como seus opostos, na fase de formação infanto-juvenil, é possível identificar no modelo sistêmico uma mudança de concepção em relação às demais abordagens já comentadas, obviamente porque não tem a realidade individual como foco de análise. A ótica sistêmica torna assim evidente que concebe o indivíduo como um ser sempre interagente na esfera de um sistema, independente, inclusive, de sua faixa etária. Dimensões de autonomia e independência são, nessa abordagem, consideradas somente no âmbito de demandas que se expressam em estados disfuncionais do sistema, ao invés de valores cultivados independentes da dinâmica sistêmica.

3.12 OS MODELOS PSICOLÓGICOS: UMA INTERPRETAÇÃO SUMÁRIA SOBRE DIFERENÇAS EPISTEMOLÓGICAS EM TORNO DO PROBLEMA DA AUTONOMIA E HETERONOMIA NA FORMAÇÃO PRIMÁRIA

Decerto que os modelos de estudos psicológicos analisados aqui são diferentes em termos epistemológicos, mas isto impede uma síntese sobre o tema da autonomia e heteronomia? Primeiramente um esclarecimento sobre tais divergências, incluindo descontinuidades teóricas no interior de um mesmo modelo, como é o caso da psicanálise.

No caso da psicanálise freudiana, é observado que, no conjunto de sua obra, há certa oscilação em sua formulação etiológica das neuroses entre uma ênfase em fatores constitucionais e não constitucionais. Noutros termos, valorizações ora de fatores internos, ora de fatores externos ao sujeito. Para Monzani (1990), esta variação não representa uma incoerência no texto freudiano:

O importante para nossos propósitos é notar que, desde seus primeiros escritos até o fim da obra, Freud mantém uma certa equação etiológica cuja essência permanecerá a mesma e na qual jamais negará a influência dos fatores constitucionais nem os fatores externos. Há sempre uma complementação entre ambos. O acento e o peso desses fatores irão variar no decorrer de sua obra, mas a equação permanecerá idêntica. (p. 79).

Neste sentido, o propósito de Lacan foi o de solucionar os problemas gerados por este dualismo presente na teoria freudiana. Como diz Prado Jr. (1990):

A teoria da ordem do simbólico visa, é claro, evitar uma queda numa espécie de *Naturphilosophie* e a supressão da ordem propriamente antropológica aberta com a psicanálise. Mas, ao fazê-lo (ao contrário do que o texto pode sugerir) não se trata de salvar o dualismo puro e simples, que justapõe ou opõe os domínios do biológico ou do psicológico. De resto, Lacan já se opõe firmemente a esse tipo de dualismo [...] retomado por Paul Ricoeur em seu livro *De l'Interprétation*, no qual faz da psicanálise um discurso essencialmente misto, isto é, energético-hermenêutico, ou uma passagem constante de uma teoria mecanicista a uma teoria teleológica-fenomenológica. (p.56).

Além desta diferença interna no modelo da psicanálise, a oposição de Lacan se estende a outros modelos vigentes. Assim, a sua recusa atinge as abordagens pautadas no objetivismo e antigeniticismismo, que irá, então, colocá-lo em oposição, por exemplo, com a teoria piagetiana. Como seu interesse está na condição de constituição do sujeito ou a condição de constituição do objeto, a escolha que faz recai em “uma teoria da intersubjetividade ou das posições do sujeito” (PRADO JR. 1990, p.57). Desta concepção decorre então a noção de relação narcísica do eu ao outro e a recusa do uso da oposição entre mundo interior e mundo exterior,

num esquema que privilegia os conceitos de real, simbólico e imaginário. Neste ponto, não cabe neste texto seguir adiante nesta apresentação conceitual da teoria lacaniana, importa destacar que apesar de existirem divergências teóricas e epistemológicas entre sistemas teóricos, o valor do tema da autonomia e heteronomia se faz presente, pois o que está em questão é o processo de formação do sujeito. Em suma, no que tange à teoria lacaniana, esta ressalta que a condição de autonomia do sujeito situada na esfera desejante da demanda que faz ao outro não está presidida pela noção de liberdade, na medida em que há uma diferença entre mundo real e mundo de objetos do sujeito.

Na compreensão de Piaget, por outro lado, o processo de autonomia e heteronomia está envolvido nas etapas de desenvolvimento, concebido como percurso evolutivo, por sinal, uma noção rechaçada por Lacan que estendeu essa oposição também ao curso de desenvolvimento sexual freudiano. Na verdade, esta oposição de Lacan se relaciona com a reação no campo do pensamento, forte em sua época, contra as categorias de evolução que permeava, sobretudo, a antropologia, a exemplo da noção de homem primitivo e homem civilizado, como duas fases distintas de desenvolvimento da humanidade, ao passo que, uma visão estruturalista, desse período, nivelava o mundo. Assim, a autonomia na teoria de Piaget transforma-se numa conquista temporal, na qual interferem condições sociais apropriadas ou inadequadas. Contudo, também em Piaget, não há referência central ao indivíduo como um ser natural, com aspirações de independência similar ao sujeito político. Ao contrário, a fase de heteronomia é uma condição para a autonomia.

O modelo sistêmico, por sua vez, tende a uma concepção objetivista do mundo familiar quando define previamente a noção de equilíbrio homeostático para a dinâmica do sistema familiar ou um padrão normativo antecipado, que termina por coincidir com padrões culturais legitimados. No entanto, a noção sistêmica, muito mais que o modelo sistêmico, tem inspirado muitos estudos de epistemologias diversas e o presente trabalho se inclui nesta perspectiva. Neste campo de estudo, a noção de autonomia e heteronomia são conceitos mediatizados pela dinâmica do processo de vínculo, que também não permitem destaque à condição de indivíduo independente.

Enfim, nos diversos paradigmas de estudos psicológicos relacionados à formação primária dos sujeitos percebe-se certa descontinuidade com a noção de indivíduo concebido como unidade social cuja aspiração maior está voltada para a independência, como uma condição dada *a priori*. As diversas lógicas do pensamento psicológico tendem, ao contrário, a elaborar versões em torno das dificuldades para a conquista da autonomia por parte do

sujeito, em paralelo com os processos de dependência e independência configurados para a condição de indivíduo.

3.13 SÍNTESE SOBRE AS TENDÊNCIAS TEÓRICAS ESTUDADAS EM TORNO DO TEMA SOCIEDADE, FAMÍLIA E CRIMINALIDADE JUVENIL

Neste quadro geral da literatura interdisciplinar sobre o tema em estudo, é possível identificar-se quatro tipos gerais de explicação e análise. Primeiro, um tipo de enfoque estrutural e conjuntural que assinala as condições de vida promovidas pelo sistema econômico, político e sócio-cultural, como fatores capazes de criar dinâmicas específicas fomentadoras de contextos propícios ao envolvimento do jovem com a criminalidade. Nesta perspectiva, destacam-se as condições de desigualdades econômica e social e o enfraquecimento dos investimentos em políticas públicas, principalmente, os investimentos educacionais e de segurança, para combater a criminalidade adulta que arregimenta jovem e criança, como no caso do tráfico de drogas. Deste ponto de vista, tanto o jovem quanto sua família são vítimas de um processo social que precisa ser revertido para superar eficazmente avanços da criminalidade juvenil, concepções estas defendidas pela maioria dos estudiosos relacionados às teorias críticas da criminalidade.

A segunda tendência de estudos busca salientar particularidades da vida juvenil que tendem a atuar como fator de prevalência da criminalidade. Assim, aspirações, valores, padrões de controle da conduta juvenil por parte dos adultos, modelos culturais ligados à masculinidade, entre outros aspectos, são apontados como fatores intervenientes para a criminalidade juvenil. Nestas teorias, a família tem um papel secundário ou complementar, pois as dimensões de vida mais destacadas e ligadas à criminalidade juvenil, dizem respeito a características consideradas próprias da juventude em estudo.

Em terceiro, estão teorias que compreendem o problema da criminalidade juvenil situado prioritariamente na órbita da vida do sujeito ou da família, e muitas vezes dissociado de análises relativas ao contexto social e cultural no qual se inserem. De algum modo este tipo de enfoque ou se origina de concepções conservadoras, ou seja, aquelas que se esquivam de desenvolver uma crítica ao sistema social como um todo, ou de concepções mais estritamente psicológicas, o que não quer dizer que elas sejam equivalentes.

Uma quarta tendência que se esboça nas abordagens sobre criminalidade juvenil implica encarar este problema como passível de ser gerado por múltiplos fatores, porém analisado de forma genérica e fragmentada.

Estes modelos de pensamento sobre a criminalidade são realmente distintos e apontam para diferentes formas de intervenção social ou remetem a um mesmo campo paradigmático sob uma aparente diversidade de perspectivas? Para Foucault (1987), a resposta está na última alternativa, na medida em que ele estipula que todo sistema e dispositivo jurídico moderno, constituído em torno da criminalidade, está inserido na genealogia de poder que desloca a penalidade, antes representada pelo exercício do poder soberano, para uma penalidade situada no âmbito do poder disciplinar. Sob o poder soberano a punição além de demonstrar o caráter absoluto deste poder, mantinha o sentido de vingança expressa nos suplícios imputados ao corpo do criminoso, que tornavam pública a verdade do crime. Já no mundo moderno, a punição prescinde do sofrimento do corpo e se volta primordialmente para a esfera moral da condenação de condutas e restrição à liberdade, estabelecida no eixo do poder disciplinar. Esta nova expressão de poder, porém, não é concebida tão somente como um dispositivo da justiça criminal, mas como modelo de tecnologia política distribuído em toda sociedade. Esta difusão de poder, que Foucault (1987) denomina de *microfísica do poder*, “posta em jogo pelos aparelhos e instituições”, não se apresenta simplesmente como imposição aos mais despossuídos, e sim como estratégias, táticas e técnicas que atravessam os indivíduos e funcionamento da vida social. Não se trata, deste modo, de referir à prática penal como uma modalidade de poder associada estritamente à estrutura de propriedade, a uma ideologia ou ao contrato social; os dispositivos disciplinares emanam de uma implicação entre poder e saber, visto que, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Neste sentido, o que é pensado é um “corpo político” concebido “como conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (p.27). O aparato jurídico, consiste, portanto, para Foucault, em um vetor constituinte de uma teia de saberes a serviço de uma tecnologia para disciplina do corpo – primordialmente por meios incorpóreos -, tendo como efeito um manejo ambivalente da criminalidade: “A delinqüência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes” (p.232).

Convém dizer que o registro da criminalidade em uma problemática de poder inclui também a questão da individualidade. O poder disciplinar requer individualização para

melhor exercer o controle dos corpos que podem assim ser examinados minuciosamente e registrados. Exército, hospitais, estabelecimentos educacionais, máquina administrativa do Estado, entre outros dispositivos, utilizam-se de registros para executar comparações, classificações que transformam o indivíduo em “objeto descritível, analisável... para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob controle de um saber permanente” (p.158). Esta ênfase de Foucault (1987) nos dispositivos de poder disseminados no saber, nas instituições e mecanismos de individualização aponta, deste modo, para todas as disciplinas que se voltam para estudo do indivíduo, tais como a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, como saberes que integram esses dispositivos de controle dos corpos. Como diz Birman (2000), nesta perspectiva, “a terapêutica da figura do criminoso se inscreveu na boca de cena da criminologia, passando a regular internamente o sistema de punição. Assim, as práticas terapêuticas e preventivas se inscreveram fartamente na cena criminal, definindo as políticas criminológicas” (p. 61). Por este olhar foucaultiano, portanto, que faz sobressair os campos de relações de forças que envolvem o indivíduo, as teorias psicológicas representam esferas de conhecimento que integram o bio-poder no campo mais vasto da filosofia do sujeito moderno.

Sem dúvida, esta crítica abrangente de Foucault a todo campo do pensamento moderno possui uma radicalidade que suscita, neste trabalho, uma reflexão de caráter ambivalente. Por um lado, uma concordância no que diz respeito a uma atenção necessária às formações discursivas, seja do senso comum, seja científica, como possíveis reverberações de dispositivos de poder; por outro, um afastamento desta concepção no que diz respeito a um enfeixamento de toda experiência social como âmbito de relações de força. Noutras palavras, o ponto de vista aqui adotado é que a presença de relações de forças nas experiências não representa chave de leitura básica para a totalidade dessa experiência, tais relações tendem a se dar em variadas modulações passíveis de serem expressas em um campo de interpretações críticas. Neste trabalho, que propõe um estudo do drama intersubjetivo familiar, de certo modo, só se aproxima de uma etapa anterior da teoria de Foucault, na qual era enfatizada, ao invés da genealogia dos dispositivos de poder, a perda de lugar da experiência trágica e da desrazão para o campo dominante e avassalador da racionalidade moderna. Assim, um outro trabalho de Foucault (1977), *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, proposto como um estudo das relações entre psiquiatria e justiça penal, mediante exposição dos diferentes discursos engendrados no processo penal, demandaria, se fosse objeto desse estudo, um outro olhar, uma perspectiva que não se confunde com a classificação ou desnudamento individualizante. Passaria a consistir, isto sim, numa problemática

relacional e de interpretação de uma experiência que teria como objetivo não deixar de fora uma extensa faixa de vivências intersubjetivas. Algo próximo das observações feitas por Jean-Pierre Peter e Jeanne Fravet (1997), em uma das notas que finalizam o livro acima citado, quando comentam o destino do camponês homicida, que escreveu um diário no qual relata seu cotidiano e seu crime, antes do gesto final suicida:

Se os camponeses tivessem um Plutarco, Pierre Rivière figuraria entre os mortos ilustres. E não apenas ele. Sua família inteira se alinha como um desafio às galerias das residências aristocráticas, onde velam enfileirados os grandes ancestrais, uma série de vítimas exemplares. Mas qual Plutarco algum dia acreditou que a exemplaridade possa crescer nos sulcos onde se curvam os camponeses? Aos humildes o silêncio. E nada mais justo se, sufocando por estar aí confinado, brota em um dentre eles este riso insensato que diz o sentido à medida que gela e dilacera, esse riso perpétuo de Pierre Rivière nos anos que precedem o assassinato, esse riso que fala do intolerável. Do mesmo modo, a palavra trazida por este gesto e este texto é o da infelicidade. (p. 187).

Por conseguinte, é por este fio que segue este trabalho ao buscar em narrativas de experiências singulares e intersubjetivas o sentido da vivência em seus enredamentos dramáticos, sem recusar os termos quase sempre banidos da escrita sistemática, como este que finaliza o texto acima, que ousa dizer algo sobre um modo de vida.

4 ESPAÇO SOCIAL, FAMÍLIA E VIOLÊNCIA JUVENIL

Em primeiro lugar, é preciso formular de modo mais explícito o que representa a presença do termo “espaço social” neste trabalho, que tem como objetivo central refletir sobre possíveis enlaces entre mundo intersubjetivo familiar e delito juvenil. Já foi declarado anteriormente ser indubitável que em plano abrangente os quadros de problemáticas macrossociais são traçados e constituídos pela dinâmica de uma determinada ordem social, econômica e política. Todavia, também foi adotado o pressuposto de que estas problemáticas têm um caráter sistêmico, constituídas em níveis diversos e diferenciadas, de modo que as características peculiares das quais elas são portadoras não podem ser reduzidas a esta mesma determinação geral, sob o risco de serem dissolvidas. Daí que espaço social é considerado aqui com características que podem ser absorvidas por meio de uma descrição e análise sobre as condições de vida dos moradores, envolvendo tanto recursos materiais, quanto padrões de valores e cultura. Não obstante, este espaço social pode ser algo mais que isto para as pessoas que nele residem. Trata-se do lugar ao qual, de algum modo, elas pertencem, que é marco para definição de uma identidade social e onde se tece o cotidiano – entendido como define De Certeau (2000) – e, obviamente, formado com base em relações interpessoais. É, portanto, um espaço preenchido não só pela materialidade da existência, mas também pela ausência de neutralidade, pois nele tendem a estender-se e imbricar-se variados processos de vida, inclusive os processos intersubjetivos de matrizes familiares. Assim, a descrição e análise do bairro comportam uma situação estrutural que é comum a uma série de contextos na sociedade brasileira, e a dimensão de cotidianidade como atos operacionais de formação de experiências particulares da vida social. Efetivamente, o que centralmente se investiga é o significado da dinâmica familiar na vida das pessoas envolvidas, admitindo-se, porém, que estes significados encontram margem de desdobramento simbólico no campo de relações não-familiares.

Esta abordagem tem início pela exposição de uma breve história do bairro em estudo. Trata-se de um relato composto com a reunião de dados obtidos por meio de consulta em arquivo de jornais – com predomínio circunstancial do jornal *A Tarde* -, de revistas voltadas para a vida social popular, como os *Cadernos do Ceas*, dados censitários e alguns documentos oficiais do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador. Nas matérias de jornais acham-se informações sobre acontecimentos locais, mas nelas há vários depoimentos de moradores sobre experiências de vida no bairro, que são referências importantes ao longo do

texto. Outras vertentes da história do bairro e de vivência cotidiana se apóiam em conversas realizadas em três grupos focais, com a presença de antigos moradores, professores e jovens.

Tendo em vista que um dos fatos mais marcantes da história do bairro envolve a guerra de gangues juvenis, também incluí uma discussão lançada por Wacquant (2001), que ao analisar o quadro contemporâneo de violência juvenil nos guetos norte-americanos e nos bairros populares da França, defende ser apropriado identificar os fenômenos sociais em seus aspectos particulares, apesar das forças estruturais que os une.

4.1 BREVE HISTÓRIA DE UM BAIRRO

O bairro que compõe o relato desta pesquisa emerge na década de 1970 como saldo de uma das crises sociais brasileiras: a luta pela posse de terra por parte da população de baixa renda (SOUZA, 1991). A maior parcela desta população deriva de migração interna, originária de áreas rurais do Estado da Bahia para a metrópole. Nessa época, opera-se ainda uma movimentação habitacional de moradores dentro da cidade, um deslocamento espacial de trabalhadores em busca de ocupação e renda. Na maior parte dos casos, isto se dá, por um lado, após esgotamento de recursos de trabalho em suas áreas de origem e, por outro, devido à mobilidade de parcela de habitantes da área urbana, com crescente dificuldade de manter moradia pelo sistema de aluguel (BAHIA, CONDER, 1978)

Esta movimentação ocorreu em diversas regiões do país, de modo que o número de migrante – conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) para definir o indivíduo que nasce em um município, mas é recenseado em outro – alcançou, nessa época, em todo território brasileiro, um total acumulado de 29,5 milhões, sendo 18,8 originários do próprio Estado e 10,7 milhões de outras regiões. Em outras palavras, isto representa o fato de que em todo país, “em cada cinco pessoas, uma era migrante em 1970” (Cadernos do Ceas, n. 65, p. 27). Enquanto a migração entre regiões rurais tinha como grande atrativo as áreas de investimentos pioneiros em agricultura, exploração de minérios ou construções de estradas e hidrelétricas, a busca por trabalho em áreas urbanas tendia a se concentrar em locais que ofereciam oportunidades de trabalhos temporários por conta de grandes construções desse período modernizante.

Em Salvador, a necessidade da construção de uma nova Rodoviária, após um incêndio que destruiu inteiramente o antigo centro de transporte intermunicipal situado no bairro de Sete Portas, atraiu a maior parte dos trabalhadores que formaram o bairro que se constitui objeto desse estudo. As imensas dificuldades de alojamento por conta de falta de recursos para aluguel e transporte despertaram em grande parcela desses trabalhadores o interesse pela ocupação de uma área de topografia acidentada, composta por quatro morros e vales interligados, e vizinha ao local da construção do terminal. Em 1980, cerca de quatro anos após o início da invasão, três elevações já se acham bastante ocupadas e apenas uma de modo rarefeito, enquanto um dos vales está parcialmente ocupado sendo o restante uma área alagadiça. O outro vale se acha quase totalmente ocupado por hortas e só parcialmente habitado. Esse terreno, rapidamente ocupados por persistentes invasores era, na parte sul, propriedade do Governo Estadual (Detran e Derba), sendo uma das faixas ao norte de domínio da CHESF, e nas partes leste e oeste, terrenos de propriedade particular. Estima-se, nesse período, uma população de 7.500 habitantes, sendo a renda familiar da maioria de até três salários mínimos e uma população escolar (e/ou escolarizável) de 1.988 crianças na faixa de 5 a 14 anos (BAHIA, SEPLAN, 1980).

Nos primeiros anos dessa ocupação, situada em uma área próxima a terrenos altamente valorizados pela construção recente de um *shopping center*, um hipermercado e de residências de alto padrão, registra-se uma fase de grandes conflitos que antepunha, de um lado, ocupantes do terreno e, de outro, as Polícias Militar e Civil, como depõe uma moradora: “A gente levantava, eles derrubavam, mas o grupo foi aumentando e as muriçocas e mosquitos também” (A Tarde, 07/08/2005).

Na verdade, nessa experiência esteve refletida uma situação mais ampla de ocupações de terrenos de terceiros na Cidade de Salvador, pois o percentual de casas próprias cresceu 60% em 1978, sendo, destas, 46% correspondentes a autoconstruções, cerca de 55% edificadas em terrenos obtidos por meio de invasões (SOUZA, 1991). Quando estas ocupações passaram a se reproduzir como um movimento coletivo de grande envergadura nos anos de 1980, este fato, associado ao crescimento do capital imobiliário, fez avançar a presença do Estado como mediador dos conflitos. De uma etapa de tentativas de erradicação, passou-se a uma fase de remoções de invasões de terrenos valorizados para áreas mais afastadas do perímetro urbano.

Deste modo, após cada dissolução de agrupamentos de ocupantes por ação da polícia, eles retornavam em seguida, com argumentos representativos de invasores de terrenos, como este apresentado por um auxiliar de pedreiro: “Acontece que eu não tenho onde morar. Fui

despejado de um barraco... tenho necessidade de um lugar onde possa botar a cabeça, junto com a mulher e os dois meninos” (A Tarde, 1977). A nova área de habitação, a esta altura, não somente atrai novos migrantes em busca de trabalho em empresas de construção, mas para ela conflui parcela da população de bairros como Nordeste de Amaralina, Boca do Rio, Nova Divinéia, Marotinho, Curva Grande, além de pessoas oriundas de invasões dissolvidas por ordem judicial ou por interferência da Prefeitura (A Tarde, 1977).

Finalmente, ao alcançar um estágio definido como “invasão consolidada”, na década de 1980, os moradores dessa área de invasão se deparam com condições degradadas de habitação. Entre os principais problemas destaca-se a inexistência de energia elétrica (pública e residencial), de rede de abastecimento de água encanada, drenagem e esgoto. A água é obtida por meio de cisterna, e ainda assim comercializada e com provável contaminação pela proximidade de algumas fossas. Nesse período, a maior parte das casas, porém, não possui sanitário (fossa) e os dejetos circundam próximo às moradias. Em geral, as residências eram construídas com barro, aglomeradas em pequenas avenidas ou em áreas de declives, cercadas de escadarias que, em períodos de chuva, se transformavam em áreas inviáveis para circulação de pedestres e veículos. (BAHIA, SEPLAN, 1980).

Neste quadro de imensa precariedade da rede sanitária, como um estágio de vida medieval européia, os ratos infestaram o lugar e, como informa uma matéria de jornal, eles deixam as famílias completamente apavoradas. Segundo uma moradora, já instalada há cerca de cinco anos no bairro, até agora, ela diz “não ter visto nada igual”. Assim, o local que se formara por uma invasão de pessoas passa a ser também um lugar de invasão de roedores, pois, conforme depoimentos, eles perambulam audaciosamente em qualquer horário pelas ruas, atacam as crianças em cima das camas, fazem buracos nas bases das paredes e sob pisos, roem os dedos e calcanhares dos adultos (A Tarde, 23/05/1982). No ano anterior, a reclamação dos moradores esteve centrada na deficiente coleta de lixo por parte da Prefeitura, na permanência de tubos de encanamento quebrados, situação que se agrava pelo crescente foco de insetos que infestam o local (A Tarde, 18/06/1981).

Alguns dados sugerem que, seja pela gravidade da situação vivida, seja por algumas características sócio-culturais e estágio político, os moradores do bairro ocupado atuaram em movimentos coletivos de reivindicação com um grau de iniciativa particularmente elevado. Conforme documento da Prefeitura Municipal de Salvador, de 1983, relativo a um setor denominado Coordenação de Desenvolvimento Social – CDS, a primeira sede deste setor da Prefeitura foi implantada, em 12/10/1980, no bairro em questão, decorrente de um convite de

um grupo de moradores, feito ao chefe do Executivo Municipal, para uma visita à área. Quinze anos depois os moradores estampam uma vistosa faixa com uma pergunta: “Porque (sic) obras paliativas...? 750 mil dá tudo” (A Tarde, 12/05/1995), uma pergunta gerada por causa de uma obra financiada pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de realizar a pavimentação e drenagem no local. Os moradores, portanto, indignados com a má aplicação dos recursos públicos, resolveram denunciar as construções realizadas com cimento de péssima qualidade, escadarias com placas soltas, asfaltos esburacados, esgotos ainda exalando mau cheiro e falta de vazão de água em algumas ruas (A Tarde, 12/05/1995). Somam-se a este episódio de batalha por melhores condições de moradia centenas de outros ao longo da história deste bairro, sendo uma das mais lembradas o momento no qual um grupo de moradores realizou uma visita ao Secretário de Educação, no final da década de 1970, para reivindicar a primeira escola pública do bairro. Esse grupo de pessoas aguardou durante longo tempo para ser recebido pelo referido Secretário, até que resolveu tomar uma atitude, isto é, impediu a saída dele de um recinto até obter uma resposta favorável de negociação e, desse modo, alcançaram êxito. Em torno destas iniciativas, porém, não se pode desprezar o papel exercido por religiosos da Igreja Católica que aturam firmemente durante longo tempo nesse processo de consolidação do bairro (A Tarde, 07/08/2005).

No que tange à população, Saramandaia é estimada, contraditoriamente, como formada ora por cerca de 30.000 pessoas, ora por cerca de 10.000 pessoas. Este impasse ocorre porque inexistente delimitação oficial na Cidade de Salvador para as áreas dos bairros. Desta forma, as estimativas do censo do IBGE consideram somente a delimitação formal de regiões denominadas distritos (um aglomerado de bairros de uma determinada área da cidade). Assim sendo, os dados censitários do IBGE não dizem respeito a um bairro em particular, fato que compromete uma estimativa mais rigorosa da população de Saramandaia.

Independente da precisão da estimativa acerca desta população, sabe-se que a maioria é composta de pessoas não alfabetizadas e de trabalhadores informais com rendimento médio de 1,45 salários mínimos (CASTRO, 2005). Registra-se ainda um crescimento de jovens com gravidez precoce, sem contar, desde já, com a presença do pai da criança. Todavia, em estudo realizado por Brandão (2000) sobre demandas de sobrevivência em cinco bairros da Cidade de Salvador, incluindo Saramandaia, a partir de uma amostra de 506 fichas de famílias atendidas por uma instituição voltada para crianças e jovens, é possível notar as novas configurações de arranjos familiares. Apesar da tendência para mudanças na unidade familiar no Brasil, por meio da redução do número de integrantes e ampliação da família

extensa, a “família nuclear” ainda é predominante em toda área pesquisada, isto é, 43,5% do total. Em seguida, 20,2% para “mães com filhos, 15,4% em casos de mulher e parentes, 16,6% com “família extensa”, e as reduzidas taxas de 1,2%, 1,4% e 1,8% para, respectivamente, casos de pais com filhos, homens e parentes e, por fim, os casos indefinidos.

As condições de moradia, em comparação com a primeira fase de ocupação, melhoraram sensivelmente com a disponibilidade de energia elétrica, água encanada e iluminação pública em quase toda área. A situação fundiária está praticamente solucionada com a legalização do Termo para Permissão de Uso, todas as vias são asfaltadas e há um comércio de abastecimento, de roupas e aviamentos e de material de construção na parte central do bairro que conta também com casas para uso de internet. A maioria das residências, como na maioria dos bairros populares de Salvador, ainda é formada com tijolo aparente, sobretudo nas partes mais altas. No entanto, é possível encontrar tanto construções amplas e bem estruturadas, quanto construções em estado bastante precário, na forma de barracos. As principais reivindicações dos moradores atuais recaem sobre a melhoria do atendimento na área de saúde, a efetivação de um sistema de transporte de pequeno porte no interior do bairro e a instalação de creches e uma escola de 2º grau. Todavia, em contraste, com o período de movimentação coletiva capaz de gerar pressão política sobre o Estado e alcançar resultados satisfatórios, assiste-se, desde os anos 80, a um refluxo desses movimentos. Esta situação, porém, não é peculiar, diz respeito aos movimentos sociais em todo o país e está associado, por um lado, às novas formas de relacionamento entre as organizações sociais e os partidos políticos e, por outro, pelo relacionamento entre estas organizações e novas agências de atenção social voltadas para grupos específicos da sociedade (BRANDÃO, 2000). Outro aspecto, destacado ainda por esta pesquisadora, diz respeito a possíveis mudanças nas redes de recursos de sobrevivência. Esta preocupação expressa com a indagação sobre se ainda é pertinente dizer que neste cenário ainda permanecem “as redes de relações sociais apoiadas na família, nas relações de vizinhança, em círculo de amigos, ou em outros circuitos como relações com patrões ou pessoas de outras classes”, ou se esta rede já sofreu dilaceramento.

No âmbito desta pesquisa, a delimitação de abordagem limita-se a uma consideração ampla sobre os problemas de rede social, na medida em que o número de pessoas abordadas é reduzido, para que seja possível efetuar análises consistentes nesta amplitude. Não obstante, é possível observar, em linhas gerais, que a rede social do bairro acha-se hoje muito mais

fragilizada e sujeita a mais instabilidades que a torna mais dependente de recursos institucionais governamentais e não-governamentais.

Cabe destacar ainda um dado particular sobre o bairro de Saramandaia relacionado à escolha do nome dessa área de moradia. Durante a primeira fase de ocupação do lugar, a televisão transmitia uma novela que atraiu grande audiência, sobretudo pelo caráter inovador de sua linguagem, o “realismo fantástico” ou o “realismo absurdo”. Tratava-se da novela escrita por Dias Gomes chamada Saramandaia, que então inspirou os moradores a escolherem o mesmo nome para o bairro. Este aspecto que parece insignificante, vai adiante revelar-se como um fator simbolicamente significativo. No enredo da teledramaturgia, uma população residente numa região chamada Bole Bole tinha a pretensão de mudar o nome do local para Saramandaia, mas encontra resistência por parte da parcela mais tradicional da população local e esta falta de acordo desencadeia embates constantes entre os diferentes grupos, em meio a cenas de realismo fantástico. Passados 35 anos de existência do bairro, uma parte de moradores de uma terceira geração, formada por crianças e jovens adolescentes, passa a desfilar armada pelo bairro, impondo um terror extremo. Nesta fase, se instala uma guerra de gangues que se confrontam de acordo com a área em que residem, sendo uma delas chamada de Bole Bole. Não se tratava de uma divisão comum, parece que estas áreas foram demarcadas durante décadas com o valor simbólico de verdadeiros territórios inimigos.

4.2 A VIOLÊNCIA JUVENIL NO BAIRRO DE SARAMANDAIA

Segundo um jovem músico que residia no bairro, alguns artistas até tentaram promover a união entre os moradores das diferentes áreas por meio da arte, elaborando músicas que salientavam a importância e valor de todos no local. Contudo, venceram as condições desfavoráveis, e os conflitos entre gangues ligadas ao pequeno tráfico de drogas se instalaram extensivamente por toda região de Saramandaia. As ações dessas gangues eram voltadas tanto para o interior do bairro quanto para outras áreas da cidade:

Eles assaltavam muito, cometiam muitos crimes fora do bairro e era comum a gente ouvir dos grupos que ficavam nas esquinas os comentários acerca de assaltos a festas, assaltos a ônibus, furtos, roubos. Só que estes crimes cometidos fora do bairro, eles foram ofuscados pela situação interna, porque a situação interna era muito mais violenta, os crimes externos eles se resumiam a furtos e roubos e mesmo assaltos, mas geralmente sem vítimas. Enquanto, na situação interna, geralmente

culminava com morte, e se você me perguntar sobre a verdadeira razão disto, eu lhe digo, não sei. (OLIVEIRA, morador, ex-representante de uma associação local).

De acordo com esse morador, na circunstância em que estavam envolvidos muitos jovens em Saramandaia, duas situações se destacam sobre as gangues juvenis no bairro: primeiro, a proporção elevada de violência voltada para o interior do bairro e, segundo, a fomentação de uma guerra, sem a presença de um forte esquema de tráfico:

Saramandaia é diferente do Nordeste de Amaralina, diferente da Avenida Peixe na Liberdade, do Curuzu, diferente de algumas áreas de Salvador que se sabe existia um tráfico de drogas na sua concepção mais profunda, um comércio instaurado, definido. Saramandaia não tinha isto, tinha o que se chama “bocas”, uma coisa pequena que não significava poder econômico, independência e com um chefe, como Ravengar, líder assim não existia.

Esta particularidade da situação de violência juvenil em Saramandaia, que alcança seu ápice entre os anos de 2001 a 2002, apresenta-se com tamanha intensidade que desperta a atenção dos moradores da cidade para o local, que antes era ignorado e, para muitos, até desconhecido. De acordo com vários depoimentos de moradores, as gangues juvenis diariamente se digladiavam com trocas de tiros que podiam atingir indiscriminadamente qualquer morador. Esta violência era intensificada pela ocorrência de roubos, furtos, assaltos e estupros no interior do bairro que pouco a pouco inviabilizaram a vida no espaço público. As lojas comerciais interromperam entregas de mercadorias no local, bem como não mais era possível a oferta de serviços como fornecimento de gás, as entregas dos correios. E, constantemente, as escolas e centro de saúde mantinham-se com as portas cerradas. Inevitavelmente o pavor e o medo alastraram-se na vida dos habitantes e visitantes do local, situação que até hoje reverbera como desvalorização curricular para quem sai em busca de trabalho, pois identificar-se como morador do local não somente assinala que se trata provavelmente de um cidadão pobre, mas uma pessoa em supeição.

Deste modo, a presença do bairro de Saramandaia nos jornais, que até a década de 1990 estava restrita a solicitações de investimento em infraestrutura urbana, passa a ser constantemente exposta devido aos crimes de gangues juvenis. Em 2001, por exemplo, o jornal A Tarde veiculou várias matérias sobre o agravamento da violência:

Moradores de Saramandaia, invasão situada atrás do Detran e da Delegacia de Repressão a Furtos de Veículos, estão desesperados com o aumento da violência causada principalmente por menores de 13 a 15 anos, que são os principais suspeitos de latrocínio contra um carteiro, na semana passada. A delegada que cobre a área, 11ª DP, fez apreensões de arma de fogo e a delegada titular afirma que vem sendo desenvolvido um trabalho especial, cujo resultado já descobriu a identidade dos

principais marginais. Mas os moradores dizem que a situação é crítica (A Tarde, 05/04/2001).

No mesmo mês, outro registro semelhante assinala agora o avanço da violência na esfera de vida dos próprios moradores do bairro:

Na tarde de anteontem, um homem conhecido por “Marquinhos”, acusado de estupros e assaltos, foi morto a tiros durante um tiroteio com policiais lotados na 11ª Delegacia que foram ao local para dar proteção a um morador, que foi expulso de sua casa, na rua da Jaqueira por bandidos. Depois de construir com muito sacrifício uma casa de andar, o trabalhador [...] passou a ser ameaçado de morte juntamente com seus familiares pelos marginais, que pretendem se apropriar do imóvel. A ousadia dos bandidos surpreendeu a polícia. Eles invadiram a casa do operário, retiraram o motor da geladeira, onde um deles desenhava uma caveira e escreveu a frase: “morte”. (A Tarde, 19/04/2001).

Passado pouco mais de um ano, o problema da violência ainda permanecia em estado de alta tensão com o crescimento do número de delitos. Esta situação contribuía fortemente para marcar o lugar como espaço social arriscado e, mais grave, parecia estabelecer-se como uma forma de vida assimilada à cultura dos moradores. Vale observar que as matérias dos jornais muitas vezes não somente noticiavam os crimes, mas até se expandiam em análises de cunho sociológico sobre a situação vivida no bairro:

A briga entre gangues do Bole Bole e do Alto da Boa Vista, em Saramandaia, vitimou ontem mais um cidadão, acusado de pertencer a uma das facções do mundo do crime. Não foi preciso nem chegar à noite [...] para que três homens executassem o pedreiro Jackson Silva Santos, 27 anos com um tiro na cabeça [...]. O rapaz morava em Fazenda Grande, mas sua mãe residia naquele problemático e violento bairro [...]. A cena é comum e já não espanta nenhum morador de Saramandaia. Quem cala preserva vida e quem conversa cai na bala [...]. O grau de violência já atinge até a formação da consciência das crianças: qualquer garoto residente em um setor é hostilizado pelos coleguinhas quando vem participar de atividades recreativas em outras áreas. Órfãos do poder público, os meninos crescem fadados a serem rivais e certamente usarão da violência para controlar alguma boca de fumo quando a adolescência chegar. (A Tarde 29/07/2002).

Segundo relatos colhidos em entrevistas com pessoas que atuam nas instituições públicas do bairro, em certo momento a situação ficou de tal modo insustentável que só restou uma alternativa: paralisar todas as atividades dessas entidades e buscar diretamente ajuda do poder público. Então, após dois períodos distintos de investidas policiais, pois finda a primeira a violência até recrudescera, com inúmeras prisões e mortes, o estado de violência foi controlado. No centro do bairro instalou-se um *trailer* da polícia civil e, por outro lado, os moradores resolveram custear uma vigilância comunitária. Por conseguinte, após cerca de dois anos de intenso sofrimento, a regularidade das atividades cotidianas se estabeleceu e as

atividades culturais do bairro voltaram a florescer. Em eventos sociais, vêem-se, por exemplo, bandas de percussão formadas por jovens, uma série de objetos de artesanatos elaborados por jovens e adultos em colorida exposição, ofertas públicas de serviços e atendimento médico, além da realização de várias festas na única praça do bairro. Não obstante, sabe-se que as forças que fomentam violências não foram exauridas, pois conflitos mais silenciosos permanecem pulsando na vida dos moradores do bairro de Saramandaia.

4.3 A INTERPRETAÇÃO DOS MORADORES RELATIVA À VIOLÊNCIA JUVENIL

De que maneira os próprios moradores e pessoas que trabalham nas instituições do local avaliam os acontecimentos de violência no próprio bairro? Atribuem a situação a problemas estruturais ou relacionam os conflitos às características locais ou à vida familiar? Com o objetivo de identificar concepções que atuam na construção da vida cotidiana, realizei três grupos de discussão a partir dos quais as pessoas que os integravam responderam a questões sobre o problema da violência, principalmente juvenil.

Em geral, as pessoas que discursam sobre o problema da violência no bairro, e que lá estavam durante a fase de maior tensão, tendem, devido ao contraste com a situação atual, a expressar inicialmente uma opinião positiva sobre a vida no lugar, argumentando que o pior já passou. O período de elevada violência das gangues juvenis tornou-se, então, um marco de referência a partir do qual os moradores estabelecem uma medida a respeito do bem estar ou mal estar no bairro. Instigados, porém, a refletirem sobre os problemas vigentes, as pessoas logo se reportam às condições recentes e definem quais são suas demandas mais importantes.

Assim, no primeiro grupo, formado de 14 pessoas adultas, seguiu-se este padrão e houve quem dissesse que “atualmente não tem mais problema”, só precisa melhorar, “porque já foi muito ruim”. Adiante, entretanto, emitiu-se o parecer de que a violência juvenil decorre da falta de emprego ou de um tipo de ocupação para esta faixa da população. Contudo, este motivo se associa a outro, registrado como de alta gravidade: o bairro como ponto para distribuição de drogas, uma situação, denunciam, que ainda é realizada abertamente à luz do dia. As interpretações dadas pelos moradores para esse fenômeno de engajamento de pessoas com o tráfico de drogas não seguem, porém, uma linha única de avaliação, ora é problema de ordem social, ora resulta de uma particularidade dos indivíduos. Deste modo, há quem afirme que uns nascem para roubar, enquanto outras seguem sendo guiadas por Deus. Todavia, em

retorno à dimensão social, o papel da educação é lembrado, como também a necessidade de uma instituição que complemente o papel da família. Por outro lado, surgiram reclamações sobre a ausência de direitos de cidadania, expressa na desigualdade de oportunidades, principalmente pela discriminação das pessoas no momento de buscar uma ocupação, tanto porque residem em um bairro pobre com história de violência, quanto porque muitos são negros. E, por fim, apareceu também a idéia de que algumas famílias não sabem orientar as crianças e os jovens.

É possível observar, da discussão neste grupo, que o acento maior dos discursos recai sobre a precariedade ainda existente na infra-estrutura do bairro e o problema da pouca oportunidade de emprego e renda associada ao tráfico de drogas. Todavia, no que tange a discernir os motivos de uma pessoa envolver-se com a prática de delitos, as posições são mais ambivalentes. De um lado estão aqueles que acham que a responsabilidade maior é do indivíduo porque ele tem possibilidades de escolha, de outro aqueles que atribuem esse envolvimento a razões objetivas da vida social. Pode ocorrer ainda que um mesmo indivíduo oscile entre estas duas opiniões.

Já o depoimento de um segundo grupo, formado por seis pessoas que trabalham em uma instituição educacional, caracterizou-se por destacar problemas em três dimensões: a do mundo privado, a social, relativa ao contexto mais próximo, constituída pelo modo de viver local e a de ordem pública ou política. A maioria destas pessoas não reside no bairro onde trabalham, todavia, são observadoras diárias de comportamentos infantis e de algumas das famílias destas crianças.

Na primeira dimensão, aponta-se para a falta de estrutura familiar. Os adultos não dispõem de muito tempo para cuidar das crianças, tanto por razão de ocupação como por uma indistinção de papéis. Assim, do ponto de vista desses profissionais, muitas vezes eles não sabem identificar quem é o verdadeiro responsável por algumas crianças, se é a mãe, o pai, os avós, os tios ou os vizinhos. Eles constatam também que a maior parte dos pais é muito jovem, “quase ainda criança”. Comentam ainda que somente em alguns poucos casos, algumas pessoas responsáveis pelos filhos desses jovens pais, além deles próprios, são capazes de efetuar um acompanhamento adequado, posto terem uma condição material precária de vida.

Quanto ao contexto social, sobressai também neste grupo a questão da falta de emprego ou ocupação, um problema que impele jovens e adultos para a ociosidade e, muitos deles, para a dependência de bebidas, sendo esta uma imagem posta de forma constante à observação de crianças. Ao mesmo tempo, assinala uma das educadoras, os moradores

vivenciam cotidianamente situações de humilhante exclusão, quando circulam em espaços que estão entorno do bairro, uma área considerada nobre e de circuito econômico privilegiado.

No que se refere à terceira dimensão, a conclusão é a de que não há investimentos públicos atuantes nos aspectos centrais das necessidades do bairro e as poucas realizações se reduzem a projetos de caráter assistencialista.

Em comparação com esta fase anterior de violência, do mesmo modo que as pessoas do grupo anterior, a vida atual no bairro é considerada calma e até agradável, pois tanto é possível ir e vir livremente como ainda são comuns os eventos sociais. Relata-se que na fase mais crítica, os jovens que freqüentavam a instituição não escondiam sua atuação em delitos e sempre deixavam expostas suas armas de fogo. Em que pese esta maior tranquilidade, a violência está sempre de um modo ou de outro se expressando nas atitudes e gestos, inclusive nas crianças, de forma que ela parece contida apenas provisoriamente, pois os padrões de violência permeiam as relações dos pais entre si, dos pais com os filhos, das crianças com outras crianças. Trata-se de uma violência cujas marcas estão presentes nos corpos e nas brincadeiras infantis e que se faz presente nas concepções de vida, nas formas de exclusão e negação de cidadania em muitas das esferas da vida cotidiana.

Diante desta violência, esses educadores dizem que estão sempre atentos a procurar sempre novas formas de lidar com as crianças com intuito de amenizar as situações de crise: oferecem espaços de escuta de problemas, promovem acolhimento e valorização das crianças que, em geral, estão aprisionadas em um circuito de baixa-estima, que muitas vezes as leva ou ao campo da fantasia ou ao silêncio.

Finalmente, como propostas de políticas públicas para enfrentar tais problemas, esses educadores sugerem as seguintes medidas: redução do número de crianças em sala de aula; freqüência das crianças na escola em dois turnos, sendo um deles de formação pedagógica; outro para algum tipo de formação ou ocupação com atividades; e a presença de auxiliares em sala de aula. E, por último, uma proposta apresentada “como se fosse um sonho”: uma equipe multiprofissional nas escolas para colaborar com o processo educativo.

Os membros do terceiro grupo, formado por 10 jovens na faixa de 12 a 16 anos, afirmaram imediatamente que o maior problema do bairro é a violência. Nos outros aspectos, as demandas desses jovens são diferenciadas das dos adultos. Eles reclamam por área de lazer em condições de segurança, anseiam por mais liberdade de ação e melhoria do padrão de ensino na escola. Neste último aspecto, a reivindicação não é expressa em termos claros, eles aparecem na forma de queixa dos padrões de ensino e de problemas de relacionamento com professores.

4.4 LÓGICAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL NO BAIRRO DE SARAMANDAIA: GUETO OU BANLIEUES?

O estudo de sociologia comparada realizado por Wacquant (2001), voltado para analisar semelhanças e diferenças da marginalidade urbana que irrompeu nas últimas três décadas nos dois lados do Atlântico, com destaque para os bairros franceses chamados *banlieues* e nos guetos norte-americanos, representa uma importante contribuição para que, neste trabalho, possam-se analisar lógicas da violência juvenil no bairro de Saramandaia.

Wacquant (2001) faz uso da terminologia *marginalidade avançada* em contraponto ao conceito norte-americano de *underclass*, que para ele é uma categoria perigosa, pois não se trata “nem a subproletariado da teoria marxista [...], nem a parcela mais desfavorecida da sociologia inspirada no catolicismo social [...], nem os ‘novos pobres’ e outros excluídos” (p. 96), mas uma palavra ambivalente que suscita interpretações sociais equivocadas e estereótipos racistas. Na verdade, trata-se de uma categoria que sugere uma hierarquia, uma pirâmide social, na qual o que está situado na base não passa de um resto desprezível:

Ela designa, conforme a distinção vitoriana entre pobres “vituosos” e “viciados” herdada da era colonial (CASTEL, 1978), os “maus pobres” dos bairros segregados, os que, por sua conduta, seu estilo de vida e seus valores “disfuncionais”, seriam responsáveis por seu destino lamentável e pelo declínio da cidade que eles sobrecarregam com um cortejo de “desagregações sociais” que lhes são substanciais: desemprego quase perpétuo e recurso crônico à ajuda social, desorganização conjugal e anomia sexual, fracasso escolar e encarceramento, tráfico e consumo de drogas, delinquência de rua e criminalidade violenta. (p.96).

Já o conceito de marginalidade avançada proposto por Wacquant (2001) contesta este ponto de vista, considerado individualizante e esvaziado de história e, em seu lugar, refere-se ao significativo processo de exclusão e de marginalização em diferentes sociedades de economia desenvolvida do Ocidente. Ele atribui esta transformação, que vem constituindo um novo regime de marginalidade urbana, ao fim do período de padronização industrial (o fordismo), à crescente autonomização do trabalho, às instabilidades na dinâmica das economias mais avançadas devido à drástica redução da presença do Estado do Bem-Estar Social. Tais processos, que atingiram fortemente as parcelas da população economicamente mais fragilizadas, estão “firmemente ligados à matriz histórica de classe, do Estado e do sistema hierárquico característico de cada sociedade” (p.8). Contudo, ainda que estas sociedades estejam enraizadas na mesma estrutura, a tese de Wacquant, com a qual estou de acordo, é que os mecanismos de exclusão e segregação que delineiam a marginalidade

contemporânea são complexos e apresentam especificidades de acordo com as características dos contextos sociais.

4.5 GUETOS E BANLIEUES: MATRIZES E MORFOLOGIAS SOCIAIS

Ao comparar as morfologias sociais do gueto de Chicago, chamado “Cinturão Negro”, com a periferia francesa, denominada “Cinturão Vermelho”, Wacquant (2001, p.9) se depara com duas “formações socioespaciais distintas, produzidas por lógicas institucionais diferentes de segregação e agregação cujos resultados são níveis significativamente diferentes de desgraça, isolamento e penúria”.

Uma primeira diferença é de proporção, só o “gueto de Chicago possui atualmente de 400 mil a 700 mil habitantes e que se estende por centenas de quilômetros quadrados” (p. 123), enquanto os guetos de Nova York abrigam quase 1 milhão de negros. Estas regiões do Cinturão Negro se caracterizam não só como um espaço social etnicamente circunscrito, mas como uma área social com autonomia de comércio, serviços, e instituições e comércio, aliada a uma fraca presença do Estado que se expressa em várias condições de insegurança, e resulta em elevado nível de segregação social. Ao passo que, no Cinturão Vermelho, na década de 1980, a maior concentração de moradias em conjuntos habitacionais na França contava com 35 mil habitantes. Nas *banlieues* enfrenta-se a pobreza, a desqualificação social e o desemprego, mas etnicamente há uma significativa pluralidade racial como também é maior a presença de instituições públicas e de intervenções estatais.

As modalidades de crimes definem outra distinção entre guetos e *banlieues*. Assim, “a violência pública nas *banlieues* desprivilegiadas toma essencialmente a forma de pequena delinqüência (roubos de mercadorias do interior de carros e roubo de carros e de motos) de depredação de construções e de brigas entre jovens” (p. 127). Enquanto isto, no gueto norte-americano, a violência física permeia todo espaço da vida cotidiana: “é inimaginável pegar o metrô e ir passear livremente no *South Side* de Chicago para bater papo com alguém [...]: a freqüência de homicídios, de estupros, de roubos e de agressões é tamanha que provoca o desaparecimento virtual do espaço público” (p.128). Wacquant (2001) observa ainda que, nos guetos norte-americanos, por conta da experiência de elevada segregação étnica, realizam-se ações baseadas na lógica do protesto contra as injustiças raciais, que envolve a maior parte dos habitantes do gueto:

Abril de 1992, em Los Angeles: a absolvição dos quatro policiais brancos envolvidos no brutal espancamento, gravado em vídeo-cassete, de Rodney King, um indefeso motorista negro preso após uma perseguição de automóvel, desencadeia uma explosão de violência civil sem paralelos na história da América do Norte neste século. No gueto de South Central, motoristas brancos são arrancados de seus carros e espancados, lojas são depredadas, carros da polícia tombados e incendiados [...]. Tão avassaladora é a explosão que nem os bombeiros nem a polícia são capazes de impedir a queima de centena de prédios. (p.25).

A prática de protesto também se faz presente entre os jovens franceses das banlieues, por outras razões, porém. Eles tendem a contestar a ausência de atenção dos órgãos públicos em relação à comunidade, como foi o caso da manifestação realizada por jovens, em 1990, numa pequena cidade operária na periferia de Lyon, na França:

[...] algumas centenas de jovens, muitos deles imigrantes de segunda geração provenientes do Maghreb, tomam as ruas para enfrentar a polícia, depois que um adolescente do local morre em um acidente de motocicleta, causado por um carro da polícia. Por três dias e três noites eles se chocam contra os policiais... Quando a calma finalmente retorna contam-se dezenas de feridos, danos estimados em 120 milhões de dólares e o país em estado de choque (p. 24).

Este quadro de violentos protestos associados ao processo continuado de exclusão, assinala, portanto, as especificidades desses dois contextos urbanos:

O balanço de semelhanças e diferenças entre a “nova pobreza” na banlieue da França e sua contrapartida estrutural nos Estados Unidos ressalta a dimensão especificamente racial da exclusão urbana nas metrópoles norte-americanas e confirma que as estruturas e políticas estatais assumem um papel decisivo, na união de cor, classe e posição social, em ambos os lados do Atlântico e da mesma forma, na gênese e na trajetória da marginalidade avançada em cada país. (p.10)

Wacquant (2001) alerta para o fato de que esta nova fase de marginalidade urbana, que ele também denomina “avançada”, justamente por estar associada ao modelo de economia capitalista mais avançado. Este estágio, porém, não é um resíduo de fases econômicas do passado, mas resulta da desigualdade que se instaurou justamente quando as sociedades mais privilegiadas expandiram suas riquezas e produtividade e tornaram altamente qualificados seus postos de trabalho. Isto gerou contraditoriamente uma demanda por trabalhadores qualificados, por uma mão de obra ocasional de trabalhadores não-qualificados e por trabalhadores domésticos urbanos. Estes últimos, compostos em geral por um contingente de “imigrante barato que atende em todos os níveis às necessidades domésticas da nova nobreza corporativa: levar e trazer crianças para a escola, passear com o cachorro, cozinhar, limpar, além de manter a casa abastecida e de prover segurança pessoal” (p.191). Já para os trabalhadores ocasionais restaram condições deterioradas de trabalho assalariado.

Observa-se neste quadro, diz Wacquant (2001), que se instaurou um desatralamento entre crescimento econômico e vantagens sociais, desde quando “uma melhora evidente da receita agregada e do emprego tem pouco efeito benéfico sobre as oportunidades de vida nos bairros de exílio da Europa e dos Estados Unidos, enquanto uma piora evidente aumenta a sua deterioração e desgraça” (p.192). Por fim, diante desta situação, Wacquant (2001) defende uma maior presença do Estado, mas com maior independência de lógicas neoliberais, para alterar quadros sociais mais vulneráveis, sobretudo por meio de programas de renda mínima capazes de retirar parcelas da população de um estágio de declínio social ininterrupto.

4.6 LÓGICAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL EM SARAMANDAIA

Compartilho com Wacquant a consideração de que conflitos sociais mais recentes expressos por meio da violência juvenil se inserem no mesmo quadro estrutural da economia capitalista avançada. Assim, a situação de violência entre gangues juvenis em Saramandaia também faz parte do mesmo processo, pois representa uma repercussão social dessa transformação em um país capitalista de economia periférica como o Brasil.

De fato, o padrão de acumulação capitalista contemporâneo em solo brasileiro encerrou sua fase de industrialização dos anos de 1950 quando enveredou por uma etapa de modernização a partir do decênio de 1970, cuja pujança inicial trazia embutida os mecanismos de exclusão que se tornaram cada vez mais expressivos nas últimas décadas. Souza (1991) comenta sobre a mudança demográfica promovida por esta transição econômica, na cidade de Salvador:

Com a decadência da economia de base agroexportadora, as grandes levas de trabalhadores dispensados do campo fizeram com que a população soteropolitana, entre 1940 e 1950, passasse de 290.443 para 417.235 habitantes, crescimento extremamente elevado quando confrontado ao que revela o censo de 1920, indicando uma população de 283.422 habitantes (p.67).

Duas décadas depois, o desencadeamento da modernização socioeconômica faz recrudescer este processo de atração populacional para as áreas urbanas e, conseqüentemente, agrava o problema de ocupação do solo. Tendo como base um Diagnóstico Habitacional realizado por Brandão em 1978, Souza (1991) apresenta dados sobre percentual de casas próprias em Salvador: “cresceu de 35,4% em 1950 para 58% em 1970 e 60% em 1978; destas, 46% foram resultado de autoconstruções, sendo 55% em terrenos não próprios, além de

edificações em lugares não próprios” (p.70). Na década seguinte, quando se tornaram mais freqüentes as ocupações de solo urbano, remoções e relocações em outras áreas pelo poder público estimaram-se para estas ocupações “uma área total em torno de 1.470 ha, com aproximadamente 118.152 unidades, correspondendo a uma população total em torno de 590.760 habitantes, que representa cerca de 30% da população total de Salvador”, segundo dados da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – Conder, uma soma de 2.051.184 habitantes em 1989 (p.71).

A população de Saramandaia que integra essa etapa da história de ocupações de terrenos em Salvador herda, portanto, como legado da modernização econômica, o desalojamento tanto de suas áreas de origem, no caso de originários de áreas rurais, como de outras áreas da cidade. Esta mudança, então, se traduz em aprisionamento contínuo a uma luta para obter condições de infra-estrutura, em experiências de insegurança social que assinalam a reduzida presença de instituições públicas. Nesta situação, que se agrava com o encolhimento de oportunidades de trabalho para uma população que se acha em níveis muito baixos de qualificação, essas experiências de insegurança social são geradas e se associam à irrupção da violência juvenil no final da década de 1990.

Todavia, o bairro de Saramandaia, que possui uma posição demográfica aproximada dos bairros da periferia francesa, embora apresente os traços básicos de identidade social com esses espaços de moradia na Europa e também com o gueto norte americano, não se confunde com eles. Em comum, eles têm a marca de espaços sociais que acumulam pobreza e insuficientes investimentos públicos, áreas que, como diz Wacquant (2001), já se tornaram imunes aos efeitos do desenvolvimento macroeconômico. O que é então distinto na situação do bairro de Saramandaia?

Sem dúvida há uma dimensão de exílio na condição do bairro, no entanto isto não se dá de forma completa. De um lado da área onde está encravado, o bairro representa o “outro”, o “estranho” de uma zona próspera onde se situa um *shopping center*, de outro lado, é, de certo modo, uma extensão de um bairro misto de classe média e de pobres. No que se refere à composição étnica, se caracteriza como um bairro multirracial, pois embora haja um aparente predomínio de pessoas negras e pardas, observa-se também a presença expressiva de pessoas brancas.

Pelo fato que alguns moradores terem como única possibilidade o emprego atividades domésticas, eles circulam por outros espaços da cidade. Além disso, parcelas dos moradores encontram algumas possibilidades de participação em atividades sociais promovidas por algumas instituições públicas, quase sempre mobilizadas em nome de alguma política de

afirmação da cidadania. Não se identifica, portanto, com um gueto, mas deixa de ser um bairro com pinceladas de gueto. É um bairro muito pobre em comparação com as *banlieuse* que são formadas de conjuntos habitacionais decadentes, mas não é um local com um conjunto de moradores que desprezam a sua moradia, como é o caso daqueles que residem nessa parte desprivilegiada do solo europeu. A opinião favorável ao bairro emitida por alguns moradores de Saramandaia, parece relacionada ao valor dado à conquista de um espaço habitacional por meio de uma luta, que então representa a superação de um obstáculo, isto é, “não ter um lugar para morar” pela obtenção de uma casa própria.

Outro fator distintivo entre o bairro de Saramandaia e os guetos e *banlieues* diz respeito à atitude dos jovens envolvidos com atos de violência. De certo modo, a violência juvenil, como a que foi desenvolvida no período de poder das gangues em Saramandaia, envolve atos delituosos similares aos dos jovens moradores dos guetos e das *banlieues*, contudo não se observa entre os atos dos primeiros nenhuma atitude ou discursos político, nem do ponto de vista social, nem do ponto de vista étnico. Os discursos de caráter político, mesmo fragmentados, estão mais presentes entre as opiniões dos adultos, que atentam de modo mais sistemático para os problemas de infraestrutura urbana e dos direitos de cidadania, do que entre a maior parte dos jovens com os quais mantive contato. Estes últimos, entretanto, não deixam de esboçar, quando provocados, desejos de melhoria do bairro, eles dizem que deveria “ter uma segurança boa”, ocorrer “reforma no posto de saúde e na praça”, mas não formulam discursos políticos organizados sobre a situação social, capazes de suscitar mobilização e protesto públicos. Em lugar deste suporte crítico dos problemas sociais as demandas juvenis recaem, amiúde, para o campo das problemáticas relacionais familiares e extra-familiares. Em um grupo de jovens que entrevistei surgiram muito mais depoimentos relativos ao grau reduzido de liberdade de escolha e ação diante da autoridade dos adultos, do que elaborações em torno de questões de natureza política. A centralidade no problema relacional, além do tema segurança, também aparece quando um jovem aborda o grau elevado de hostilidade entre homens nas tramas da cultura local e nas queixas em torno de distanciamentos afetivos e conflitos no mundo familiar.

Esta constatação de proeminência de conflitos relacionais nos discursos de moradores de Saramandaia não se equivale, deste modo, a uma afirmação que sustenta uma categoria como *underclass*, ou seja, a que atribui os problemas de violência aos pobres “maus” ou negligentes com os seus familiares. As problemáticas relacionais, que emergem nos relatos de alguns moradores jovens e adultos de Saramandaia, parecem exprimir uma das faces dos desdobramentos do processo de exclusão social, porém, ao invés de ela se constituir somente

na esfera da materialidade da existência, apresenta-se tecida de valores e significados que operam, com certo espaço de autonomia, no mundo intersubjetivo.

Neste sentido, é algo que pode ocorrer em processo de desfiliação, conceito elaborado por Castel (1998) para abordar as rupturas sociais que tendem a ocorrer nas trajetórias de vida sujeitas à precariedade, insegurança e infortúnios, porém não se trata somente de rompimento de relações. As histórias de vida familiar narradas pelos moradores assinalam muito mais a importância de padrões relacionais como fatores que atuam concretamente nos atos e identidade dos indivíduos.

5 FAMÍLIAS E VIOLÊNCIA JUVENIL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DO DRAMA E DA INTERSUBJETIVIDADE

As teorias críticas relacionam diretamente as sociedades de consumo do capitalismo avançado ao crescimento da violência e crime, principalmente entre os jovens, por estarem associadas ao aprofundamento da desigualdade e exclusão sociais. Wacquant (2001) afirma isto claramente:

Como testemunham a proliferação do “assalto à mão armada” na *inner city* britânica, da *dépouille* (ato de tirar as roupas sob ameaça do uso da força) nos terrenos da *banlieue*, do roubo de correntes de ouro e do tráfico de drogas nas ruas do gueto negro norte-americano, a violência e o crime são amiúde o único meio à mão dos jovens da classe trabalhadora sem perspectivas de emprego para adquirir dinheiro e bens de consumo indispensáveis para ascender a uma existência socialmente reconhecida. (p. 33).

Nas abordagens críticas das ciências sociais no Brasil, a preocupação em denunciar as teorias da pobreza que estigmatizam os mais necessitados como incapazes ou indolentes ou que concentram as causas da criminalidade em desvios individuais – uma tradição de onde surge a recente teoria da *underclass* –, parece ter estimulado ainda mais a ênfase nas condições sociais de vida como fator explicativo do crime e da violência. Por esta linha se conduziram alguns estudos realizados por Zaluar (1985, 1987, VELHO, 1987, SUSSEKIND, 1987), que buscam desconstruir argumentos teóricos negativos sobre os pobres e a condição de pobreza, e assinalar as condições de precariedade como marca histórica da vida dos trabalhadores. Um dos argumentos, apresentado por Zaluar (1985) expõe este ponto de vista:

[...] muito baixa remuneração do trabalho e a assistência estatal limitada e ineficiente, que nunca assumiu a forma da organização asilar dedicada aos mais carentes – como na Inglaterra do século XIX – nem a forma do *welfare system* – como nas grandes nações desenvolvidas, acabaram por fazer surgir um grande contingente de trabalhadores pobres, quer fossem operários, quer fossem assalariados do terciário, biscateiros ou trabalhadores autônomos (p. 39).

Percebe-se então nessas perspectivas de análise uma vigorosa tentativa em dissociar criminalidade e pobreza, por meio de uma identificação sistemática das condições estruturais que as determinam. Por outro lado, esta relação não deixa de aparecer ou de estar embutida no mesmo argumento:

As explicações deterministas e reducionistas sistematicamente vêem nos pobres os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência. Se é inegável que as crises sociais podem ser associadas ao aumento de certos tipos de crime, a equação não se explica pela relação direta e imediata entre a baixa renda e a criminalidade [...]. A crise econômica e o empobrecimento da população certamente contribuem para favorecer certo tipo de crime – vale dizer, roubos e furtos – mas não teriam tal

efeito se não houvesse uma redefinição da pobreza e uma transformação dos meios de controle social que parecem amplificar a criminalidade em vez de contê-la. (ZALUAR, 1987, p. 21).

De fato, é impossível dissociar o aumento das taxas de violência e de delitos juvenis das transformações macrosociais, como já admitido neste trabalho. Além disto, a criminalização da pobreza conduz, não somente a um enfrentamento teórico, como nas citações acima, mas também a uma imperiosa resposta de cunho ético por parte daqueles que, de algum modo, interpretam sob um crivo de complexidade problemas sociais.

Todavia, a ambivalência que se insere nessas elaborações críticas, ou seja, a negação e afirmação da relação entre pobreza e criminalidade, tende a colocar inadvertidamente na obscuridade o problema do crime que, sabe-se, opera por meio de lógicas nem sempre ligadas à precariedade da vida material, o aspecto central desses estudos. Neste sentido, propõe-se aqui, neste enfoque sobre as famílias dos jovens infratores, a consideração de um processo de intersecção de lógicas ou de uma confluência de lógicas, com os seus devidos espaços de autonomia, para que esse “des-ligamento” teórico entre criminalidade e pobreza se faça sem produzir grande opacidade à questão do crime ou se envolva em discursos paradoxais. Trata-se então de refletir e analisar sobre interações lógicas, ou seja, sobre entrelaçamentos, um modo conceber que torna este propósito aproximado do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), uma elaboração teórica importante para análise que buscam apreender os aspectos plurais dos fenômenos.

Traduzindo para este trabalho, o conceito de rizoma contribui para uma atenção aos múltiplos aspectos que englobam dramas sociais e dramas individuais, independente de fronteiras entre mundo público e mundo privado, entre coletivo e particular, entre objetividade e subjetividade, plural e singular, formulações redutoras de uma “lógica binária”. Ao contrário deste modelo de discurso, concebe-se então que “um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais” (p.15). Contudo, todo rizoma desdobra-se em linhas segmentadas, que envolvem tanto estratificação, territorialização, estratificação, ordem e significado, como também estão sujeitas a rupturas que compreendem “linhas de desterritorialização pelos quais ele foge sem parar” (p.18). Ocorrem movimentos de territorialização e de desterritorialização quando algo, inserido em processos de vinculação, reprodução e ramificação, expõe suas diversas faces ou possibilidades, de modo a requerer mudanças nos códigos de linguagem. Quando uma pessoa, por exemplo, é um ator que se transforma em personagem, desterritorializa-se enquanto a pessoa singular. A pessoa do ator fora do palco ou da função

artística torna-se, por sua vez, desterritorializada do personagem. Os processos rizomáticos de Deleuze e Guattari (1995) trazem, portanto, para a cena do conhecimento, a possibilidade de abordagem de heterogeneidades interligadas, bem como sobre algo que muda, mas também subsiste em um movimento contínuo de ramificação.

Inspirada então neste radical e profícuo conceito de rizoma, se insere neste trabalho a noção de autonomia relativa das lógicas de vida familiar, porém de algum modo entrelaçada às lógicas macrossociais. O mundo familiar como uma dimensão de configurações próprias, todavia entrelaçado a outras dimensões sociais em desdobramentos marcados por processos de continuidade e descontinuidades.

Contudo, retornando às lógicas de vida familiar, importa lembrar, como fez Politzer, o valor do sentido lógico do drama posto no campo narrativo. A delimitação no drama intersubjetivo familiar como fato significativo representa somente uma escolha de foco na experiência de vida, sob o pressuposto de que as especificidades racionais e emocionais que se dão nesta experiência, atuam sob o mesmo princípio do movimento de territorialidade e desterritorialidade dos demais campos lógicos, isto é, heterogeneidades que de formas diversas se vinculam.

5.1 HISTÓRIAS DE VIDA FAMILIARES DE JOVENS INFRADORES

Com base nesta perspectiva, serão apresentadas e comentadas histórias de vida familiar de jovens infratores, reunidas neste trabalho. O critério usado para obtenção de dados esteve apoiado em duas condições. Primeiro pela identificação de jovem (sem faixa etária definida a priori) infrator ou de jovem envolvido em situações de violência, segundo, de caráter aleatório, de acordo com a disponibilidade das pessoas para narrar suas histórias. Já a seleção de casos aqui expostos foi realizada somente com base na extensão das informações sobre a família, ou seja, quanto mais dados sobre os familiares melhor para expor as lógicas interrelacionadas de seus membros. No que tange aos casos de família que registrei na instituição judicial para adolescentes, a escolha, evidentemente, se rege pelos mesmos parâmetros.

Na medida em que não houve uma opção por padronizar a forma de obtenção de dados por meio de um questionário ou entrevista formal, mas por uma busca constante de oportunidades para a escuta de relatos familiares, nem todas as histórias foram gravadas e sim

anotadas em cadernos de campo. Assim, em alguns casos é possível remontar diretamente à fala dos sujeitos pesquisados, enquanto em outros só tornou-se viável o resumo das narrativas. Por conta disto, adotei certa padronização apenas na exposição dos casos, resumindo as histórias com as minhas palavras, a exceção de apenas um dos casos que apresento com algumas falas da pessoa entrevistada. Como é de se esperar em pesquisas sobre histórias de vida, os nomes verdadeiros são trocados para preservar as pessoas envolvidas neste estudo.

5.1.1 Divalina e Eustáquio

Encontro Divalina, que acabara de fazer uma visita a seu filho Eustáquio, de 16 anos, e esperava por alguém no espaço administrativo da instituição. Faço uma abordagem explicando-lhe o meu interesse e estudo e ela então consente em conversar comigo. Para isto recebo apoio de uma das técnicas da instituição que providencia uma sala para este fim. Inicio a conversa perguntando genericamente sobre qual é a situação em que ela vive e o que aconteceu com seu filho Eustáquio. Ela diz que é mãe de dez filhos. Eustáquio é o caçula e está na instituição por porte de arma de fogo. O pai de seus filhos abandonou a casa quando o caçula estava com dez meses de idade. Ele bebia muito e era bastante agressivo. Hoje ela vive com outro marido que tem um comportamento oposto ao primeiro, por isto ele é muito querido por seus filhos. Antes de encontrá-lo, porém, enfrentou muitas dificuldades para criar os filhos. Numa ocasião chegou a procurar esta mesma instituição na qual o filho por ora está internado, porque julgava ser aquele um lugar onde ela poderia deixar os filhos para ir trabalhar. Tinha muitos receios de deixar os filhos sozinhos. Sobre Eustáquio ela conta que ele jamais gostou da escola e só chegou a cursar a 1ª série. Quando ele chegou à adolescência ela mudou de bairro porque ele costumava estar em “más companhias”. Nesta mudança, entretanto, ela não vendeu a casa no antigo local de moradia. Assim, esta casa voltou a ser freqüentada por este filho mais novo, que se manteve em contato com o mesmo grupo de pessoas que ela temia não ser de amizades adequadas, pois eles estavam envolvidos com uso de drogas. Foi nesta casa que ele foi preso pela primeira vez, ocasião na qual apanhou muito da polícia. Diante disto, ela resolveu vender a casa e insistiu muito com o filho para que ele não freqüentasse o local. Escolheu então uma outra residência em área mais distante do primeiro bairro em que morava, mas isto nada adiantou, o filho foi preso pela segunda vez, agora por causa de porte de arma.

Nesta altura do depoimento pergunto pelo destino do pai de seus filhos e se ele teve algum contato com este filho mais novo em algum momento da vida deste jovem. Ela conta então que há cerca de dois anos, o jovem interessou-se em conhecer o pai e alguém próximo da família resolveu promover este encontro. Seguiram então para o local onde o pai desse jovem trabalha como vendedor numa barraca. Ao encontrar o pai frente a frente o jovem disse: “E aí coroa, me abandonou quando eu tinha cinco meses e ainda deixou minha mãe passando dificuldades com meus irmãos”. Diante disto a reação do pai foi agressiva, inclusive com ameaça de dar queixa dele à polícia, pois o pai já soubera da primeira prisão do rapaz. O final deste encontro foi arrematado com uma frase dita pelo jovem à pessoa que o acompanhara: “um dia iria se vingar do pai”. É claro que, este relato apresentado pela mãe está apoiado na confiança que ela tem nas informações dadas pela pessoa que esteve junto com seu filho neste triste encontro, pois ele não lhe narrou todos esses acontecimentos.

Divalina comenta que seu filho é um jovem que chora com facilidade. No momento seu grande motivo para prantos decorre de um namoro. Ele está com dezesseis anos e ela tem vinte.

Neste momento, a mãe de Eustáquio me entrega uma carta que ele escreveu para essa namorada e pede que eu a leia, porque ela não entende a letra dele. Não recuso a leitura tanto pela curiosidade da investigação quanto por notar que havia uma preocupação especial ligada a esta comunicação. Assim tento ler a tal carta, escrita em tortuosas letras de forma, com muitas palavras grudadas, omissão de letras e grafias incorretas. Nesta carta ele diz que está “injurado”, porque soube que ela o traiu com outro. A mãe esclarece que, na verdade, a própria confessou a ele ter tido um caso com alguém. A partir disto ele pediu à mãe que ela se colocasse como vigilante da namorada. Então, continuo a ler a carta quando me deparo com uma ameaça de morte do jovem à namorada, considerando a possibilidade de que nova traição volte a acontecer. Ao escutar isto a mãe decide que não irá entregar uma carta que poderá um dia ser usada contra seu filho.

Continua então a me mostrar outra correspondência, desta vez é um bilhete, porém, neste, as palavras são todas amorosas, encimada por um expressivo desenho de um coração flechado. Este bilhete sim, ela admite, poderá ser entregue à namorada de Eustáquio.

Volto então a perguntar sobre o pai de Eustáquio, quero saber que tipo de informação ela sobre a família dele, isto é, quais são as características das relações na família do pai de Eustáquio. Felizmente, ela tem dados sobre isto. Na família dele não há união, inclusive ele teve muitos desentendimentos com o pai, avô de Eustáquio. Quando ela estava com treze anos e ainda namorava o pai de Eustáquio, o avô dela a advertiu de que ele não seria muito

diferente do pai. Só mais tarde ela entendeu esta mensagem, ou seja, o avô de Divalina antecipou problemas no casamento, considerando que o avô e o pai de Eustáquio são ambos, alcoólatras e agressivos.

E a história familiar de Divalina? É bem diferente da família do pai de seus filhos. Ela perdeu seus pais por morte quando ainda era criança. Foi criada por uma tia que na sua avaliação substituiu perfeitamente bem a mãe falecida. E a própria Divalina depõe que sua relação com filhos e netos é também uma relação muito afetuosa. Sua preocupação atual, além da principal que é Eustáquio, recai para a situação de uma de suas netas que com 13 anos e não consegue avançar nos estudos e para um filho de 20 anos que, como o pai, começa a revelar sinais de alcoolismo.

I

A história de Eustáquio integra, por um ângulo, uma faixa da população jovem brasileira já fartamente revelada em quadros estatísticos. Por certo, aquela que é dependente de drogas, apresenta reduzida escolarização, pertence a uma família de baixa renda e que alcança a condição de infrator pelo uso de arma de fogo.

No entanto, uma parte significativa dessa história, exposta principalmente por meio do discurso materno, tende a trazer à tona outros aspectos que requerem interpretação, para além da materialidade dos fatos que configuram os dados percentuais.

Em primeiro lugar, a mãe de Eustáquio revela que ele é o filho caçula que, ao contrário dos demais irmãos, só pode conhecer o pai na adolescência. Assinala ainda como uma das características do filho o fato de ele “chorar por qualquer coisa” e de agir de forma severamente ciumenta com a namorada. Aparentemente os irmãos de Eustáquio, que conviveram mais tempo com os pais quando eles moravam juntos, não têm a mesma demanda de Eustáquio, ou pelo menos, não tem na mesma intensidade, isto é, de ser reconhecido e aceito pelo pai, situação que engendrou uma vivência de rejeição paterna e, conseqüentemente, expressões de ódio e desejo de vingança. Nestas circunstâncias, embora a mãe de Eustáquio se mostre protetora e afetuosa, diante do quadro emocional e condutas do filho, só consegue adotar medidas de apoio que não se mostram suficientes para deter o processo de imersão no mundo dos delitos. Por outro lado, no que tange ao pai de Eustáquio, nota-se que ele tende a reproduzir o mesmo padrão de relacionamento que vivenciou com seu próprio pai, como se aí se operasse um processo de identificação.

Eustáquio expressa, por sua vez, um padrão de demanda afetiva com a sua namorada, que oscila entre o romantismo mais pueril - os imensos desenhos de coração e flores no cartão que lhe envia -, e a cobrança agressiva de afeto e fidelidade que vai até à ameaça de morte.

Além disto, ele enfrenta outra dificuldade, não consegue desenvolver-se no estudo e isto lhe traz outras limitações. A este respeito resta uma dúvida sobre que lhe impediu uma melhor escolarização. Estado emocional depressivo decorrente da ausência paterna? Escola deficiente ou será ele portador de uma dislexia? Por certo, estas são algumas possibilidades, mas, neste caso, não são possíveis respostas para um quadro que iria requerer exames mais minuciosos que se colocam fora da esfera deste estudo.

Contudo, as condições de vida familiar de Eustáquio, bem como alguns aspectos de sua experiência particular, são suficientes para sinalizar que se trata de um jovem marcado não apenas por falta de oportunidades materiais de vida, mas por uma fragilidade emocional constituída nas redes e contingências dos laços de parentesco.

5.1.2 Diógenes

O caso deste jovem, que será aqui chamado de Diógenes, está entre aqueles aos quais tive acesso por meio da instituição judicial para jovens que cumprem medida sócio-educativa. A história de sua vida pessoal apresenta algumas das já referidas características comuns da maioria dos jovens que cumprem sentenças, porém, o motivo de sua internação não se enquadra entre os mais freqüentes nessa instituição, bem como as conseqüências geradas pelo ato que realizou, considerado delituoso. O depoimento exposto a seguir está composto em parte por dados obtidos em entrevista informal e, em outra, através de leitura do prontuário.

Diógenes tem dezesseis anos, consta em seu registro que foi abandonado pela mãe antes de completar um ano de idade. Daí em diante morou com o pai, que faleceu quando ele estava com 14 anos. O pai não viveu sozinho todo este tempo depois de separado, casou-se novamente, quando Diógenes tinha sete anos. A madrasta de Diógenes já tinha um filho e uma filha adotiva e, após o casamento, teve mais dois filhos. Sabe-se que depois da morte do pai ele deixou a casa da madrasta e foi morar com um tio. Todavia, após um período nesta nova família, preferiu voltar a morar em sua residência anterior. Foi então neste local que se deu uma ocorrência que motivou a sua ida para a instituição sócio-educativa: ele manteve relações íntimas com a irmã adotiva, de 15 anos de idade, que sofre de distúrbio mental. Diante disto, a madrasta reagiu com intensa indignação e resolveu dar queixa deste ato à delegacia do bairro. A vizinhança logo tomou conhecimento do fato e o assunto percorreu por toda comunidade local. O burburinho logo se transformou em avaliação desse ato e este

exame revelou um inédito poder de mobilização em torno de um problema pessoal: a população do bairro resolveu elaborar um abaixo-assinado a favor do jovem, para evitar que ele fosse encaminhado para a instituição sócio-educativa, ou seja, ele não foi considerado um infrator que merecesse a penalidade de um internamento. Contudo, esta manifestação não interferiu favoravelmente ao acusado, pois na ocasião de receber a sentença, o clamor público, ao contrário, foi considerado pelo juizado como algo negativo, tanto por representar uma tentativa de isentar um jovem de reparar-se quanto a um ato irresponsável, quanto por representar um exemplo desaconselhado para outros membros da comunidade. Assim, ele foi sentenciado a um internamento de 45 dias, por conduta social reprovável.

Deste ponto, então, começam novos conflitos familiares. Na fase inicial desta experiência como sentenciado, ele não queria ver a madrasta por ressentimento. Enfrentou também problemas de relacionamento interno. Atualmente, embora manifeste ainda certo rancor, já admite e recebe as visitas da família. Ele tomou conhecimento de que a madrasta arrependeu-se de ter dado queixa na delegacia. Diógenes não faz planos para a vida futura, parece desejar apenas o dia de saída da instituição. E segundo especulações em seu prontuário, ele poderá a partir deste momento ir morar com os tios ou a avó paterna.

II

Diógenes é um jovem em cuja história inicial inscreve-se um ato de renúncia ao exercício da maternidade, abertamente comentada no seio da família como abandono. Há indícios, porém, de que ele recebeu atenção e afeto de alguns membros da família, tudo indica que de parte dos tios. Contudo, parece que a madrasta com quem ele passou parte de sua infância e adolescência, talvez por ser mãe de mais quatro filhos tenha dedicado pouca atenção para Diógenes, porém isto é apenas uma especulação.

No entanto, com os dados disponíveis sobre a experiência de vida de Diógenes, é possível notar que ela se nutre de uma tensão quase toda gerada no campo do tecido familiar, pautada por uma oscilação entre a instabilidade e estabilidade dos laços de parentesco. Por um lado, a mãe que abandona, por outra, o pai que acolhe, porém delegando grande parte dos cuidados de uma madrasta que divide atenção com os seus próprios filhos. Junto a isto ocorre a perda do pai na adolescência, de modo que entre o abandono da mãe e esta perda, o afeto e o cuidado dedicado pelos tios podem, supostamente, ainda ser representados pelo jovem como saldo insuficiente. A estas circunstâncias, somam-se indícios de fraco desempenho escolar e ausência de planos para o futuro. Neste âmbito, surge então um problema de cunho moral,

mas, como visto, de caráter polêmico, que pode ser encarado ou como falta de formação moral ou como expressão de uma experiência de vida juvenil constituída em um tecido familiar entremeado de espaços preenchidos e vazios, entre os quais se instaurou uma desorientação comportamental.

No que tange ao caráter polêmico da avaliação do ato que gerou a queixa policial, vale observar que ele envolve duas formas distintas de interpretação por parte da comunidade e do juizado acerca de erro e justiça na sociedade brasileira. De fato, não é novidade ocorrer este tipo de discrepância, e eles parecem surgir em dois extremos, em casos de crimes considerados hediondos, e em situações nas quais setores da população avaliam um delito como crime de menor importância. Nos primeiros, certa parcela da população envolvida com a(s) vítima(s) ou julga, ainda que momentaneamente, com direito a reagir para fazer justiça com as próprias mãos, a exemplo dos fatídicos linchamentos, ou tende a pedir mais rigor na aplicação das leis. Na situação oposta, os atos ilícitos são minimizados enquanto tal e seguem-se daí rompendo as barreiras da lei, como nos casos da compra de produtos pirateados, busca de empregos em locais proibidos como casa de bingos entre outras alternativas semelhantes. Contudo, este tipo de aceitação nem sempre tende a ocorrer de forma explícita, mas sim como uma prática sutil apoiada na condescendência e autocondescendência.

É digno de registro, portanto, o modo expressivo pelo qual a comunidade de moradia defendeu Diógenes de uma medida sócio-educativa, julgada inapropriada para o caso. Trata-se de um propósito que embora não avalie conseqüências, como assim o fez o representante judicial, assinala distanciamentos entre padrões de interpretação relacionados a experiências de vida e práticas de controle social. Por conseguinte, diz respeito aos distintos modos de conferir importância a dimensões do mundo privado e dimensões do mundo público. No caso de Diógenes, sem dúvida alguma, estão situados na primeira os elementos de maior significação de sua história, cujo desfecho recente recai para a condição de infrator.

5.1.3 Maria Rosa

Há cerca de trinta anos, Maria Rosa chegou sozinha à Cidade de Salvador, para cumprir a sina de inúmeras jovens de famílias pobres do interior: arranjar algum emprego doméstico. Ela não conhece absolutamente nada da cidade, nem ninguém, e também não é alfabetizada. Pouco tempo depois estabelece contato com um homem que aparentemente age como protetor

e logo mais com ele se casa e passa a residir em Saramandaia. O casamento se revela então um grande problema e fonte de muito sofrimento. Nesta situação, entretanto, ela não pode contar com seus parentes que residem muito distante e que pouco sabem sobre sua vida na ocasião. O marido de Maria Rosa costuma ameaçá-la com agressões e praticamente a encerra dentro de casa, onde passa a viver quase escravizada. Maria Rosa teve seis filhos, três e três mulheres. Ao longo desse casamento, porém, os problemas se agravaram, pois o marido costumava abusar de várias mulheres no bairro e, - conforme comentários de alguns moradores – há indícios que ele também investia contra as filhas. Além disto, costumava punir os filhos com recusa em lhes dar alimentos e mantendo-os isolados. Outrossim, momentos trágicos se acrescentaram a estas desditas: três filhos foram assassinados e uma das filhas morreu atropelada. O primeiro filho foi morto logo após ter conseguido o seu primeiro emprego aos dezenove anos. Ele reagiu com agressividade a uma abordagem que ele julgou de cunho homossexual, vindo a sofrer em seguida uma retaliação fatal. Os outros irmãos mais jovens que ele, morreram nas brigas de gangues no bairro. O marido de Maria Rosa, no fim da vida, tornou-se inválido e permaneceu em casa até falecer. Ela, por sua vez, atualmente ajuda as filhas nas tarefas domésticas, principalmente tomando conta dos netos. Seu maior sonho sempre foi obter uma máquina de costura para realizar variadas peças artesanais com recortes de tecidos que tem acumulado durante muito tempo em sua casa. Agora que experimenta, pela primeira vez, sensação de liberdade, pensa que talvez possa realizá-lo.

III

A história de Maria Rosa tem certa dimensão pública no bairro, muitos moradores conhecem grande parte dos acontecimentos e alguns dados são acrescentados por eles, que costumam falar sobre o sofrimento desta mulher. A narrativa de Maria Paula, entretanto, mostra-se como um discurso resignado, como se ela estivesse a cumprir um destino alheio à sua vontade, tal qual personagens dos mitos gregos.

Neste contexto da história de vida familiar constituída por Maria Rosa e seu esposo, sem sombra de dúvidas os conflitos maiores estão concentrados nas conseqüências da agressividade deste último, dirigida igualmente a todos familiares, acrescida pelos desvios no exercício da função paterna. A partir daí é possível supor imensas dificuldades para a formação da identidade masculina nos filhos homens, tanto quanto para dotar de segurança a identidade das filhas. Imersos nestas problemáticas pode-se presumir também que tal situação foi capaz de conferir vulnerabilidade aos filhos de Maria Rosa, de modo que se tornaram mais

expostos aos conflitos desencadeados no âmbito de moradia e trabalho. Assim, para um deles, por exemplo, sucedeu insuportável uma provocação de outro homem – suposta como demanda homossexual –, o que suscitou em sua morte. Evidentemente, que nesta situação deu-se também um encontro circunstancial de pessoas com desenvolvida agressividade, mas o destino dos irmãos coloca-se na mesma linha, posto que foram atraídos para o âmbito da guerra entre jovens, no bairro em que moravam.

Assim, o esforço de Maria Rosa que tentou e tenta ser mãe acolhedora revelou-se insuficiente para impedir que as tragédias se sucedessem em sua família. Ela contou, por exemplo, que quando seu marido castigava os filhos negando-lhes comida, ela dava um jeito de alimentá-los às escondidas. Esta proteção tem continuidade agora na ajuda que Maria Rosa oferece às filhas e aos netos em um contexto de vida já modificado, porém sujeito a muitas incertezas, pois, além da memória que transporta elementos do passado para o presente, problemas de ordem social persistem no bairro.

5.1.4 Helena

Helena é uma das moradoras do bairro que solicitou um encontro, por meio daqueles que mantinham contato direto comigo, ao saber da presença de uma psicóloga no local. Então, fui até sua casa acompanhada por uma dessas pessoas, que tinha a função de me guiar até o endereço. Julguei que ali poderia ocorrer um acordo para um encontro posterior, na medida em que eu não estava sozinha, pois a minha acompanhante não se afastou como eu imaginava que ia ocorrer. Todavia, sucedeu o contrário, Helena começou a contar sua história diante de uma vizinha com a qual se relacionava de forma distante. Assim, não incluí seu caso entre aqueles que estão sujeitos ao segredo de uma relação terapêutica, mas apenas à reserva de identidade. Além disto, a conduta de Helena pareceu indicar que ela pretendia apenas ter alguém com quem repartir a sua história, na medida em que ela não apresentou disponibilidade de tempo para encontros sistemáticos devido a compromissos de trabalho. De todo modo, coloquei-me à sua disposição para outra conversa, caso disto tivesse necessidade.

O assunto central presente nessa narrativa de Helena gira em torno da conduta de seu marido enquanto pai e esposo. Trata-se não só de uma conduta considerada altamente reprovável por ela e seus filhos, mas de atos que produziram, principalmente nos filhos, sentimentos de rejeição, mágoa e ódio. Esta história conto resumidamente a seguir.

O marido de Helena apresentou sempre ao longo do convívio com ela e os filhos uma atitude de certo descompromisso, porém esta situação não era considerada tão grave até que ocorreu uma descoberta chocante para toda família que atingiu diretamente um dos filhos. O pai era empregado de um prédio, na condição de vigilante. Em algumas ocasiões, costumava convidar esse filho para acompanhá-lo ao serviço. Pouco tempo depois surgiram comentários de ter havido desaparecimento de objetos nos apartamentos dos prédios. Como isto ocorreu a partir da presença do jovem no local, as suspeitas recaíram sobre ele e o pai não fez nenhuma defesa do filho. Todavia, após longo processo de investigação, acabou-se por descobrir que o responsável pelos furtos era o próprio pai, em aliança com empregadas dos apartamentos. A esposa e os filhos ficaram evidentemente traumatizados. O filho mais velho tornou-se dependente de drogas e, no momento deste relato, achava-se em uma instituição providenciada pela mãe para tratar desta dependência. Neste sentido, a mãe faz planos para evitar o retorno dele ao bairro, temendo as companhias com as quais ele se envolveu. Ela procura não incentivar os sentimentos hostis dos filhos dirigidos ao pai que continua descomprometido com a família, porém sabe o quanto é difícil mudar este quadro afetivo.

IV

O depoimento de Helena de algum modo assemelha-se aos casos anteriores de Maria Rosa e Divalina, no que tange a ter como fonte de conflito o comportamento paterno. Mais uma vez então ressalta uma relação quase direta entre este comportamento e atos de outros membros da família, por meio da centralidade que esse tema ocupa nos discursos que eles pronunciam. Assim, Helena relata sobre as falas emitidas pelos filhos a respeito do pai, que revelam uma continuidade de sentimentos e opiniões no sentido do desapontamento e desprezo que agora os alimenta. Contudo, a exceção do filho envolvido com o consumo de drogas, não se sabe de que modo esta situação familiar consumida pela frustração opera especificamente nas atitudes dos irmãos. Pressupõe-se, entretanto, que há uma margem de vulnerabilidade, cujos desdobramentos são obscuros.

5.1.5. Augusto César

Tive acesso à história de Augusto César, que se encontrava na ocasião cumprindo medida sócio-educativa, por dois caminhos. Primeiro, por meio de uma matéria de jornal que estampou com estardalhaço o seu crime, segundo, por um contato com a sua mãe no bairro onde me encontrava realizando a pesquisa, que me procurou para acompanhamento a outra pessoa da família. Quando então tomei conhecimento do parentesco dela com este jovem que tanto atraía minha atenção através da notícia de jornal, solicitei-lhe permissão para entrevistá-lo na instituição onde ele se encontrava para incluir seu caso neste trabalho de pesquisa. Ela admitiu esta proposta, contudo notei que, neste caso específico, o conjunto da situação que reunia a tensão gerada pelo crime em toda família, bem como a reclusão do jovem conduzia a uma disponibilidade constrangida para expor a situação familiar, diferentemente dos outros casos estudados. Assim, parte dos dados sobre Augusto é decorrente de relatos apresentados por seus pais em rápida entrevista que realizei durante uma visita à instituição judicial, outra de uma entrevista realizada com o próprio jovem e ainda de consulta ao prontuário.

Ao contrário das histórias dos jovens infratores citadas anteriormente, cujas famílias costumam ser descritas como “mal estruturadas”, a de Augusto César apresenta, aparentemente, todas as características de uma família que se situa dentro de padrões médios de conduta. A mãe de Augusto César, diferentemente das outras mães que encontrei, tem uma escolaridade elevada no meio em que vive, pois exerce a função de professora, enquanto o pai é mestre de obras. Ambos freqüentam assiduamente uma igreja evangélica e esforçam-se para se fazerem acompanhar dos três filhos. Aliás, Augusto que nesta ocasião estava com 17 anos, deixou de acompanhar os pais à igreja a partir dos 14 anos. O fato é que ele comprou seu primeiro revólver escondido da família a partir dos 12 anos, segundo afirmou, “para defender-se”, e o guardou fora de casa. Começou a usar maconha no mesmo período em que parou de acompanhar os pais à igreja, quando estudava em um colégio distante de seu bairro, logo depois passou a usar cocaína. Foi transferido algumas vezes de colégio pela família que se preocupava em afastá-lo das “más companhias”, mas ele acabou por desistir dos estudos na 8ª série, fase na qual resolveu que deveria ocupar-se com um trabalho. Procurou obter uma qualificação mínima e tomou a resolução de morar com uma namorada de infância, que três anos depois foi assassinada por ele. Antes disto, porém, ele já havia se tornado pai de uma criança a partir de outro relacionamento.

No relato de sua própria história Augusto um assunto prevalece sobre os demais, o ódio que ele tem dos inimigos que angariou no bairro onde mora. Uma das razões que Augusto alega para este forte sentimento envolve a presença do pai. Ele conta que tais inimigos em determinada ocasião “comediaram” o pai dele, que naquele momento estava alcoolizado. A namorada também mereceu seu ódio porque resolveu cometer traição justamente com esses que eram seus inimigos, daí porque o assassinato que nas palavras dele “ela parecia procurar”. Antes, porém, deste acontecimento trágico que apareceu estampado nos jornais, ele havia cometido outro homicídio, cuja vítima foi um jovem que lhe devia algo, mas este crime não teve a mesma repercussão, por ser considerado mais uma “baixa” entre gangues rivais. No entanto, para Augusto esta vítima era também um “comediador” que teve o que era merecido.

V

Escutei o verbo "comediar", pela primeira vez, no bairro no qual se desenvolvia este trabalho. Talvez o sentido seja mais amplo do que consegui alcançar, mas tudo indica que ele significa um ato de ridicularização considerado de caráter altamente ofensivo. A fixação de Augusto no sentimento de ódio e atos de vingança parece conjugar aspectos da cultura local, sobretudo, juvenil, com um tipo de elaboração psicológica em torno da figura paterna. Certa vez uma das professoras de uma das escolas do bairro comentou que ela evita situações de conflito com os pais porque quase “tudo aqui precisa ser resolvido com o uso da faca”. Do mesmo modo, Augusto depõe que entre os jovens facilmente os contatos e conversas descambam para ofensas. No entanto, nele parece cristalizado um determinado ultraje ocorrido com seu pai, fato que para ele justifica o rancor profundo e duradouro com o qual se alimenta incessantemente.

5.1.6 Gersandro

Gersandro concedeu um depoimento sobre sua história, que também complementei com dados de prontuário. Consta, então, neste registro, que a família de Gersandro reside no interior. Lá ele morava com a mãe, que tem mais três filhos, duas jovens maiores de 17 anos e um adolescente de 12 anos. As irmãs estão desempregadas, sendo que uma delas já tem um filho. A mãe, que já trabalhou como empregada doméstica, também está desempregada há

cerca de dois anos, ela recebe apenas a pensão alimentícia do filho mais novo, fruto de um relacionamento tido após separação do pai dos filhos mais velhos. O pai de Gersandro, operário de fábrica, está separado de sua mãe desde quando ele tinha 10 anos de idade. Ele mora sozinho e não ajuda financeiramente a família. Gersandro começou a furtar quando tinha 12 anos, o objeto buscado eram roupas em lojas. Aos 16 anos realizou um assalto, junto com outro adolescente, fazendo uso de arma de fogo. Ele entrou numa casa, constrangeu o morador com a arma e levou inúmeros objetos da casa. Após este assalto e também da perda de um irmão, que morreu assassinado, Gersandro resolveu abandonar a prática de delitos. Assim, trabalhou em lanchonete e colheita agrícola. Voltou a estudar e quando já estava na 5ª série do ensino fundamental, quando, quase com a idade de 20 anos, foi preso e encaminhado para uma instituição de adolescentes infratores em sua região, em seguida foi transferido para Salvador e sentenciado a cumprir internamento por um período não superior a três anos.

Todas as informações sobre o comportamento de Gersandro na instituição são dados valorizados: é alegre, tranqüilo e educado, bom em higiene e não exerce agressividade física sobre os demais internos. Além disto, participa nos estudos de sala de aula e cursa uma oficina de atividades profissionais. Os membros da família telefonam regularmente e demonstram grande afeto e interesse pelo jovem.

Quando converso com Gersandro noto a perplexidade dele pelo fato de estar cumprindo sentença, afinal, ele pensa, não tinha abandonado por ele mesmo a vida de crimes? Por que então cumprir sentença? Gersandro acha que o que mais pesou para ele agir criminalmente foi estar sob influência de outros jovens envolvidos com o crime: “A primeira vez o cara acha bom, faz a segunda acha também e aí vai para a terceira, mas é como se diz, fácil de entrar e difícil de sair”. E volta a comentar o que dizem sobre a dificuldade do indivíduo sair disto, “mas eu saí, já estava trabalhando e assim mesmo fui preso”.

Gersandro me diz que o contato que tem com a família é apenas telefônico porque a mãe não tem recursos nem condições de deixar os netos, além de uma criança órfã de mãe, sob seus cuidados, cujo pai dá uma mesada para ela realizar esta tarefa. E seu pai, pergunto. “Meu pai?” Sim seu pai. “Eu não tenho contato com ele.” Você brigou com ele? “Não, ele não liga.” Como assim? “Acho que ele não sabe...só anda trabalhando direto...”. Parece que durante certo período da vida de Gersandro os contatos com o pai eram mais freqüentes, depois esses contatos foram rareando. Este ponto ficou um nebuloso. Todavia, neste ponto, Gersandro retorna ao ponto de partida que é o seu espanto por estar preso. Ela afinal tinha mudado depois de tudo o que aconteceu com o irmão. E o que pensa em fazer depois de sair da instituição? Ele diz que não retorna à sua cidade. Por que? “As pessoas vão comentar, fez

isto, fez aquilo, pode acontecer alguma coisa que não fiz e podem dizer que fui eu... bota fama no cara e aí qualquer coisa..., quantas vezes isto aconteceu comigo, a polícia chegar e dizerem foi fulano, eu vi ele tava ali, tal hora”. Como sua mãe reagiu a estes problemas que você viveu? “Eu fiquei sentido, porque ouvi, ah aqui na família ninguém nunca deu pra isto”. Proponho-me, então a entrar em contato com a mãe de Gersandro e ele aceita.

Faço o contato telefônico com a mãe de Gersandro. Na primeira tentativa ela não estava em casa e quem atendeu informou que ela tinha ido até o hospital para ver o ex-marido. Não perguntei qual, mas parece que era o pai de Gersandro. Na segunda tentativa, ela me atendeu e falou normalmente como se fala com alguns vizinhos ou conhecidos. Notei que a mãe de Gersandro demonstra a mesma perplexidade que o filho por causa do internamento. Também revela grande afeto pelo filho, pois afirma: “Este filho é muito bom para mim, ele é uma verdadeira bênção”. Embora penalizada, ela também acha que o filho não pode voltar ao local de origem quando sair da instituição, senão ele será alvo de acusações ou de outras situações arriscadas e poderá até perder a vida.

VI

Na situação de Gersandro interagem as dimensões sociais extra-familiar e intra-familiar. No plano extra-familiar, as condições de oferta de drogas, a cultura das gangues juvenis, a pobreza, as dificuldades relacionadas a emprego devido principalmente à baixa escolarização dos pais e à febre de consumo. Já no mundo intra-familiar, as dificuldades enfrentadas pela mãe de Gersandro para manter a família, muito provavelmente acentuada com separação do casal, pode ter se conjugado à relação muito afetuosa entre mãe e os filhos para gerar neles um forte desejo de ajudar a mãe. Por outro lado, o afastamento do pai por separação do casal, quando os jovens estavam na pré-adolescência, também pode ter se constituído em fator de desestabilidade emocional, tornando-os mais vulneráveis às promessas do mundo do crime. Para Gersandro, o choque maior desta experiência se deu através da morte do irmão, daí ele percebeu a situação em que se envolveu e provavelmente pesou, ainda, o reflexo desta morte na família, especialmente em sua mãe, de forma que foi possível reagir em sentido contrário e buscar alternativa. Este retorno, porém, foi uma tarefa de extrema dificuldade. Adquiriu a posição de eterno suspeito de ser criminoso para vizinhos e para a polícia e também ficou à mercê de falsas acusações de outros criminosos, que assim podiam ganhar tempo para tentar safar-se de algum crime. Estabeleceram-se, em parte, efeitos conforme a teoria do rótulo, mas ao contrário do previsto, Gersandro não deu seqüência, por isto, ao engajamento com o crime,

ele procurou alternativas e deu sinais consistentes de empenho nesta mudança. No entanto, embora Gersandro dê mostras de estar na posição de ex-infrator, parece condenado a um exílio de futuro altamente incerto.

5.1.7 Rogério

Os pais de Rogério vivem na mesma residência, embora não tenham mais uma vida de casados. Nesta casa moram, além de Rogério, com 20 anos, o seu irmão adolescente, com 16, um meio irmão dos dois, por parte do pai, já adulto e excepcional, e uma criança adotada de cerca de seis ou sete anos. Rogério não é casado, mas tem um filho de três anos, que frequenta assiduamente a casa dos avós.

Rogério, entre todos os jovens que encontrei, é o único que apresenta uma narrativa mais completa e espontânea sobre sua vida, um relato gravado em sua própria casa, tornado possível pela colaboração de sua mãe, pessoa que conheci em uma das associações do bairro.

Este depoimento de Rogério, embora trate de vários assuntos, entre os quais alguns que revelam certo contentamento como a realização de música, é quase todo trilhado pela tristeza que emerge do caráter dos acontecimentos que constituem a sua vida. Trata-se de um discurso diferenciado daquele proclamado por Augusto, este último centrado quase completamente em sentimentos hostis. Todavia, o problema dos conflitos no bairro entre jovens, regados no ódio, é comum, assim, por este aspecto, Rogério começa a narrar sua história.

Ele conta que durante muito tempo sofreu perseguição por parte de um dos moradores que insistia em confundir-lo com outro rapaz. O “comediamento” era constante. Quase sempre era intimado sob ameaças a ceder um dos seus pertences. Após conseguir o seu primeiro trabalho remunerado comprou um rádio, mas logo teve que entregá-lo para este perseguidor. Um dia resolveu reagir a esta abordagem e as conseqüências desta atitude custaram-lhe a primeira experiência de prisão. A segunda decorreu de uma falsa acusação de tentativa de assalto. Apanhou muito, quase teve o aparelho auditivo danificado, mas conseguiu ser solto graças à persistente luta de sua mãe para obter provas de sua inocência. O pai, por sua vez, não foi tão atuante quanto a esposa para libertar o filho, mas desmaiou logo que o viu atrás das grades pela segunda vez.

A animosidade entre moradores intriga Rogério. Ele se lembra, por exemplo, de um rapaz admirado por ele e outros jovens pelas composições de música que elaborava. Entre elas, havia uma que se referia às características das diferentes áreas do bairro, buscando integrá-las por meio da poesia. Este compositor foi justamente a primeira pessoa assassinada com quem Rogério se deparou no bairro, em retorno da escola, experiência que o deixou por muito tempo traumatizado.

Durante o período escolar Rogério teve muitas dificuldades de aprendizagem, pois “comia letras”. Gosta, entretanto, de realizar outras atividades, compor música e tocar instrumentos, jogar capoeira, cuidar de cavalos (aprendeu no interior onde reside a família materna) e de pintar paredes. Foi muito assediado pelas jovens no bairro e namorou muito até se convencer que precisava ser mais seletivo, pois reconhece que não tem grande afinidade com a mãe de seu filho.

No que se refere à fase da infância, Rogério diz que apanhou muito do pai porque todas as acusações de algo errado recaíam sobre ele, de modo que, ele diz, muitas punições foram injustas. Esta situação se tornou para Rogério um indício de que o pai não gostava dele. À posição de “não-querido” pelo pai ele adiciona à de “menos-querido” pela mãe. Apesar de todas as atitudes protetoras da mãe para com ele, ele julga que o irmão é preferido por ela, por meio da interpretação de fatos que coleciona na memória.

Os planos de Rogério concentram-se em continuar fazendo música – embora tenha perdido o patrocínio de uma instituição do bairro para manter os instrumentos da banda que conseguiu montar -, cuidar do filho e arranjar um trabalho remunerado. Por sinal, a lembrança mais pungente de Rogério se relaciona a um momento em que, após apresentar-se com a banda em um dos bairros da cidade, recebeu um pedido de autógrafo de uma criança. Ele comenta que diante disto chorou discretamente e pensou: “aqui sou reconhecido e valorizado, por que isto não acontece no bairro em que moro?”.

VII

O depoimento de Rogério, bem como o de Augusto, sobre as desavenças e confrontos entre moradores, sobretudo jovens, contribuem para uma reflexão em torno de problemas de ordem local como importantes e decisivos focos de desagregação e marginalização social, ainda que tais situações tenham outras fontes geradoras. No local, o conflito e a hostilidade tenaz vigoram e atuam na imediaticidade do acontecimento presente, e mesmo quando se tornam passados continuam a destilar a amargura do desatrelamento desnecessário, do

desfazimento perverso de laços de coesão social. Sob esta força de desconstrução jaz então o poeta que deixou Rogério perplexo quando criança.

Paralelo a isto, Rogério resvala numa fragilidade constituída por uma posição emocional na qual ele supõe estar sob o efeito de uma desvalorização primária. Ter se tornado um rapaz bem cotado entre as jovens é coisa pouca, além do que algo suscetível de enganos fáceis de identificar. Lamentável para Rogério parece o enigma do distanciamento afetivo do pai, ao passo que é difícil também lidar com o imaginário que hierarquiza o lugar afetivo que ocupa no sentimento materno.

5.2 NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DRAMÁTICA DA VIDA FAMILIAR

Por fim, cabe dizer que logo após estas entrevistas terem sido realizadas, gradativamente algumas destas histórias foram ganhando novos rumos. Quase todas metamorfoseadas de dramas em tragédias. Augusto e Rogério não sobreviveram, perderam a vida. O primeiro após uma fuga da instituição em que estava cumprindo medida sócio-educativa, o segundo de forma obscura no bairro onde residia, deixando perplexa e traumatizada a sua família. Os dois casos passam agora a pertencer à lastimável estatística com elevada taxa de óbitos para pessoas jovens no país.

Em conjunto, as famílias que são apresentadas nos sucessivos relatos acima estão enredadas em situações que oscilam entre o drama conceituado como conflito denso e tragédias, consideradas no sentido do conflito ou situação que se desdobra para o campo do insolúvel ou da morte.

Cabe notar que no campo literário a representação da tragédia não se dá, em geral, relacionada aos acontecimentos gerados por mudanças exclusivamente naturais, diz sempre respeito aos atos humanos, a possibilidades da existência, seja sob a concepção determinista e heterônoma dos antigos até concepções modernas. A representação trágica, entretanto, desde os primórdios do pensamento grego, viu-se desacreditada pelo conhecimento elaborado na perspectiva platônica, isto é, desprezava-se a arte e a pedagogia pela poética do sofrimento e, em seu lugar, valorizava-se o conhecimento pautado na investigação do ser. Por outro lado, a tragédia sob o ponto de vista de Aristóteles converte, como diz Melo e Souza (2001), “a dimensão ontológica de seus dramas numa mera representação lógica de eventos consecutivos” (p. 115), cuja função maior, concebe o filósofo antigo, é produzir uma catarse.

Posteriormente, como denuncia Foucault (2000), a razão moderna ocidental desvalorizou ainda mais a significação do trágico e da loucura por representarem expressões opostas ao conhecimento assentado nos valores de verdade e certeza do cartesianismo. Por conseguinte, esta perspectiva provavelmente ampliou a cisão hierárquica entre razão e emoção, correspondente à distinção entre o sensível e o inteligível. É notável deste modo que, até a nossa contemporaneidade, este apelo à racionalidade permanece estimado em oposição à emoção, geralmente associada ao desequilíbrio e à desagregação, apesar de alguns esforços contrários de resolução que cinde ambigüamente a emoção, conferindo-lhe ou não uma qualidade como a inteligência.

No entanto, o reconhecimento da tragédia como esfera de verdade humana já se faz presente desde os primeiros e decisivos acordes críticos dirigidos à concepção metafísica. Melo e Souza (2001) comenta que a “desconstrução nietzschiana da metafísica culmina no reconhecimento de que a verdade trágica dos poetas suplanta a verdade teórica dos filósofos”. Daí que, “Hölderlin e Nietzsche coincidem na assertiva de que o trágico é a suprema harmonia do ser, porque lhe pertence a dissonância como a mais profunda forma de consonância” (p. 115). A consideração equilibrada do ser implica, portanto, a reflexão em torno da pluralidade de expressões e não somente a sua normatividade. Envolve assim o reconhecimento de suas diferenciadas possibilidades de força e fraqueza articuladas, de sua margem de conflitos e potencialidades de recuperação.

Parece ser esta a mensagem já formulada pelos poetas gregos, ocupados com as lições de vida das experiências trágicas. Convêm, neste sentido, lembrar algumas destas obras. É importante observar que nelas, amiúde, se faz presente a dramaticidade do mundo familiar, mesmo quando esta dimensão nem sempre seja a mais destacada pelos comentaristas destes clássicos.

Antígona, por exemplo, uma das obras de Sófocles, é repetidamente apontada como uma história que aborda a vida uma jovem de elevada coragem para assumir o seu destino, ao enfrentar solitariamente o governo de Tebas, contrariando as leis de um edital promulgado pelo soberano. Não obstante esta versão individualizada, o núcleo desse mito convertido em peça literária acha-se na obstinação com que a filha de Édipo desobedece às ordens do rei, para atender a um costume sagrado de respeitar o direito à sepultura para o corpo de um dos seus irmãos, morto em uma batalha, na condição de adversário do rei. Antígona, então, em conflito com a irmã que escolhe não adotar a mesma atitude, declara:

Pois obedece então a teus senhores e glória ti, irmã. Eu vou enterrar o nosso irmão. E me parece bela a possibilidade de morrer por isso. Serei amada para sempre pelos que sempre amei e junto deles dormirei em paz. Devo respeitar os mortos do que os vivos, pois é com eles que vou morar mais tempo. Mas você é livre para ficar com os vivos e desonrar os mortos. (Paz e Terra, 1997).

Ora, a irmã de Antígona, Ismênia, não se mostra indiferente ao corpo insepulto do irmão como supõe a primeira, mas, de outro modo, acha-se vulnerável em face do histórico trágico da família, assim não se considera dotada com força suficiente para desafiar o Estado. Já Antígona, demonstra o poder que sobre ela exerce o dever familiar, pois se opor às leis do Estado neste caso, não representa apenas uma atitude que evita contrariar os “costumes e estatutos infalíveis dos deuses”, porém uma decisão que poderá afastá-la para sempre da amargura que “seria deixar abandonado o corpo de um irmão”. Todavia, mais tarde, Ismênia é tomada por sentimentos de culpa por vacilar na defesa do costume em pauta e tenta reconciliar-se com Antígona: “Sem ti, irmã, que me interessa a vida? A quem mais dedicar o meu amor?”. Por fim, Antígona é condenada, mas de acordo com o “murmúrio clandestino” escutado pela cidade, ela é vista como aquela que “devia ser coroada pelo povo, carregada em triunfo, vestida numa túnica de ouro”, enquanto ao tirano é reservado um destino infeliz, que o faz refletir sobre os erros cometidos quando exercia o governo em Tebas.

Antígona e Ismênia, bem como os dois irmãos mortos em batalha como oponentes, são distintos em suas escolhas, porém tais caminhos se apresentam como interpretações de uma mesma história de origem que os enlaça em demandas geradas para si mesmos e para os outros, sustentadas, por sua vez, em sentimentos tão poderosos, capazes até de desafiar o poder do Estado. Antígona exige para si o cumprimento do dever para com o irmão e requer a mesma postura da irmã. Ismênia, fragilizada pelas trágicas perdas familiares, prefere recuar do dever para manter a própria vida e a da irmã, que é a única pessoa da família que lhe resta. Os irmãos, por sua vez, motivaram-se para guerra opostas de acordo com o significado que constituíram para o seu passado familiar. Um enredo dramático, portanto, tecido por tragédias, cuja lógica é absorvida sutilmente nos espaços da cidade e expressos nos murmúrios de identificação.

Tal qual Antígona, outra obra de Sófocles, Édipo Rei, mais famosa na em nossa contemporaneidade do que a do autor, devido ao papel preponderante que passou a ocupar na teoria psicanalítica, também é evocada como uma tragédia que explora a tese da força da fatalidade sobre a vontade humana. Outrossim, traz ainda o pensamento exposto no final da obra de que “não consideraremos feliz nenhum ser humano enquanto ele não tiver atingido, sem sofrer os golpes da fatalidade, o termo de sua vida” (p.88). O cerne da obra, porém, lida

todo tempo com os laços familiares, em meio aos quais, Freud fez sobressair os crimes de parricídio e incesto que, de fato, mais afetavam os gregos. Vale sublinhar assim, não mais estes conhecidos desfechos, mas a enternecida mensagem de Édipo para suas filhas, justamente Antígona e Ismênia, como um legado afetivo, paralelo ao trágico. Primeiramente, ele lembra os crimes que fatalmente cometeu e em seguida diz:

Eis as injúrias com que vos perseguirão.... Quem vos quererá por esposa? Ninguém! Ninguém, minhas filhas! Tereis que viver na solidão e na esterilidade. Filho de Meneceu, visto que tu serás doravante o único pai que elas terão – porquanto sua mãe, e eu que lhe demos a vida, já não viveremos! – não deixes que estas meninas sejam obrigadas a vagarear, mendigando; não consintas que sua desgraça se agrave em conseqüência da minha. Tem pena delas, vendo-as, tão jovens, privadas de todo o apoio, exceto o que lhe concederes. Dá-me um sinal de teu assentimento, homem generoso; toca-me com tua mão!... E vós, minhas filhas, se me pudésseis compreender, eu vos daria conselhos; procurai sempre ter uma existência mais feliz do que a de vosso pai, onde quer que possais viver! (p.86).

O discurso posterior de Antígona se referirá aos acontecimentos históricos de sua vida como tudo “quanto é doloroso e funesto, tudo quanto é infame e vergonhoso” infligido por Zeus, por serem filhas de Édipo, mas lembra também que é herdeira “da estirpe orgulhosa e sofrida de Laio”, seu avô na linhagem paterna. A posição de Antígona, portanto, é a de portadora de um legado múltiplo: fatídico, digno e soberbo. Dele, ela realiza uma colheita conforme sua identificação, mas vale então lembrar que desta herança fazem parte também os efeitos do cuidado concebido na mensagem de Édipo. Com este patrimônio então, Antígona revela-se então a intrépida jovem, que morreu na defesa de seus costumes e afetos, enfrentando firmemente o destino desencadeado por essa escolha, antes que a sua cidade decaísse em conseqüência do abuso de poder, por parte do soberano.

A estas obras reúnem-se outras, antigas e modernas que contêm os mesmos elementos, os sujeitos em família, ainda que diferenciados por singularidades implicam-se nos sentimentos, no dever, na expectativa, nas cobranças e ainda atuam, como afirma Gadamer a respeito da tradição, afetados pelo passado. Nesta rede de implicação, pode haver condições planejadas e contingentes e, como já é sobejamente reconhecido, tais implicações não representam necessariamente laços harmoniosos e isentos de conflitos. É claro que, para os contemporâneos que somos, herdeiros dos modernos já não vigora completamente a lógica que atribui boa parte dos acontecimentos aos jogos da natureza e do destino como os antigos, vez que a noção de autonomia tornou-se qualitativamente mais abrangente. Contudo, tal entendimento que vigora como uma tendência dominante na esfera ocidental, não representa de forma absoluta todas as culturas em seu âmbito, nem obviamente os seres humanos

controlam toda a sua realidade. Cabe então um retorno para uma análise sobre a dinâmica intersubjetiva familiar dos jovens infratores como exercício de identificação das lógicas que predominam nos seus dramas familiares.

5.3 ABORDAGEM HERMENÊUTICA DO DRAMA INTERSUBJETIVO FAMILIAR

Para esta análise do drama familiar não será necessária uma referência a todos os casos apresentados, pois parte-se do pressuposto de que embora cada história apresente um traço de singularidade, mantêm entre si uma identidade no que tange a operar na forma de uma dinâmica intersubjetiva. Nesta abordagem, a dramaticidade intersubjetiva familiar é concebida como uma dinâmica na qual se implicam demandas conscientes ou inconscientes dos membros das famílias, orientadas por aquilo define normativamente a vida familiar por meio do desempenho de funções, quanto por diversas perspectivas de cunho imaginário. Tais demandas, portanto, conferem à experiência familiar a condição de uma ligação significativa especial.

I

Na maior parte dos casos familiares citados percebem-se insistentes e diversas demandas em torno da função paterna. Esta demanda pode se dar enquanto reivindicação do exercício efetivo desta função, como também se expressa no repúdio à traição deste exercício. Assim, embora haja expressões imaginárias e inconscientes em torno das funções paterna e materna, predominam as primeiras possibilidades.

Começo pelo caso de Eustáquio. Ele deseja o pai operante em sua função, bem como ser reconhecido, mas depara-se com a rejeição. Já os filhos de Helena experimentam o horror do falseamento desta mesma função. Por outro lado, outras expressões psíquicas em torno disto adquirem uma feição mais simbólica e, provavelmente, com elaborações inconscientes, como no caso de Augusto César que precisa recuperar e salvar, por meio de uma atuação destrutiva, a imagem do pai humilhado. Esta última experiência, certamente envolve outras dimensões dessa história familiar que dificilmente se revelariam de modo tão simples, mas, por meio dela, é possível identificar os sinais de complexidade que podem estar presentes nas problemáticas relacionadas às demandas da função paterna. Há histórias como a de Gersandro, por exemplo, da qual não emerge, aparentemente, nenhum sinal definido relacionado ao distanciamento paterno. Talvez porque ele não aconteça ou porque não é

interpretado deste modo, e ao mesmo tempo o acolhimento materno o suplante. De qualquer modo, Gersandro apresenta um comportamento mais estável entre os demais que estavam a cumprir medida sócio-educativa.

Diógenes, por sua vez, é o único entre os casos relatados cuja problemática familiar envolve o abandono materno, acontecimento dramático frente ao qual, há indícios, os tios tentam ansiosamente compensar.

Já foi dito no espaço deste trabalho que a articulação intersubjetiva familiar é pensada no sentido sistêmico, todavia diferenciadamente do modelo tradicional baseado nos pressupostos de complementaridade e reciprocidade entre os membros deste conjunto. Assim, o mundo familiar se expõe como uma variedade de interações nas quais cabem dimensões intencionais e contingentes. Deste modo, cabe pensar não somente a função paterna do lado da demanda filial, como também a experiência do ângulo do exercício da paternidade e da maternidade. Neste aspecto, cabe dizer que os pais não são pensados somente enquanto integrantes básicos de uma instituição à qual o papel de formação primária é atribuído, mas os membros de um casal são concebidos como agentes herdeiros de processos sócio-afetivos, que podem conferir-lhes diferenciadas condições de sustentação para o exercício das funções postas quando uma família é constituída.

Embora sejam reduzidas as informações anteriores sobre processos familiares intergeracionais alguns casos são exemplares, como os do pai de Eustáquio e o de Rogério. O primeiro, reproduz com o filho o mesmo conflito enfrentado com o pai, pois, tendo sido rejeitado, tornou-se também pai que hostiliza e abandona. No entanto, ele sustenta este abandono em um argumento de caráter moral. Atribui ao filho o motivo: ele cometeu erros graves envolvendo-se com marginais até ser preso. Daí, o filho merece ser banido e desprezado. Além disto, o pai de Eustáquio não suporta nenhum tipo de cobrança, a ele sim cabe este papel, a partir do qual dá sinais de que quer ser restituído de algo do qual se tornou descompensado.

O pai de Rogério, por sua vez, apesar de residir no mesmo espaço de habitação de toda família e de ter se envolvido em algumas providências – comandadas pela mãe do jovem – para retirar o filho da cadeia, principalmente na segunda vez em que ele esteve injustamente preso, revela sua fragilidade por meio da interpretação invertida que faz dos acontecimentos da família. Para ele os outros membros da família não são colaboradores e lhe cabem todas as providências importantes no seio familiar. Todavia, nenhum dado da história familiar confere com isto. A esposa revela que ele gastou todo patrimônio da família com uma vida boêmia e continua avesso a comprometer-se. Ao contrário, ela inclusive assumiu um filho do marido

concebido fora do casamento, que precisou de cuidados em instituições de crianças excepcionais. O que antecede a esta postura do pai de Rogério? Ele foi considerado por seus pais uma criança de difícil controle, tendo sido espancado muitas vezes. Fugiu de casa aos sete anos, tornando-se menino de rua por um tempo. Deste período até a fase de casamento são esparsas as informações. No entanto, é possível inferir que ele enfrentou sérias dificuldades até o momento de formar sua própria família. Não foi possível saber também se ele adquiriu alguma formação específica para o trabalho, mas quando constituiu família a atividade que repartiu com a mulher ligou-se a um pequeno comércio realizado em espaço anexo da casa. Por um tempo, este comércio foi próspero, mas, segundo a esposa, aos poucos foi sendo dilapidado, pela forma incoerente com a qual ele gerenciou este pequeno negócio. Debilidade no comprometimento das funções familiares, portanto, é característica marcante do pai de Rogério. No entanto, ele percebe toda situação de outro modo, ou seja, ele se acha em um campo de litígio no qual a maioria luta contra ele, e esta maioria é a família que constituiu.

Diferentemente do pai, a vida familiar da mãe de Rogério não comporta problemas relacionais que ela possa destacar como geradores de sofrimento. Ao contrário, ela e os irmãos ficavam intrigados porque não presenciavam conflito algum entre os pais, nem eles agiam com gestos de controle brutais para educar os filhos. Ela admite então que é muito distinta a formação primária que teve e a do esposo, porém julga que ele poderia esquecer o que passou para ser um pai mais responsável, acolhedor e presente.

Neste cruzamento de demandas observa-se o desenvolvimento de impasses. As expectativas, diretas ou sob efeito de sintomas, de cada membro da família não encontram espaço algum de elaboração. Além disto, as problemáticas que têm característica emocional não são concebidas enquanto tais, tampouco encontram espaço social para assim nomear-se e encontrar formas de encaminhamento. Restam assim, desdobramentos que convergem para a fragilização, principalmente dos jovens, a qual por sua vez pode lhe conferir um estado de vulnerabilidade que os deixam mais próximo das possibilidades sociais oferecidas no campo da marginalidade.

Em suma, a condição de vida das famílias dos jovens infratores refletidos neste trabalho envolve, portanto, variados tipos de questões sociais e de ordem emocional. Todavia, antes de tratar destas questões, cabe esclarecer que o termo “social” empregado aqui difere da conceituação de Castel (2005), pois ele o define como “uma configuração específica de práticas que não se encontram em todas as coletividades humanas” (p. 48). Na verdade ele emprega o termo “societal” para todas as formas de existência coletiva. Assim, Castel (2005)

visa distinguir as características de uma sociedade tradicional de outra não-tradicional, considerando que as primeiras são regidas por regras baseadas predominantemente na sociabilidade primária, ao passo que as segundas possuem instituições e organizações mais elaboradas e abrangentes. Neste estudo, ao contrário, busca-se ressaltar o papel das experiências desenvolvidas no âmbito da sociabilidade primária, partindo-se do pressuposto de que nas sociedades contemporâneas as vertentes do mundo público e do mundo privado se interligam por meio dos elementos materiais e simbólicos que os constituem. Contudo, embora estas duas dimensões teóricas da vida social sejam efetivamente correlacionadas, não deixa de haver, em cada uma delas, especificidades. Neste sentido, no que tange à sociabilidade primária, o aspecto destacado nesta investigação remete à dinâmica intersubjetiva familiar que, entre várias possibilidades, pode propiciar estados de fragilização, vulnerabilidade e, conseqüentemente, favorecer enredamentos na esfera da marginalização social.

Tendo em vista que Castel (2005) faz usos dos termos que empreguei acima para definir estados resultantes da intersubjetividade familiar, é necessário expor outras diferenças conceituais com o presente estudo. Castel (2005) usa o conceito de desfiliação para abordar a fragilização dos indivíduos em sociedade devido, entre outros fatores, ao rompimento da rede familiar e social que deveria oferecer-lhe condições básicas de proteção. No plano desta análise, porém, os estados de fragilização e vulnerabilidade não resultam apenas de uma ruptura observável nas redes de integração primária, embora possam incluí-la. Tais estados ou condições dos sujeitos nem sempre podem ser identificados por meio de dados imediatos de observação, bem como implicam acesso às interpretações particulares. Logo, este não é o mesmo caminho adotado por Castel (2005) que desqualifica discursos individuais, por associação a uma “cultura do narcisismo” ou à “terapia dos normais” atribuídas às realizações da “psicanálise durante os anos 70” (p. 602) e tidas como incapazes de resgatar o valor da sociabilidade perdida. Ao contrário, neste trabalho, a dimensão particular da intersubjetividade singularizada representa uma dimensão relacional da sociabilidade primária que, por ser dotada de significado especial, tende a se expressar de algum modo nas demais experiências de sociabilidade secundária.

Por conseguinte, as questões sociais relativas à vida dos jovens infratores e suas famílias embora se configurem substancialmente em áreas da sociedade nas quais se fomentam processos de exclusão social, também se associam fortemente a vários e diferenciados conflitos e dinâmicas constituídas no âmbito da vida privada. Neste sentido, inclusive, se apresentam os reconhecidos dados de que o crime juvenil não está ligado

exclusivamente a uma classe social em particular, embora as infrações se afigurem de acordo com características criminais comuns do mundo contemporâneo, como é o caso, por exemplo, do tráfico de drogas. Assim, condições sociais tais como falta de renda e trabalho, de habitação, de saúde, de lazer, de educação, de estrutura de família, bem como formas de educação primária pautadas por excesso de condescendência, de autonomia ou ausência de limites (modelo mais freqüentes em famílias de maior poder aquisitivo), são aspectos que podem ser mais bem compreendidos, quando em associação com a criminalidade, se considerados no âmbito de uma interpretação da história do drama pessoal. Deste modo, os resultados deste estudo sugerem a inclusão de mais uma modalidade de análise sobre criminalidade juvenil, ou seja, estudar o particular em função do interesse público, em complemento às análises apoiadas em conglomerados de dados sobre a vida pública que, em geral, se apresentam neutros para a vida privada ou indiferente aos dramas pessoais. Este último ponto de vista baseia-se, como já foi comentado acerca do texto de Castel (1995) numa identificação entre o mundo privado com individualismo e mundo público como esfera da sociabilidade e dos interesses coletivos. O processo movediço de interfaces e intercomunicações sociais vislumbrado pelo conceito de rizoma propostos por Deleuze e Guattari (1995), que questiona caminhos de análises conduzidos pelo “Uno ou pelo múltiplo”, é a referência aqui adotada. Assim, não parece fazer sentido isolar socialização primária de socialização secundária enquanto processos sociais, mas considerá-los em suas interligações e especificidades.

Na medida em que este trabalho aborda a família e a vida juvenil, o foco central está obviamente situado na socialização primária, e deste ângulo é possível aproximar-se do drama intersubjetivo familiar desde sua fase originária, que emerge não só enquanto manifestação discursiva individual e singular, mas como pano de fundo da lógica de ações dos sujeitos⁶. É importante considerar que tais ações se expressam com temporalidades móveis, contudo elas retêm graus de estabilidade que estão de acordo com o sentido ou significado nos quais se embasam, bem como de acordo com as possibilidades de elaboração psicológica de conflitos. Um jovem, por exemplo, em cujo cerne de suas atitudes abriga uma demanda imaginária em torno de uma perda ou um ressentimento voltado para um vínculo familiar, por qual período ele poderá conviver com essas alternativas psíquicas e emocionais? Por uma curta fase ou

⁶ Vale lembrar mais uma vez que muitos trabalhos já realizados sobre a vida de jovens infratores e sobre a vida de seus familiares assumem uma forma descritiva, que se inclinam a indicar, prioritariamente, condições de falta ou precariedade. Na perspectiva deste estudo, a dramaticidade das histórias familiares remete às condições constitutivas dos sujeitos e aos elementos intersubjetivos dinâmicos atuantes em suas escolhas e ações, portanto, uma dimensão que requer muito mais interpretação do que observações em torno de atos com maior visibilidade.

deverá abranger toda vida adulta? Considerando que este é um campo aberto de possibilidades, parece difícil assumir uma concepção *a priori* em torno da idéia de mudança ou de estabilidade das atitudes (inclusive criminais) dos sujeitos, na medida em que se trata de dimensões submetidas tanto à relatividade de experiências sociais que incidem sobre os sujeitos, quanto às elaborações do mundo intersubjetivo.

Todavia, importa destacar que nesta perspectiva de consideração da dinâmica da vida privada, colocam-se em pauta também as possibilidades ligadas à prevenção, tendo em vista que se trata do mundo familiar, uma esfera não só dotada de direitos de privacidade, e culturalmente concebida como instituição autônoma. Por este ângulo da dinâmica intersubjetiva familiar, as experiências de vida, tal como sugerem as histórias investigadas, podem desenvolver-se de forma contraditória e conflituosa, de modo a produzir demandas de atenção social, que ora podem surgir por iniciativa de membros do grupo familiar, ou mesmo devido à exposição inevitável de alguns dos conflitos. Por certo, parte desta demanda já se distribui em busca de atendimento em conselhos tutelares, conforme previsto nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Há possibilidades de que esta demanda também esteja disseminada em outras instituições, tais como escola e grupos religiosos, porém com diferenciados encaminhamentos e soluções.

Considerando, contudo, as medidas previstas em lei, é necessário lembrar que as considerações aí previstas fundamentam-se na concepção de criança e adolescente como indivíduos com direitos, e em um conceito de família estritamente institucional voltado para a efetivação dos deveres. Como já foi aludido na discussão anterior sobre direitos da criança e formação primária no capítulo II, o pressuposto desses direitos se estabelece, apoiado predominantemente em um conceito de independência, em detrimento de uma noção de construção da autonomia e dos processos de intersubjetividade inerentes à socialização primária.

Baseada nestes parâmetros a atenção social definida por lei apóia-se em termos individuais e normativos. Por outro lado, a família, cujos deveres nos termos da lei implicam assegurar de modo completo a formação da criança e do adolescente, caso apresente sinais de dissidência, desordem ou incapacidade, tenderá a ser avaliada como instituição em “estado de erro” ou “em estado de desvio” que requer no máximo punição e, no mínimo, orientação. Esta observação não desconsidera o intrínseco conteúdo normativo da lei, mas quer sublinhar que a preponderância da regência da lei como parâmetro central sobre as medidas de atenção social às crianças, adolescentes e suas famílias pode resultar em uma ação limitada em confronto com o contexto social. O que expõe este contexto? Ele mostra a diversidade de

formações familiares com diferentes condições de provimento das suas funções culturais, sociais e legais e, ao mesmo tempo, tais formações não deixam de representar para os sujeitos o mesmo *locus* de funções emocionais.

Diante disto é possível que ocorram tanto consonâncias quanto dissonâncias entre as exigências da lei e o mundo particular, de modo que, algumas vezes, a dramaticidade dos vínculos tendam a ser neutralizada sem a devida elaboração. Tomando por exemplo a instituição da lei que proíbe o trabalho infantil, criada para impedir a exploração e, também, permitir o desenvolvimento escolar e de lazer das crianças, nota-se que tal medida representa um sério avanço de proteção infantil, considerando-se que este procedimento sócio-cultural ceifou potencialidades de desenvolvimento de pessoas durante muitas décadas⁷. Contudo, na órbita das histórias particulares, é comum também que algumas crianças se envolvam emocionalmente com os problemas enfrentados por suas famílias e elas atribuam a si mesmas a tarefa de ajudar a resolvê-los. Assim, entre este dever auto-atribuído e o direito adquirido abre-se um espaço no qual se insere um sujeito em conflito, mas sem possibilidade de expressão. Este poderá até ser um conflito de baixa intensidade, no entanto o que é preciso considerar é que tais dinâmicas intersubjetivas tendem a atuar como substanciais apelos lógicos das escolhas realizadas pelos sujeitos.

Embora, no âmbito da lei, estejam incorporadas algumas destas lógicas, elas se apresentam sem o dinamismo da pluralidade social, de modo que grande parte da preocupação com os direitos de prevenção, além das obrigações de provimento por parte da família e do Estado, se volta predominantemente para condicionantes sociais, incluindo as restrições que lembram à condição de dependência de crianças e adolescentes. É o que se destaca do capítulo sobre prevenção do ECA, no qual são reservados os seguintes direitos e normas: lazer, cultura e esporte; regularização do horário de programas televisivos e espetáculos; não-acesso a bebidas alcoólicas, a armas e publicações indevidas para a idade; e regras para deslocamentos no território. Trata-se, assim, de uma prevenção neutra para os enredos

⁷ Durante muito tempo parece que se tornou prática corriqueira entre as camadas populares, sobretudo de áreas rurais, não só distribuir trabalho para crianças em seu próprio âmbito de moradia, mas ceder crianças para viver com famílias mais abastadas. Em geral, isto se dava porque as famílias de origem destas crianças tinham numerosos filhos, poucos recursos, e julgavam que em outras famílias as principais necessidades seriam supridas para seus filhos. Além disto, considerava-se natural que elas ficassem encarregadas de alguns trabalhos domésticos. Assim, com idade de sete, oito anos, essas crianças, quase sempre do sexo feminino, iniciavam suas vidas como domésticas, na maior parte das vezes sem chances de mínima escolarização. Este dado que não se apóia em números oficiais ou estatísticos, representa o caso de dezenas de mulheres que buscaram atendimento psicológico no Centro de Saúde, onde exerço a função de psicóloga. Por vezes, elas contam sobre algum tipo de abuso que sofreu por parte de pessoas adultas, bem como sobre a carga de trabalho elevada que tiveram de suportar. No entanto, nesta trajetória, o problema maior desta experiência, alegado por elas, não está nestas últimas situações, mas nas desagradáveis conseqüências emocionais da separação abrupta, prematura e longa do mundo familiar, tais como sentimentos de insegurança, de desamparo, de medo e de baixa estima.

dramáticos que constituem a vida familiar, portanto capaz de cumprir a finalidade de regularização necessária, mas insuficiente no que se refere às condições amplas e diversas do processo de prevenção.

Sem dúvida, a pluralidade social das famílias encerra uma certa magnitude por abranger múltiplas dimensões sociais que englobam diferenças econômicas, culturais, educacionais e sociais diversas. Acresce a isto, as heranças emocionais, cujas características poderão configurar famílias distintas dentro das mesmas condições objetivas de vida social. Não obstante, a família como instituição que cumpre papel básico e primário de socialização permanece consistente, devido às características de vínculo psíquico e emocional com o qual se tecem as relações entre seus membros. Com base neste conjunto de aspectos, surgem então as circunstâncias e enredos que conferem dramaticidade à dinâmica da vida familiar. Por esta perspectiva, portanto, a complexidade da instituição familiar aparece muito pouco contemplada quando situada apenas no âmbito da lei, pois ela é concebida primordialmente como esfera do cumprimento do dever e sujeita a regras pautadas na crença de avanço crescente de processos de individuação.

Por outro lado, cultural e psicologicamente a condição de familiaridade sendo intrínseca para todos os sujeitos parece contribuir para a diluição do valor da problemática da diversidade e da dimensão inefável das lógicas que constituem a intersubjetividade, desdobrada em atos dos sujeitos. Por fim, a família se estabelece política e socialmente no campo do mundo privado, portando assim um valor confrontado em desvantagem com o mundo público, ou seja, concebe-se amiúde a força do sistema macrosocial como superior, voltando-se então à minimização dos conflitos pessoais. Isto, é claro, não impede o reconhecimento público da importância da vida familiar, mas este acento só ousa tornar-se preponderante em áreas reservadas de instituições tradicionais, como é caso das religiosas, ou em âmbito privado do mundo pessoal, mantido em interpretações elaboradas de modo específico e, muitas vezes, confidencial, ou inconsciente⁸.

Contudo, uma vasta literatura psicológica – minimamente visitada neste trabalho -, os dados desta investigação, bem como a experiência clínica que adquiri ao longo de uma década, fornecem elementos de consideração acerca da importância da formação primária,

⁸ Parece banal a observação a seguir, mas tudo indica que é apoiado na força dessa reserva que se alimentam muitas produções de massa da indústria cinematográfica, principalmente a norte-americana. Observando-se o enredo de inúmeros filmes produzidos para o grande público, vale notar que é o ataque à família o fator maior que desencadeia as ações de retaliação do personagem central, para afirmar-se como heróico. Deste ponto então tudo se justifica, inclusive doses elevadas de violência. Provavelmente, tais filmes não alcançariam tanto sucesso sem os processos de identificação subjacentes, indicativos da força sutil do vínculo familiar. O custo, porém, deste modelo de cinema é sustentar culturalmente o valor do uso de práticas de violência, fazendo uso da catarse e da tradição de pensamento maniqueísta.

que naturalmente ocorre na esfera privada, como área de atenção pública. Esta constatação, porém, não implica uma inversão de valor entre o mundo público e o mundo privado, mas apenas assinala para especificidades de problemas sociais, constituídos interativamente e, de modo especial, intersubjetivamente, na esfera da experiência psicológica, que estão a requerer investimentos de reflexões e, conseqüentemente, redimensionamentos de programas de prevenção e cuidados em saúde pública⁹.

⁹ Neste sentido, tendo a pensar que esta perspectiva, em saúde pública, não se distancia das considerações de Almeida Filho (2000) sobre as relações entre saúde-doença-cuidado em torno do tema o "futuro do conceito de risco" em Epidemiologia. Inicialmente, por meio de uma audaciosa crítica, ele comenta que esta disciplina, "estruturada com base na abordagem de populações, não parece bem equipada para lidar com questões da ordem das fragilidades singulares, porque estas operam em nível individual, nem questões da ordem das determinações ampliadas, porque estas operam em nível francamente contextual. Além disso, a Epidemiologia cuida muito bem de demarcar e controlar as impurezas do seu campo (indeterminação, vieses, fatores de confundimento, modificadores de efeito), já que para os seus agentes o que não pode ser naturalizado ou matematizado deve ser prontamente descartado como resíduos do objeto-modelo. Ocorre assim um primeiro movimento no sentido de apagamento da dimensão singular humana, que se traduz em códigos gráficos ou matemáticos e se completa com o deslocamento do nível subjetivo-pessoal-individual para o nível dos coletivos-agregados-populações, tal como definidos pela ótica epidemiológica". Em seguida ele questiona a busca de um novo paradigma sustentado em um modelo essencialista e sugere "que o novo jamais se estabelece por decreto. O novo se constrói pela *praxis*, da qual por definição não se pode ter uma receita como de uma torta, nem a ela se pode impor direções. No máximo, será possível experimentar, porém nada se pode fazer senão constatar que o novo terá chegado, quando chegar, através de seus efeitos" (texto adaptado do livro *A Ciência da Saúde*, em página eletrônica da Fiocruz).

6 CONCLUSÃO

A trajetória desta investigação sobre jovem infrator e família, desenvolvida sob o prisma metodológico do drama intersubjetivo familiar, apoiada no conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1996) e na discussão sobre as noções de autonomia e heteronomia relacionadas ao conceito de sujeito e indivíduo, principalmente no campo da psicologia, permite a elaboração de algumas deduções, conforme aspectos abordados no tema.

No que tange às dimensões macrossociais e microssociais da problemática da criminalidade juvenil, sugere-se que é preferível concebê-las em termos de condições associadas, ainda que com desempenhos diferenciados, em lugar de uma definição estrita acerca do papel maior ou menor de determinação social de cada uma delas. Assim, por uma série de estudos críticos, não resta dúvida, que o desempenho macrossocial favorece a ampliação de oportunidades do crescimento da criminalidade. De fato, na contemporaneidade, principalmente no Brasil, a criminalidade juvenil apresenta-se fortemente associada à constituição e dinâmica das desigualdades sociais, às possibilidades de acesso a armas de fogo e, em especial, ao comércio ilegal de drogas, – atividade esta que, inclusive, já envolve jovens de camadas sociais com poder aquisitivo elevado. Este quadro se expressa também por meio de reduzidas oportunidades de trabalho e realização, maior afirmação dos valores de consumo e do individualismo, bem como maior espaço de independência relacionado a este processo. O plano macrossocial, portanto, implica discussões relativas ao papel e dinâmica do Estado, aos processos da política, da economia e dos valores da sociedade – aspectos pouco enfatizados neste trabalho por uma questão de enfoque –, e tem um caráter extensivo ao longo do processo histórico das sociedades no mundo contemporâneo.

A dimensão microssocial, representada neste estudo dos dramas intersubjetivos familiares de jovens ligados à criminalidade – de certo modo uma proporção reduzida em comparação com a totalidade –, embora fenômeno abrangente, não opera com a mesma vetorialidade do sistema macrossocial, mas com ele interage. Esse âmbito, também visto como mundo privado, apresenta um desempenho ligado simultaneamente a agenciamentos particulares e receptividade, ou seja, diz respeito ao desenvolvimento de condutas e de vulnerabilidades que se manifestam como problemáticas em área de intersecção entre as duas dimensões sociais. Tal desenvolvimento tende a estar ligado de modo especial aos processos de socialização primária (também dito de formação primária) e, por desdobramentos, aos processos de socialização secundária.

O caráter especial dessa receptividade opera-se na dinâmica da formação primária, por meio da significação dos vínculos constituídos intersubjetivamente, pela qualidade de constância simbólica que esta ligação opera nas lógicas que tendem a nortear os atos dos sujeitos e pela possibilidade de repercussão das diferentes configurações dramáticas da vida familiar. Esta interpretação se baseia na identificação dessas lógicas no campo das narrativas de histórias de vida, que são expressas como experiências privadas e singulares, mas com demonstrações de força decisória em seu próprio âmbito.

Esta formulação se acha, portanto, em certa descontinuidade com interpretações correntes do comportamento delituoso de jovens e de família pautadas nos princípios do individualismo moderno e em concepções jurídicas, que realizam uma leitura do mundo familiar assentada prioritariamente em um princípio institucional: Primeiro, porque a vigência do individualismo se apresenta como uma experiência paradoxal, na contemporaneidade e de algum modo esta perspectiva se consubstancia principalmente quando analisada do ponto de vista das principais teorias psicológicas¹⁰. Nestas abordagens, o que se cogita são possibilidades diversas de individuação, bem como de autonomia para o sujeito, porém não como expressão de um estado natural, nem de algo passível de ser efetivado de modo absoluto. Além disto, a constituição dos sujeitos tem como ponto de partida uma condição inescapável de dependência, a partir da qual se constrói uma experiência simbólica.

Segundo, porque o mundo familiar que aparece por meio das narrativas sob o ângulo do drama intersubjetivo também se expõe como possibilidade, na medida em que se constitui em arranjos diversificados e simultaneamente está submetido à transmissão de padrões culturais e emocionais, que a depender de seu dinamismo, se inclina a oferecer a seus membros condições de vida diferenciadas. Assim, é possível dizer que há famílias em condições graduais de vigor e de fragilidade, de resistência e vulnerabilidade, não somente no sentido da materialidade da existência, como também na totalidade dos recursos que possui para exercer suas funções institucionais. Todavia, cabe lembrar que a família está sendo considerada aqui como um sistema, porém por meio de um reconhecimento de que ela dispõe espaços de singularidades, ainda que intersubjetivos. Assim, o meio de acesso ao mundo familiar com esses parâmetros requer especialmente escuta de interpretações dos seres envolvidos no drama familiar.

¹⁰ Uma outra idéia de paradoxalidade relativa ao individualismo contemporâneo é concebida por Leopoldo e Silva (2007) quando ele diz que a sociedade moderna foi fundada tendo o indivíduo como centro de irradiação, porém esse sistema tem-se organizado, cada vez mais, com recursos de controle sobre o indivíduo, de modo que há uma tendência a produzir mais uniformização social do que diferenciação.

Em suma, é o âmbito da experiência intersubjetiva de vida que esta investigação sugere como um campo de análise e intervenção na área de saúde, ainda que sob traços a serem mais bem delineados em futuros debates.

REFERÊNCIAS

- ADOLESCENTES Infratores: 14% são analfabetos. **A Tarde**, Salvador, 16/12/3003.
- AGNEW, R. An integrated theory of the adolescent peak in offending in: **YOUTH & SOCIETY**, v.34, n.3, *march*, 2003, p.263-299.
- ALEXANDER, F.; SELESNICK, S. **História da psiquiatria**. São Paulo: IBRASA, 1968.
- ALMEIDA FILHO, N. **Ciência e saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **Estudos sobre tecnobiociências e riscos na sociedade contemporânea**. Disponível em: www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/risc-epid.html-14k.
- ARIÈS, P. A família e a cidade. In: VELHO, G. e FIGUEIRA, S. (coords.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- ASSIS, S. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- ASSIS, S.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, jan./março, 2005.
- ATO INFRACIONAL atribuído ao adolescente – 2000 a 2001. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), 2004.
- AUSTIN, J. L. **Cómo hacer cosas con palabras**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1971.
- AYRES, J. R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.6, n.1, 2001, p.63-72.
- BAHIA, Governo do Estado. **Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: CONDER, 1978.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal de Salvador. SEPLAM, 1980.
- BANDIDOS reinam em Saramandaia. **A Tarde**, Salvador, 05/09/2002.
- BARBATO JR. R. Redução da maioridade penal: entre o direito e a opinião pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.822, abril 2004, p. 429-443.
- BASTOS A. C. S. **Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família**. Taubaté: Cabral, 2001.
- _____. et al. Novas famílias urbanas. In: LORDELO, E.; CARVALHO, A. **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BENGHOZI, P. Paradoxalidade do Laço de Aliança e Malha genealógica dos continentes do casal e da família. In: RAMOS, M.(org.). **Casal e família como paciente**. São Paulo: Escuta, 1994.

BERGER, M. **Prática das entrevistas familiares**. Campinas: Papyrus, 1989.

BIRMAN, J. **Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 2002.

BRUNER, J. **Actos de significado: más allá de la revolución cognitiva**. Madrid: Alianza, 2006.

CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASA do trabalhador chega a Saramandaia. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 1999.

CASTANHO DE OLIVEIRA, I. M.; PAVEZ, A., SHILLING, F. (orgs.). **Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais**. São Paulo: EDUC, 2002.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis:Vozes, 2005.

CASTRO, Izail. População e setores censitários dos bairros de Salvador, 2005. Disponível em: http://habitao-social.blogspot.com/2006_11_01_archive.html.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO; VAINFAS (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COELHO JUNIOR, N. E. Intersubjetividade: conceito e experiência em psicanálise. **Revista de Psicologia clínica – PUC**, Rio de Janeiro, n.141, 2001.

CORREA, O. **O legado familiar**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

COSTA FREIRE, J. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CROSS JR., William. Tracing the Historical Origins of Youth Delinquency & Violence: Myths & Realities About Black Culture. **Journal of Social Issues**, v.59. n.1, 2003, p.67-82.

CUVILLIER. A. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Nacional, 1966.

DAICHES, D. **Posições da crítica em face da literatura**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (v.1).

DEL PRIORE, M. História do Cotidiano e da vida privada. CARDOSO; VAINFAS (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELACAMPAGNE, C. **A filosofia política hoje: idéias debates, questões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **História da filosofia no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

D'INCAO, M. A. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. São Paulo: Ensaio; Campinas, Ed. UNICAMP, 1993. (v.1-2).

DUAS BAIXAS na guerra de traficantes em Saramandaia. **A Tarde**, Salvador, 19/04/2001.

EIGUER, A. **Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

EIKAÏM, M. (org.). **Panorama das terapias familiares**. São Paulo: Summus, 1998. (v.1-2)

_____. Nos limites do enfoque sistêmico em psicoterapia, In: SCHNITMAN, D. F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

EURÍPEDES. **Alceste, Electra e Hipólito**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FARIA, S. C. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO; VAINFAS (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FIGUEIRA, S. A. **Uma nova família?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. (org.) **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

FIGUEIREDO, L.C.; COELHO JUNIOR, N. **Ética e técnica em psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2000.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1987.

FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1980. (v.9, 17 e 18)

GADAMER, H-G. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 1997.

_____. **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2002.

_____. **El giro hermenéutico**. Madri: Cátedra, 1995.

GAY, P. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988-1995.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GREEN, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

GUIMARÃES, I. B. **Respostas incertas e demandas urgentes na experiência popular**. XXIVº Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de trabalho 05, Família e Sociedade, 2000.

HAAS, H et al. The impact of different Family configurations on delinquency. **British Journal of Criminology**, v.44, n.4, april 2004. The Centre for Crime and Justice Studies, p.520-532.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HACKER, P.M.S. **Wittgenstein**. São Paulo: UNESP, 2000.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2002. (v.1-2)

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

INWOOD, M. **Dicionário Heidegger**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

JACOBSON, David. **Reading Ethnography**. Albany States University. New York Press, 1991.

JAHODA, M.; ACKERMAN N. W. **Distúrbios emocionais e anti-semitismo**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

JEFFERSON, Tony. Theorizing masculine subjectivity. In: **Just boys doing business? Men, masculinities and crime**. London; New York: Routledge, 1995.

JOVENS matam mais no interior. **Folha Online**, São Paulo, 01/01/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88009.shtml>.

LACAN, J. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O seminário: os escritos técnicos de Freud**, livro 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LEAL, C. R.; PIEDADE JR. H. (coords.). **A violência multifacetada: estudo sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LEOPOLDO; SILVA, Franklin. Entre a singularidade e a homogeneização, **Filosofia – ciência & vida**, São Paulo, n.17, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LYOTARD, J-F. **A fenomenologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

MEGARGEE; HOKANSON. **A dinâmica da agressão: análise de indivíduos, grupos e nações**. São Paulo: EPU; EDUSP, 1976.

MAIN, Agnes. Comunicação inconsciente entre pais e filhos. In: JOFFE, W. G. (org.) **O que é a psicanálise?** Rio de Janeiro: Imago, 1972.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar**. São Paulo: Escuta, 1992.

MELO; SOUZA, R. Atualidade da tragédia grega. In: ROSENFELD; MARSHALL (Org. e Colab.). **Filosofia & literatura: o trágico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MENOR participa de 1% dos homicídios em São Paulo. **Folha Online**, São Paulo, 01/01/2004. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88010.shtml.

MINAYO, M. C. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, janeiro/março, 2005.

MINUCHIN, S. **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

_____. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MÓDULO POLICIAL tranquiliza Saramandaia. **A Tarde**, Salvador, 04/05/2002.

MOORE, M. H.; TONRY, M. **Youth Violence in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

MORADORES da Saramandaia criticam obras no bairro. **A Tarde**, Salvador, 1995.

MOST, G. Da Tragédia ao Trágico. In: ROSENFELD e MARSHALL (Org. e Colab.). **Filosofia & literatura: o trágico**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

NEIL, J.; KNISKERN, D. **Da psique ao sistema: a evolução da terapia de Carl Whitaker**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NEWBURN, T.; STANKO, E. Introduction: men, masculinities and crime. In: **Just boys doing business? Men, masculinities and crime**. London; New York: Routledge, 1995.

OGDEN, T. **Os sujeitos da psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

OLIVEIRA, R. C. **O lugar (e em lugar) do método**: Conferência de abertura do Colóquio “100 anos d’As Regras do Método Sociológico” realizado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, nos dias 2 e 3 de outubro de 1995.

ONDA DE VIOLÊNCIA assusta Saramandaia. **A Tarde**, Salvador, 05/04/2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, OMS, 2002.

PAIM, J.S. **Desafios para a Saúde Coletiva no Século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006.

PEGORARO, J. S. Notas sobre los jóvenes portadores de la violencia juvenil en el marco de las sociedades pos-industriales. **Sociologias: violências, América Latina**, Universidade do Rio Grande do Sul, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, v.1, n. 1, jan./jun., 1999.

PEIXOTO, C.; SINGLY, F., CICHELLI, V. (orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade: favela e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, P. S. (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POLITZER, G. **Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1975. (v. 1-2).

PRADO JR., B. (org.). **Filosofia da psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRIDEMORE, W. Social problems and patterns of juvenile delinquency in transitional Russia. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.39, n.2, may, 2002.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: UNESPO, 1996.

PSIQUIATRA diz que violência não deve ser tratada apenas pela justiça. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 27/04/1998.

40 BARRACOS fazem ressurgir invasão da Nova Saramandaia, **A Tarde**, Salvador, 1977.

RAMOS, M. **Casal e família como paciente**. São Paulo: Escuta, 1994.

RENAUT, A. **A libertação das crianças**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

_____. **O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa III**. Campinas: Papirus, 1997.

ROSENFELD; MARSHALL (Org. e Colab.). **Filosofia & literatura: o trágico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ROUANET, S. P. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ROVIGHI, S. V. **História da filosofia moderna: da revolução científica a Hegel**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **História da filosofia contemporânea: do século XIX à neoescolástica**. São Paulo: Loyola, 1999.

SARAMANDAIA reclama mais uma vez do lixo, **A Tarde**, Salvador, 18/06/1982.

_____ ganha acesso para pedestres e carros, **A Tarde**, Salvador,, 07/10/1982.

_____ abandonada, **Jornal da Bahia**, Salvador, 21/03/1992.

_____ espera melhorias há 25 anos, **A Tarde**, Salvador,, 28/05/2000.

SANTOS-FERREIRA, J. E. **Relação de pertencimento**. São Paulo: Edusc, 2005.

SARTRE, J-P. **Esboço para uma teoria das emoções**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SILVA JUNIOR, V. S. Redução a maioria penal e o direito de conduzir. In: **Jus Navigandi**, n.1325, 16/02/2007.

SAINT-SERNIN, B. **A razão no século XX**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUNB, 1998.

SCHNITMAN, D. F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SILVA, A. P. S. **(Des) continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SIMMEL, G. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SIQUEIRA, L. (Coord.). **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SOARES, L. E.; BILL, M.V.; ATHAYDE, C. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SÓFOCLES. **Antígona**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Édipo Rei**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SOUZA, A. M. G. Invasões, intervenções e perspectivas: o caso da cidade de Salvador. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n.136, 1991.

SOUZA, A. M. P. **Clínica familiar em serviço público e psicanálise**. 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

STOLOROW, R. Psicanálise relacional. **Revista Percurso**, São Paulo, n.24, 2000.

STRAUSS, M. B. **Violência na vida dos adolescentes**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SUSSEKIND, E. A manipulação política da criminalidade. **Ciência Hoje**, suplemento v.5, n. 28, jan./fev., 1987.

TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

TERREROS, F. V. **Introducion a la criminologia**. Lima: GRIJEY, 2000.

TOSI, G. **Direitos humanos, direitos “humanizantes”**. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/artigo.

VALSINER, J. A construção subjetiva da intersubjetividade. **Interfaces Revista de Psicologia**, Salvador, p. 41-44, 1997.

_____. **Cultures in minds and societies**. New Delhi: Sage, 2007.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade**. Lisboa: Presença, 1987.

_____. **Para além da interpretação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

_____. **A tentação do realismo**. Rio de Janeiro: Lacerda: 2001.

VELHO, G. As vítimas preferenciais. **Ciência Hoje**, suplemento v.5, n.28, jan./fev., 1987.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

_____. O retorno do recalcado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. **RBCS/ANPOCS**, n.24, 1994.

WALSELFISZ, J. **Mapa da violência VI**. UNESCO, Brasil, junho 2002.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.; JACKSON, D. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1993.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YOUNG, J. **A Sociedade excludente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Crime e trabalho no cotidiano popular. **Ciência Hoje**, suplemento v.5, n.28, jan./fev., 1987.